

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - FAAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

Gabriela Sanches de Lima

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA TELEVISÃO: CIDADANIA E
REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA DEMARCAÇÃO DE
TERRAS**

Bauru
2019

Gabriela Sanches de Lima

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA TELEVISÃO: CIDADANIA E REPRESENTAÇÃO
DOS POVOS INDÍGENAS NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru (SP), como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente.

Bauru
2019

LIMA, Gabriela Sanches de.

Violência simbólica na televisão: cidadania e representação dos povos indígenas na demarcação de terras / Gabriela Sanches de Lima, 2019
143 f.

Orientador: Maximiliano Martin Vicente

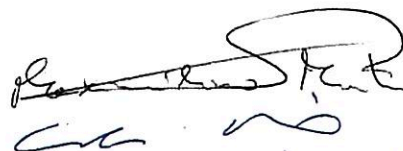
Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2019

1. Telejornalismo. 2. Violência simbólica. 3. Demarcação de terras. 4. Povos indígenas. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GABRIELA SANCHES DE LIMA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 28 dias do mês de maio do ano de 2019, às 09:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Doutor CARLO JOSE NAPOLITANO do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professora Doutora TÂNIA MÁRCIA CEZAR HOFF do(a) Departamento de Comunicação / ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de GABRIELA SANCHES DE LIMA, intitulada **Violência Simbólica na Televisão: Cidadania e Representação dos Povos Indígenas na Demarcação de Terras**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE



Professor Doutor CARLO JOSE NAPOLITANO



Professora Doutora TÂNIA MÁRCIA CEZAR HOFF



GABRIELA SANCHES DE LIMA

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA TELEVISÃO: CIDADANIA E REPRESENTAÇÃO DOS
POVOS INDÍGENAS NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru (SP), como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente. Área de Concentração: Comunicação Midiática. Linha de Pesquisa: Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais.

Banca Examinadora:

Presidente/Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP Bauru/SP

Membro: Prof. Dr. Carlo José Napolitano

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP Bauru/SP

Membro: Prof.^a. Dra. Tânia Márcia Cezar Hoff

Instituição: Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM São Paulo/SP

Bauru, 28 de maio de 2019

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais - Glória e Cláudio - e ao meu irmão, Bruno, pelo suporte incondicional, em qualquer tempo.

Ao professor Maximiliano Martin Vicente, querido orientador, que iluminou meu caminho em direção ao Conhecimento, assim como todos os docentes da Unesp que me ensinaram enxergar além.

E, por fim, a Deus, por cuidar de mim das mais variadas formas: através de amigos, da solitude, das leituras, das músicas, da Arte e das dores inevitáveis. Aprendi que tudo pode ser divino.

*Gotta admit
That I'm a little bit confused
Sometimes it seems to me
As if I'm just being used
Gotta stay awake, gotta try and shake off
This creeping malaise
If I don't stand my own ground
How can I find my way out of this maze?
(Dogs – Pink Floyd)*

LIMA, Gabriela Sanches de. **Violência Simbólica na Televisão: Cidadania e Representação dos Povos Indígenas na Demarcação de Terras**. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação) – FAAC – UNESP, sob orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente, 2019.

RESUMO

A pesquisa de mestrado intitulada “Violência simbólica na televisão: cidadania e representação dos povos indígenas na demarcação de terras” tem como proposta analisar o conteúdo jornalístico televisivo sobre o assunto de demarcação de terras indígenas acerca da PEC 215/2000. Nosso objetivo é identificar a maneira como os jornais representam os povos originários na questão da demarcação de terras em suas mais variadas naturezas (mídia privada, estatal e alternativa). O tema central da pesquisa é a violência simbólica feita pelos veículos de comunicação sobre os grupos minoritários e vulneráveis por meio de reportagens televisivas que endossam a identidade do que é ser indígena no Brasil. Analisamos, ao todo, 14 reportagens (3 da Rede Globo; 1 do SBT; 3 da Record; 1 da Band; 1 da TV Câmara; 2 do Senado Notícias e 3 da Mídia Ninja). Para tanto, utilizamos como metodologia a Hermenêutica da Profundidade de John Thompson (2011), aliada à pesquisa e comparação bibliográfica. Sucintamente, obtivemos como resultado da análise uma manutenção do estereótipo do “índio”, um indício da violência simbólica, quando o constrói quase que como uma figura folclórica, alheio à civilização, por parte da mídia privada. A mídia estatal foi aquela que se mostrou mais interessada na transmissão da problemática das terras para os indígenas, trazendo maior contextualização ao espectador. Por fim, a mídia alternativa, embora tenha a proposta de dar protagonismo para os grupos vulneráveis, acabou por fazer o mesmo que a mídia privada, contextualizando pouco o assunto para o espectador, que acaba não entendendo a profundidade e gravidade da temática, contribuindo também para a manutenção da violência simbólica. Em suma, conseguimos depreender que os indígenas no Brasil são construídos, pela mídia, ou como invasores ou como vítimas inertes.

Palavras-chave: Jornalismo. Televisão. Violência simbólica. PEC 215/2000. Povos indígenas.

LIMA, Gabriela Sanches de. **Violência Simbólica na Televisão: Cidadania e Representação dos Povos Indígenas na Demarcação de Terras**. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação) – FAAC – UNESP, sob orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente, 2019.

ABSTRACT

A master's research titled "Symbolic Violence in Television: Citizenship and Representation of Indigenous Peoples in Demarcation of Lands" aims to analyze what is today on the subject of demarcation of foreign lands of PEC 215/2000. The objective is to identify the way in which newspapers represent the native peoples in the question of the demarcation of lands in their most varied natures (private, state and alternative media). The central theme of the research is the symbolic violence often made by media outlets on minority and vulnerable groups through television reports that endorse the identity of what is to be indigenous in Brazil. We analyzed, in all, 14 reports (3 from Rede Globo, 1 from SBT, 3 from Record, 1 from Band, 1 from TV Câmara, 2 from Senado Notícias and 3 from Media Ninja). For that, we use the methodology of Depth Hermeneutics of John Thompson (2011), allied to research and bibliographical. Briefly, we obtained as a result of the analysis a maintenance of the "Indian" stereotype, contributing to the symbolic violence, when it builds it almost as a folk figure, alien to civilization, by the private media. The state media was the one that showed more interest in the transmission of the land problem to the indigenous, bringing greater contextualization to the viewer. Finally, the alternative media, although it has the proposal to play a leading role for vulnerable groups, ended up doing the same thing as the private media, contextualizing the subject very little for the viewer, who ends up not understanding the depth and gravity of the issue, also contributing for the maintenance of symbolic violence. In short, we have been able to deduce that the natives in Brazil are constructed by the media, either as invaders or as inert victims.

Keywords: Journalism. Television. Symbolic violence. PEC 215/2000. indigenous peoples.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Homologação de terras por governo.....	73
Figura 2 - Obra "La trahison des images"	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conflitos relativos a direitos territoriais	65
Tabela 2 - Principais acontecimentos da PEC 215/2000	69
Tabela 3 - Formulário de decodificação - Rede Globo.....	92
Tabela 4 - Formulário de decodificação - Rede Globo.....	94
Tabela 5 - Formulário de decodificação - Rede Globo.....	98
Tabela 6 - Formulário de decodificação - SBT	102
Tabela 7 - Formulário de decodificação - Record	105
Tabela 8 - Formulário de decodificação - Record	107
Tabela 9 - Formulário de decodificação - Record	110
Tabela 10 - Formulário de decodificação - Band	112
Tabela 11 - Formulário de decodificação - Jornal da Câmara.....	114
Tabela 12 - Formulário de decodificação - Senado Notícias.....	118
Tabela 13 - Formulário de decodificação - Senado Notícias.....	121
Tabela 14 - Formulário de decodificação - Mídia Ninja	124
Tabela 15 - Formulário de decodificação - Mídia Ninja	128
Tabela 16 - Formulário de decodificação - Mídia Ninja	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2. A CULTURA E A COMUNICAÇÃO DE MASSA.....	16
2.1 A teoria da informação e a difusão generalizada pela televisão	17
2.2 Mercantilização do bem simbólico	20
2.3 A cultura	23
2.4 Teoria crítica e a perspectiva apocalíptica	27
2.5 Sintetizando	31
3. VIOLÊNCIA E PODER SIMBÓLICOS.....	33
3.1 Poder e violência.....	38
3.2 Quem são eles? Quem eles pensam que são?	41
3.3 Machado de Assis e a percepção simbólica.....	45
3.4 Sintetizando	46
4. OS EFEITOS DO SILÊNCIO	48
4.1 Política do silêncio.....	49
4.2 <i>Agenda-setting</i> e <i>gatekeeping</i>	51
4.3 Sociologia das Ausências e razão metonímica	52
4.4 Silêncio e linguagem.....	54
4.5 Silêncio e o simbólico.....	55
4.6 Sintetizando	56
5. A REALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS E A PEC 215/2000.....	58
5.1 Terra: o sagrado e a identidade	59
5.2 A demarcação	61
5.3 PEC 215/2000.....	66
5.4 A demarcação ao longo dos anos.....	72
5.5 “Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver”	75
5.6 Sintetizando	76
6. TELEVISÃO E A MÍDIA AUDIOVISUAL ALTERNATIVA	77
6.1 Sobre-representação.....	78
6.2 Simulacros e simulações	81
6.3 Tv Estatal	84
6.4 Mídia alternativa	86
6.5 Sintetizando	89
7. ANÁLISES.....	91

7.1 Reportagens:	91
7.1.1 <i>Rede Globo</i> :.....	91
7.1.2 <i>SBT</i>	102
7.1.3 <i>Record</i>	105
7.1.4 <i>Band</i>	112
7.1.5 <i>Jornal da Câmara</i>	114
7.1.6 <i>Senado Notícias</i>	118
7.1.7 <i>Mídia Ninja</i>	124
7.2 Sintetizando	132
7.3 Perspectivas	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

INTRODUÇÃO

No dia 5 de outubro de 1988, o Brasil respirava novos ares constitucionais. Na data de conclusão desta pesquisa, a Constituição Federal (CF) completou 30 anos de sua promulgação, substituindo o texto de 1967, o qual havia consolidado o golpe militar de 1964. Apelidada de a “Constituição Cidadã”, a Carta Magna de 1988 fez jus ao nome ao endossar a separação de poderes e garantir direitos a todos os cidadãos.

Com a referida Constituição, povos minoritários e vulneráveis passaram a ser vistos pelo Governo como cidadãos e participantes da sociedade. Dentre eles, estavam os povos indígenas, com uma seção constitucional exclusivamente dedicada. Até então, os direitos dos povos originários eram estabelecidos pelo Estatuto do Índio, de 1973, que enxergava o indígena como personagem alheio à sociedade, devendo ser integrado à comunhão nacional (art. 1º da lei nº 6.001/73).

Com a nova CF, a leitura sobre eles passou a ser outra: agora eram, de fato, cidadãos com direitos constitucionalmente garantidos e reconhecidos. O capítulo VIII da Carta Magna, intitulada “Os Índios” mostra que o legislador teve uma preocupação de não só integrar o indígena à sociedade, mas de fazer entender que ele é a sociedade.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988).

Em teoria, os problemas dos povos originários estavam aparentemente solucionados. De fato, a Carta Magna é considerada como um marco na conquista e garantia dos povos indígenas. A CF reconhece um aspecto de fundamental importância para estes povos: as terras. Pelo texto, os direitos dos índios sobre suas terras são definidos como “direitos originários”, isto é, são anteriores à criação do próprio Estado e que levam em conta o histórico de dominação da época da colonização. Nesta esteira, a obrigação de proteger as terras indígenas cabe à União. É importante ressaltar que desde a Constituição de 1934, as terras indígenas são lembradas no texto constitucional, mas sempre de forma muito pontual. A maneira como o tema é tratado na CF/88 é diferente, justamente por este conceito “originário” que é atribuído às terras indígenas.

O indígena é indissociável de sua terra, ou seja, não há como falar de proteção aos povos indígenas, sem falar da proteção de suas terras. Na realidade, um dos grandes pontos que confere cidadania aos povos originários é justamente a terra, pois o significado dela vai além de uma área demarcada. Ela significa a manutenção das tradições, o lar dos povos originários,

o espaço para preservação ambiental, a área de continuidade da tribo e o lugar de sobrevivência física por meio da caça, da pesca e da agricultura. A terra é a sobrevivência: sem ela, não há tribos indígenas.

Por isso, à época, foi designado à Fundação Nacional do Índio (Funai) a competência para desenvolver procedimentos a fim de se promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A fundação também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados.

De acordo com o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, estabelecido no decreto 1.775/96, as terras indígenas são demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão Federal de assistência ao índio, que até então era de responsabilidade da Funai, entidade vinculada ao Ministério da Justiça.

No entanto, a prática mostra que um papel não consegue mudar a realidade de colonização violenta de mais de 500 anos. Os povos originários têm em sua história marcas de violência, escravização, expulsão de suas terras e aculturação. Na construção da sociedade ocidental, nos moldes europeus, não existia espaço para os povos indígenas, sendo, então, marginalizados e taxados como alheios à sociedade, marcados pela barbárie e selvageria.

Desde a colonização os indígenas são deixados de lado pela sociedade e lembrados no mês de abril, data em que se comemora o “dia do índio”. Uma prova disso é que, segundo o Conselho Indigenista Missionário, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (2003 - 2016) no poder até os dias de hoje, o número de terras homologadas caiu drasticamente. Vale lembrar que durante o governo de Michel Temer (2016 - 2018) nenhuma terra indígena foi homologada e as perspectivas futuras não são positivas com Jair Bolsonaro na presidência.

Como se isso não bastasse, tramita na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição que quer passar do Executivo para o Congresso Nacional o poder de homologar as terras indígenas e reavaliar aquelas já homologadas. A PEC 215/2000, como é conhecida, tramita desde 2000 e a cada ano avança para sua aprovação. A transferência para o Legislativo significa as terras indígenas estarem sob interesses da bancada ruralista, que deixa de lucrar com a preservação deste tipo de área.

Para os parlamentares que ganham diretamente com o agronegócio, impedir que uma terra seja explorada já significa, por si só, a perda do lucro. Para eles, não só se deixa de ganhar com a demarcação de terras, como também a bancada ruralista no Congresso perde área para povos que, segundo a lógica mercantil do capitalismo, não produzem lucro e nem podem ser usados

como mão-de-obra para o mercado. A demarcação de terras para o agronegócio significa uma exploração limitada e, por conseguinte, ganhos limitados.

Para endossar o mau trabalho que o Governo tem feito pelos povos indígenas, acrescentamos mais um ponto: a mídia. Ela é uma das principais responsáveis por construir a identidade do indígena para a sociedade. Um exemplo de construção de identidade é como o tema é retratado no principal telejornal brasileiro, o Jornal Nacional (JN). No mês de abril de 2017, o JN noticiou a pauta dos indígenas sobre a manifestação contra a PEC 215/00. Ao longo de 30 dias, no mês em que se comemora o “dia do índio”, os editores do jornal disponibilizaram apenas 31 segundos em sua programação para tratar do assunto.

A mídia pode ser a responsável por fomentar o debate de determinado tema na sociedade ou então, simplesmente, apagá-lo do imaginário social. Segundo a lógica midiática, o que não é discutido não é importante e é desta forma que a temática indígena tem sido encarada pela sociedade: como pauta supérflua e secundária.

É neste cenário que a presente pesquisa de mestrado se faz extremamente necessária. Com este trabalho procuramos entender como os veículos de comunicação televisivos, nas suas diferentes naturezas (privada, estatal e alternativa) constroem a imagem do indígena. Elencamos 14 produtos audiovisuais a fim de compreender como os jornais estão noticiando a problemática da demarcação de terras. Observamos telejornais das emissoras *Globo*, *SBT*, *Band*, *Record*, *Tv Câmara*, *Tv Senado* e produtos audiovisuais da *Mídia Ninja*. A finalidade desta pesquisa é analisar o conteúdo jornalístico televisivo sobre o assunto de demarcação de terras indígenas acerca da PEC 215/2000.

Para isso, iniciamos nossa pesquisa com o capítulo I, que trata sobre a cultura e comunicação de massa. Falar sobre o outro, a nível midiático, é tratar da cultura alheia. Não poderíamos deixar de lançar um olhar sobre a cultura permeada de mecanismos da comunicação de massa. O autor principal neste capítulo foi John B. Thompson (2011), o qual, em seus estudos, dispôs sobre a ideologia e cultura moderna e propôs uma teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Este capítulo nos faz compreender que estes meios de comunicação fazem uma difusão generalizada e institucionalizada de bens simbólicos. Em outras palavras, nesta seção tiramos a áurea superficial e, quiçá, inocente que, em um primeiro olhar, podemos ter sobre as reportagens que são veiculadas na televisão. O que se faz ali é a manutenção de um sistema por meio de difusão de bens simbólicos.

No capítulo seguinte, adentramos, de fato, no conceito do simbólico, explorando o conceito de poder, força e violência. Utilizamos, para isso, as contribuições de Pierre Bourdieu (1989), autor que explica como funciona a dinâmica do peso das forças simbólicas com os

agentes dentro do campo social. Nesta parte da pesquisa, quebramos a identidade do indígena fomentada no imaginário social como natural (como grupo selvagens, alheios à sociedade, folclóricos e distantes da civilização) e explicitamos que, na verdade, estes conceitos são socialmente construídos e adquiridos.

No terceiro capítulo, exploramos o apagamento do indígena no campo midiático por meio do silêncio. Como autora principal, utilizamos Eni Orlandi (2007), que ressignifica o silêncio, tirando dele o sentido único de ausência de som e colocando-o como agente significante. Este capítulo apresenta uma perspectiva diferente, pois fazemos uma reflexão sobre a ausência, vácuo, silêncio e entendemos que estes conceitos podem ser utilizados pela mídia para auxiliar na construção da identidade dos povos originários.

Após analisarmos os principais conceitos necessários para a compreensão do material selecionado, adentramos na questão indígena no capítulo IV. Nesta seção, falamos sobre a importância da terra para os povos originários, a urgente necessidade da demarcação de terras e por qual motivo acreditamos que a PEC 215/2000 é nociva para os povos indígenas.

O capítulo seguinte trata da televisão. Já havíamos abordado a comunicação de massa, mas era necessário desenvolver uma parte da pesquisa específica para a televisão, afinal, escolhemos este meio de comunicação como parte de nosso objeto de pesquisa. Sendo assim, abordamos sobre as variadas naturezas de veículos de comunicação televisivos, a saber: privada, estatal e alternativa e, dessa forma, diferenciamos cada uma delas.

Por fim, no capítulo VI estão dispostas as análises do material previamente selecionado. Ao todo, analisamos 14 reportagens das mídias privada (*Rede Globo, SBT, Band e Record*), estatal (*TV Câmara e Senado Notícias*) e alternativa (*Mídia Ninja*). Utilizando a Hermenêutica de Profundidade de John Thompson (2011), a qual pressupõe na etapa da análise formal/discursiva a análise de conteúdo. Também utilizamos as reflexões propostas por Laurence Bardin (1977) para encaixar as reportagens nas categorias delimitadas, as quais são: (1) a demarcação de terras pela PEC 215; (2) Violência simbólica pela mídia; (3) O silêncio como instrumento formador de opinião; (4) A cidadania e os povos indígenas.

Neste capítulo, obtivemos como resultado da análise uma manutenção do estereótipo do “índio”, contribuindo com a violência simbólica. A mídia privada constrói sua identidade quase que como uma figura folclórica, alheio à civilização, por parte da mídia privada. A mídia estatal foi aquela que se mostrou mais interessada na transmissão da problemática das terras para os indígenas, trazendo maior contextualização ao espectador. Por fim, a mídia alternativa, embora tenha a proposta salutar de dar protagonismo para os grupos vulneráveis, acabou por fazer o mesmo que a mídia privada, contextualizando pouco o assunto para o espectador, que acaba

não entendendo a profundidade e gravidade da temática, contribuindo também para a manutenção da violência simbólica. Em suma, conseguimos depreender que os indígenas no Brasil são construídos, pela mídia, ou como invasores ou como vítimas inertes.

2. A CULTURA E A COMUNICAÇÃO DE MASSA

“Toda interpretação, toda estrutura” criada em torno de determinada cultura, para o autor do livro *Orientalismo*, Edward Said (1990, p. 166) é “uma reinterpretação, uma reconstrução” dela própria. Tal reinterpretação endossa que é sempre muito difícil julgar e conhecer uma cultura que não seja a nossa de origem, que inclusive também passa por inúmeros filtros da comunicação e chega para a sociedade espectadora de forma processada nos moldes daqueles que detém o poder dos veículos de comunicação.

Este capítulo apresenta a relação da comunicação de massa com a cultura, sempre fazendo uma ponte de contato com os povos indígenas, nosso principal objeto de estudo nesta investigação. Partimos do pressuposto já adotado por Said (1990), de que o outro é uma construção, o qual o representamos a partir dos nossos olhos e projetamos dele e sobre ele aquilo que consideramos relevante, descartando o que é “inútil”. A pretensão desta seção é mostrar como os veículos de comunicação de massa, enquanto formadores de opinião, se apropriam do *status quo* que detém e reconstroem o outro de forma enviesada.

De acordo com Thompson (2011), para a maioria das pessoas hoje, o conhecimento que nós temos dos fatos que aconteceram é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia. Disso se depreende uma série de desdobramentos na esfera social que organizam e reorganizam a maneira como enxergamos tais fatos e, mais, como reagimos diante deles.

Esta mediação é feita pela comunicação de massa. Assumimos a definição de tal comunicação não como sendo de um veículo da mídia falando para uma massa, no sentido de muitas pessoas inertes; mas como um processo comunicacional de mão única, em que os receptores têm pouca chance de reagir, interagir ou responder. Neste sentido, partimos da reflexão proposta por Thompson (2011) em que falamos de transmissão de massa e não, necessariamente, de comunicação, uma vez que este é um processo de mão dupla em que é necessário ter a participação ativa de ambas as partes (emissor e receptor).

Para delimitar esse conceito, entendemos que a comunicação de massa é “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação” (2011, p. 288). Quando o autor se refere à produção institucionalizada, ele está se referindo às empresas de comunicação que se utilizam da transformação de fatos para notícias de acordo com os interesses próprios. Produção institucionalizada neste contexto quer dizer uma produção padronizada, oficializada e estabelecida como tal. Nos propomos a estudar este tipo de comunicação, justamente, porque

ela é delimitável, uma vez que os objetos dela estão arraigados aos valores-notícia institucionalizados.

O segundo tópico importante na definição de Thompson é a difusão generalizada. Na verdade, aqui se concentra uma das reais capacidades dos veículos de comunicação. De nada adianta ter um conteúdo se ele não for compartilhado/transmitido e, nesse ponto, os veículos de comunicação tradicionais ganham uma vantagem frente aos alternativos, que geralmente têm pouca expressividade quando se refere à quantidade de pessoas que atinge.

Vale ressaltar que, com a popularização da internet, este cenário tem mudado. Em um contexto generalizado, as mudanças atuais ainda não podem ser consideradas como uma regra, por isso, estudamos veículos de comunicação que já têm relação de longa data com os receptores, como o rádio e a televisão, porque, se observamos a toada histórica deles, provavelmente teremos base para compreender as novas mídias que dia a dia surgem.

A difusão generalizada é o instrumento mais eficaz para a transmissão de bens simbólicos, por isso, este tópico é indissociável dos veículos de comunicação de massa, já que eles pressupõem que exista uma mensagem a ser transmitida a um grande número de pessoas, que são plurais, e que receberão estes bens das mais variadas formas. O que importa, neste caso, é a transmissão, sem ruído, da mensagem.

2.1 A teoria da informação e a difusão generalizada pela televisão

A informação sempre foi peça-chave na engrenagem social. No entanto, com a criação e a difusão dos meios de comunicação, desde o rádio até a internet, a informação entrou em outro patamar de importância a nível social. Quem detém a informação tem poder e capacidade de manipular aqueles que serão informados, pois é a partir do saber que a sociedade se movimenta. Essa cinética pode ser coordenada justamente por aqueles que têm poder simbólico e técnicas de difusão. Em outras palavras, estamos tratando dos donos da mídia.

Nesta esteira, é bem apropriado o momento de discorrermos sobre a teoria da informação, aquela que também é chamada de teoria matemática da comunicação, por sua precisão. Esta teoria trouxe ferramentas necessárias para que possamos entender que a transmissão de mensagens na mídia não é feita de forma aleatória ou por profissionais descuidados. Muito pelo contrário, já que partimos do pressuposto de que a cultura transmitida se tornou uma mercadoria, a teoria da informação nos dá base para entender que a transmissão desta mensagem seja entregue da forma mais eficaz possível a um maior número expressivo de destinatários com a menor quantidade de ruídos.

Utilizamos a expressão Teoria da Informação no seu significado abrangente, isto é, de modo a compreender também a comunicação, uma vez que não há informação fora de um sistema qualquer de sinais e fora de um veículo ou meio apto a transmitir esses sinais. Em consequência, a nossa ênfase recairá sobre os aspectos sintáticos, formais e estruturais, da organização e transmissão das mensagens. (PIGNATARI, 1980, p. 12).

Quando Thompson (2011) se refere “à transmissão e o armazenamento da informação/comunicação”, recorreremos à teoria da informação, que nos ajuda a entender quais técnicas são utilizadas para a construção de significados dos fatos sociais. E mais, a também chamada teoria matemática da comunicação tem por objetivo “melhorar a velocidade de transmissão de mensagens, diminuir as suas distorções e aumentar o rendimento global do processo de transmissão de informação” (WOLF, 1999, p. 112).

Até hoje, um dos principais meios de comunicação de massa é a televisão. A quantidade de lares que um aparelho televisivo consegue chegar é expressiva. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a televisão estava presente em 97,1% dos 67 milhões de domicílios brasileiros em 2014. Por estes números, é interessante que se tenha uma produção institucionalizada e com uma transmissão eficaz destes bens simbólicos. A mensagem será entregue para milhões de pessoas como uma forma mais pragmática de manter o controle da ordem social pelos detentores dos veículos de comunicação.

Neste ponto da reflexão, não importa saber o que a televisão está levando ao ar ou se os seus programas são de alto ou baixo nível, pois, quando falamos de eficácia e transmissão, “é ela própria, enquanto veículo, que altera o comportamento, condicionando a percepção no sentido do envolvimento geral, da participação” (PIGNATARI, 1980, p. 13).

Neste sentido, a definição da comunicação de massa proposta por Janowitz (1968) nos auxilia a compreender o trabalho da mídia no tocante aos casos como esse, em que os dominados/vulneráveis são representados, significados e mediados pela comunicação. Para ele, a comunicação de massa compreende as instituições e técnicas pelas quais grupos especializados empregam meios tecnológicos, como jornais, rádio e cinema para disseminar conteúdos simbólicos junto de grandes audiências dispersas e heterogêneas.

Embora este autor diga que a audiência é dispersa (1968), observamos que ela está concentrada para receber o conteúdo e, mesmo sendo heterogênea, a mídia entrega a mesma significação para os receptores. Isso não quer dizer que os veículos de comunicação entregam a mensagem da mesma forma, afinal, eles trabalham com técnicas elaboradas para que as

mensagens sejam entregues de forma mais objetiva e clara possível. No entanto, o conteúdo em si, a significação é a mesma: massificada e homogênea.

No caso deste trabalho, a construção imagética da figura do indígena perante à sociedade, a partir da transmissão dos *mass media*, demonstra o que a comunicação pode fazer para promover, ou não, uma mudança social. Os meios audiovisuais, com a revolução industrial, criam uma capacidade, até então desmedida, de determinar as modificações globais de comportamentos da comunidade. Porém, com o desenvolvimento da teoria da informação ficou mais fácil mapear onde estão sendo propagados os discursos midiáticos que mudam o rumo de determinada sociedade.

A mídia está constantemente oferecendo informações para que a audiência “possa” fazer escolhas. O verbo vem entre aspas porque entendemos, como bem colocou Thompson (2011), que a audiência não tem muito poder de escolha já que a informação é passada em uma via de mão única, retendo os receptores de reação. O surgimento da comunicação de massa alterou como os agentes inseridos na sociedade se relacionam e como eles enxergam uns aos outros. Ela reestrutura relações sociais existentes. A televisão possibilita uma interação limitada, já que a comunicação neste caso é uma via de mão única.

Até aqui, nos resta um questionamento: quais instituições estão interessadas nesta difusão dos bens simbólicos? Certamente instituições que têm interesses políticos, econômicos e sociais por trás da transmissão de notícias. Para elas, deixa de ser apenas a transmissão de uma reportagem, por exemplo, mas a difusão de valores permeados de conceitos subjetivos que se pretendem fixar na sociedade.

Thompson explica esta questão: “As instituições da comunicação de massa, muitas vezes, têm por objetivo alcançar a maior audiência possível, pois o tamanho da audiência pode afetar diretamente a valorização econômica dos produtos em questão” (2011, p. 292).

Neste ponto da reflexão chegamos à conclusão de que esta transmissão massiva transforma os bens simbólicos sociais em mercadorias. Se transforma um fato em notícia e se transmite ele mesmo para que haja uma comercialização deste, com a intenção de que ele seja aceito e “comprado” pelos consumidores e receptores. A palavra “comprar” aqui ganha dois sentidos que são de suma importância quando nos referimos aos meios institucionalizados de comunicação de massa. Quando um cidadão liga o seu televisor e assiste uma notícia, ele está comprando aquele produto, já que a audiência é possível de ser medida, localizada e até esperada, no sentido do que ela quer consumir. Entretanto, a compra nesta situação é a nível simbólico.

Tratamos aqui de uma relação de consumo mais profunda, em que se leva para casa - na verdade, este consumo acontece nos próprios lares - valores de bens simbólicos que serão utilizados socialmente na vida dos cidadãos. Tratamos de um processo de assimilação pelos consumidores e de posterior transmissão disto para a sociedade.

2.2 Mercantilização do bem simbólico

Quando um grande veículo de comunicação aborda um assunto, ele está oferecendo um produto para o receptor/consumidor. Vale lembrar que esta mercadoria vem das mais diversas formas, porque depende de onde foi produzida, ou seja, de qual veículo de comunicação se originou determinada abordagem noticiosa de algum fato social. Como já discorremos anteriormente, esta produção nunca é isenta ou imparcial. Na verdade, os veículos de comunicação se utilizam de efeitos de imparcialidade e objetividade que garantem um produto “100%” confiável no primeiro olhar.

Na prática e trazendo para o objeto deste estudo: quando um receptor/consumidor assiste/compra uma notícia sobre a temática indígena, ele está comprando a visão de determinado veículo de comunicação sobre o fato e o assimilando como verdade, assim, o reproduzirá socialmente a partir daquela abordagem. Essa assimilação se dá de várias formas na sociedade, dentro de vários contextos, “desde conversas cotidianas entre amigos até discursos presidenciais ou de ministros (mediados ou não), desde brincadeiras e piadas até declarações sérias sobre política e ética” (THOMPSON, 2011, p. 343).

Este consumidor afeta diretamente a valorização econômica deste produto, pois ele, a partir da transmissão da mensagem, vai reproduzi-la de acordo com a intensidade e importância que o veículo de comunicação de massa deu. Caso a empresa institucionalizada dos meios de comunicação não dê importância para o assunto, o consumidor pouco dará também e este produto não será atrativo na vitrine social. Afinal, quem consome um produto desvalorizado?

Essa relação entre mídia e sociedade civil se encaixa naquilo que Nöbert Elias (2000) identificou em sua obra *Os Estabelecidos e os outsiders*. Ele descreve que grupos, em termos de seus diferenciais de poder, são superiores a outros grupos interdependentes, por exemplo: brancos em relação a negros; homens em relação a mulheres; protestantes em relação aos católicos e etc. Estes grupos mais poderosos se enxergam como melhores e superiores por serem dotados de virtudes específicas que, aparentemente, faltam nos outros grupos. A mídia e a sociedade civil se encaixam nessa descrição, pois o grupo midiático dominante detém a informação e o poder de informar, característica que, aparentemente, a sociedade civil não

consegue preencher. “Em todos esses casos, os indivíduos ‘superiores’ podem fazer que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes - julgando-se humanamente inferiores” (ELIAS, 2000, p. 19).

A mídia tem o poder de valorizar ou desvalorizar fatos sociais nesta relação de consumo. E é justamente este processo de “dar importância a determinado fato” que vamos nos aprofundar ao longo da pesquisa, mapeando as técnicas que os veículos de comunicação se utilizam para que o indígena seja visto da forma como ele é na sociedade brasileira: pouco expressivo e um cidadão quase inexistente. Thompson reafirma esta ideia ao colocar que “nossa experiência política é o resultado de uma série de políticas institucionalizadas que conferem a elas um status de notícia” (2011, p. 285).

O que refletimos anteriormente é, na verdade, uma maneira de como o desenvolvimento da comunicação de massa afeta a organização social da vida cotidiana. A circulação das formas simbólicas envolve formas de regulação e controle. Temos que partir de um estudo em que se investigue a essência e o desenvolvimento da comunicação de massa, que são basicamente a produção em larga escala e a difusão generalizada dos bens simbólicos.

Este tipo de produção tem alguns objetivos. Além de ser vantajoso política e economicamente para uma empresa passar determinada mensagem ao maior número de pessoas possível, é também uma forma de se alcançar a fixação daquele objeto no tecido social. Os conceitos se tornam reproduzíveis, sendo mercantilizados e tratados como objetos.

Entretanto, nessa tentativa de transformar um bem simbólico em mercadoria, o processo nem sempre é exato, justamente porque aqui tratamos de um objeto subjetivo e não de algo material. O processo de comunicação de massa, como já delimitado anteriormente, é mais do que “um falando para muitos”. É também caracterizado por uma ruptura entre a produção e a recepção de bens simbólicos. Entre o bem simbólico/fato e a sociedade está a mídia e ela é responsável por fazer uma ruptura entre estes polos e ressignificar a mensagem que será transmitida. Os receptores estão mediados entre os fatos.

As formas simbólicas são produzidas para audiências e transmitidas ou difundidas a fim de alcançar essas audiências, mas esses processos, geralmente, acontecem sem um monitoramento direto e contínuo das respostas das audiências. (THOMPSON, 2011, p. 290).

Esta mediação, por consequência, afasta o receptor/consumidor do próprio objeto. O fato pode ter acontecido em determinado momento, entretanto, a mídia pode reproduzi-lo

imediatamente ou algum tempo depois. Inclusive, o conceito de imediatismo é uma grande característica do *hard news*, ou seja, se o fato não é digno do “agora” ele é menos importante.

É o que acontece anualmente com a pauta dos indígenas. Ela já se tornou uma pauta fria nas redações do Brasil, sendo vendida para os receptores em determinado momento do ano, que ocorre geralmente em abril, mês que se comemora o “dia do índio” no país. Este distanciamento espaço-temporal da audiência para o fato separa o transporte físico das formas simbólicas.

Esta forma de abordagem da mídia sobre os povos indígenas descaracteriza a própria cultura deles. Como é a nossa experiência com a cultura deles? Para nós, espectadores, a mídia faz parecer que este distanciamento é maior ainda, pois acaba sendo um afastamento cultural, em que eles são reconhecidos como o “outro”, que está fora da civilização e da realidade política, social e econômica do país. Um novo tipo de interação social está estabelecido a partir do momento em que a mídia transmite de forma massiva um determinado assunto. Neste caso, podemos compreender que se trata de uma relação social baseada no distanciamento.

(...) a ideologia em função das maneiras como o sentido presente nas formas simbólicas serve para estabelecer e sustentar relações de dominação; e podemos reconhecer que, nas sociedades caracterizadas pelo desenvolvimento da comunicação de massa, a análise da ideologia deve se interessar, fundamentalmente, pelas formas simbólicas transmitidas pelos meios técnicos dessa comunicação. (THOMPSON, 2011, p. 342).

Não estamos tratando aqui de uma mera transmissão de um fato e sim de um ponto de vista e uma interpretação reafirmados pelos veículos de comunicação e transmitidos para milhões de pessoas. “Nunca, anteriormente, a capacidade de circulação das formas simbólicas foi tão grande como na era da comunicação de massa mediada eletronicamente” (2011, p. 344).

Estas formas simbólicas ganham o seu espaço dentro da sociedade no formato de ideologia, transmitida pelos meios de comunicação que, em virtude dos seus interesses, disseminam esse determinado grupo de ideias como se fosse uma verdade legitimada. Em realidade, esta característica é apenas uma opinião de uma parte com um grande poder transmissivo, que, com técnicas de reprodutibilidade, conquista a audiência.

A comunicação de massa está interessada na transmissão sem ruído de sua mensagem e isso envolve questões técnicas, tecnológicas e estruturadas, mas também não se pode esquecer do outro lado: o que ela transmite. Essa transmissão é permeada de fenômenos simbólicos que estão inseridos dentro de uma cultura.

2.3 A cultura

Já tratamos neste capítulo sobre a comunicação de massa e sua mercantilização. Agora é o momento de estudarmos sobre o objeto principal da comunicação de massa que permeia tudo aquilo que é abordado por ela: a cultura. Ela foi muito bem delimitada por Thompson (2011), que conseguiu explorar um conceito prático da cultura em suas minúcias. A cultura transcende a definição dos fatos que caracterizam um povo, sua elucidação está alhures. Conforme descreve o autor:

Ela é, também, uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem. (2011, p. 165).

Mesmo tendo uma definição ampla de cultura, o autor procurou aprofundá-la. Thompson a abordou sob uma perspectiva conjuntural, ou seja, ele reconheceu a cultura enquanto fenômeno simbólico, conceito que foi explorado por Geertz (1973). Este último autor, explorou a cultura enquanto formas, símbolos e significados, tanto é que coloca o homem como um animal suspenso em teias de significados que ele mesmo teceu, sendo a cultura a própria teia.

Entretanto, mesmo indo além dos conceitos de cultura da época, para Thompson (2011), esta definição ainda não estava adequada, pois Geertz utilizou a palavra “cultura” indiscriminadamente. “O uso de Geertz do termo ‘cultura’ e sua visão da natureza e das tarefas da análise cultural não são claras e consistentes como pareceriam ser à primeira vista” (2011, p. 177)

O autor, então, elaborou um conceito de cultura complementar àquele proposto por Geertz (1973). Se fala em uma concepção estrutural da cultura, em que ela faz parte da análise cultural. O conceito de cultura delimitado por Thompson (2011) é o que pretendemos utilizar em nosso trabalho, pois ele traz sua definição como sendo ações, objetos e expressões significativas observadas dentro de contextos historicamente específicos e socialmente estruturados.

Essa visão do autor é corroborada com a tese de Roque de Barros Laraia, em *Um conceito antropológico da cultura* (2001). Na esteira da unicidade de ações, objetos e expressões significativas que envolvem a cultura, Laraia diz que ela condiciona a visão de mundo do homem, sendo muito particular de cada um. O autor exemplifica, inclusive, trazendo a questão indígena. Imagine um antropólogo diante da floresta Amazônica: para ele, desprovido de conhecimentos mais profundos acerca da botânica, aquele lugar é mais um amontoado de

árvores e vegetações desconhecidas. No entanto, para os indígenas que ali vivem, aquela mesma floresta é o lar deles, muito conhecido e mapeado, onde, inclusive, são desenvolvidas expressões daquele grupo. “Assim, ao contrário da visão de um mundo vegetal amorfo, a floresta é vista como um conjunto ordenado, constituído de formas vegetais bem definidas” (LARAIA, 2001, p. 67).

Por isso, é importante ressaltar que não vamos analisar a questão indígena de um ponto isolado da realidade. Mesmo que tenhamos escolhido um aspecto da cultura indígena - a importância da terra - ela precisa ser estudada dentro da conjuntura histórico social. Antes de respondermos o porquê e como a questão indígena é tratada pelos veículos de comunicação, é necessário que a entendamos, de fato.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. (2001, p. 68).

O que se vê hoje na mídia é uma tentativa de resgate ao conceito de cultura do século XVIII quando se refere aos indígenas. Na França e Inglaterra dessa época mesclava-se o conceito de cultura com o de civilização, no sentido de que a cultura trazia ares de refinamento para um movimento progressivo contra a selvageria e a barbárie. Era o Movimento Iluminista dando caras na Era Moderna. Muitas vezes, a mídia retrata a pauta indígena e todos os seus fenômenos simbólicos de forma a montar uma *mise-en-scène* que constrói um sentido de povo alheio à civilidade. Isso acontece, porque “práticas de outros sistemas culturais são catalogadas como absurdas, deprimentes e imorais” (2001, p. 74).

Diferente das técnicas aplicadas para o enobrecimento de uma cultura, como feito na época ao ensinar artes e línguas e melhorar as faculdades humanas, a mídia hoje tem táticas interessantes. Ela mostra para a sociedade o que é não ser civilizado e como isso pode ser nocivo para os próprios indivíduos. Vamos provar essa afirmação ao decodificarmos as reportagens já delimitadas para este estudo.

Para fundamentar, então, o conceito de cultura que utilizaremos ao longo da pesquisa, colocamos na íntegra a definição explorada por Thompson (2011). A concepção estrutural compreende “os fenômenos culturais [que] podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.” (2011, p. 181).

É bem verdade que uma das diferenças entre os animais e os seres humanos é a capacidade de conferir um sentido a construções não linguísticas e que envolvem o simbólico, como obras de arte e artefatos e expressões artísticas. Mas não é apenas analisar o simbólico; é apreciá-lo dentro de seu contexto histórico, social, econômico e político para poder, de fato, compreendê-lo. Se não for assim, de que adianta a diferenciação simbólica entre nós e os animais se não for para compreender em sua totalidade? (THOMPSON, 2011, p. 181).

O simbólico está intimamente ligado com a cultura e é importante ressaltar que as formas simbólicas não são apenas construções ou um amontoado de elementos da cultura. Enquanto simbolizam, apontam ou indicam algo, as formas simbólicas são representações de algo que pode nos dizer coisas muito mais profundas do que simplesmente uma delimitação cultural. Para nós, neste trabalho, é interessante não só comprovarmos como os indígenas são retratados pela mídia, mas o que eles representam para ela e, por conseguinte, para a sociedade.

Tudo isso se dá no campo do simbólico, que está dentro de uma estrutura social. Inevitavelmente esbarraremos com ela dentro da investigação. Mas, por hora, é necessário sabermos que, de acordo Thompson (2011, p. 198), ao analisarmos a estrutura social de um campo ou instituição, estamos determinando, na verdade, as assimetrias e diferenças daquele escopo.

Essas assimetrias estão interligadas com a diferença de polos simbólicos que envolvem, na verdade, o poder das instituições. É uma perspectiva marxista de se encarar, mas quando analisamos uma parte da população que é minoria, ou ao menos que se tornou minoria, não podemos deixar de abordar o tema sob essa perspectiva, já que ele está condicionado totalmente aos interesses financeiros, políticos e sociais que os indígenas oferecem para a sociedade.

Thompson (2011, p. 204) discorre sobre o tema afirmando que “bens simbólicos podem ser economicamente valorizados em diferentes graus por diferentes indivíduos, no sentido de que alguns indivíduos podem entendê-los como de maior ou menor valor do que outros lhe atribuem”.

Mas, afinal, por que escolhemos analisar a questão indígena sob uma perspectiva simbólica dos fenômenos culturais? Ou melhor, por que se justifica a escolha de observar esta questão por um viés simbólico?

Em primeiro lugar, precisamos destacar que as formas simbólicas são as maneiras mais genuínas de produção de símbolos e significados de certo povo. Elas são construídas por um sujeito(s) que propositalmente tenta expressar suas tensões e intenções. Aliás, convém endossar que este primeiro aspecto é totalmente intencional. Nada melhor do que analisar o simbólico partindo de quem o produz intencionalmente. Em jargão jornalístico, seria o mesmo que

conseguir uma informação “direto da fonte”, a mais pura e “verídica - se é que isso existe, de fato, - fonte”.

Outro ponto que responde nossa questão é o aspecto convencional. Essa perspectiva endossa os contextos socialmente estruturados outrora citados por Thompson. Tanto a produção e construção das formas simbólicas quanto a recepção delas estão sujeitas à decodificação de regras e códigos próprios de quem os recebe. Por isso, seria até equivocados isolar uma forma simbólica para estudar apenas sua produção ou recepção. Claro, é possível dar ênfase em um ou outro polo, mas é necessário que, ao menos, se contextualize as convenções que as formas simbólicas estão sujeitas. O que vemos atualmente, e que comprovaremos nos capítulos posteriores, é como os fenômenos culturais dos indígenas estão constantemente sendo colocados sob análise das regras, códigos e convenções sociais que são cancelados pela mídia. “A possibilidade de corrigir ou sancionar a produção e a interpretação de formas simbólicas demonstra o fato de que esses processos tipicamente envolvem a aplicação de regras, códigos e convenções sociais” (THOMPSON, 2011, p. 186).

Depois de passarmos pelos aspectos intencional e convencional chegamos ao estrutural. Já discorreremos sobre este ponto, pois as formas simbólicas exibem uma estrutura articulada que deve ser compreendida para decodificação do simbólico. Neste ponto, conseguiremos delimitar tudo aquilo que é extra das formas simbólicas, que, na verdade, também as compõem.

O significado transmitido pelas formas simbólicas é, comumente, construído com traços estruturais e elementos sistêmicos de forma que, ao analisar estes traços e elementos, podemos aprofundar nossa compreensão do significado transmitido pelas formas simbólicas. (2011, p. 188).

Outra característica das formas simbólicas é o aspecto referencial que elas têm sobre si. Este conceito retoma, de certo modo, os três anteriores já que as formas simbólicas, como estão dentro de estruturas maiores, sempre dizem algo a respeito de determinada característica da cultura, ou seja, se referem a algo ou dizem algo sobre alguma coisa. E, uma última característica das formas simbólicas, é o seu aspecto contextual, que deve ser levado em conta para sua compreensão. Elas estão sempre inseridas em contextos sócio históricos específicos “dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas” (2011, p. 192).

Após ressaltar os aspectos “intencional”; “convencional”; “estrutural”; “referencial”; e “contextual” das formas simbólicas, vamos esclarecer o ponto básico de abordagem desta pesquisa. Embora já superada em muitos aspectos por teorias mais modernas e que dão conta

da comunicação na atualidade, partimos da teoria crítica, a qual define muito bem os polos de produção e recepção de conteúdo.

Outro autor que traz contribuições pertinentes acerca da comunicação de massa, da cultura e da mediação é Denis Mcquail em sua obra *Teorias da Comunicação de Massa* (2003). Diante de tudo que já abordamos neste capítulo, convém ressaltar a importância do estudo da comunicação nos tempos atuais, uma vez que “a maior parte da nossa experiência é literalmente mediada pelas palavras e imagens do meio dominante do nosso tempo” (2003, p. 112), isto é, basicamente pela televisão e internet.

Uma definição trazida pelo autor e que corrobora com o conceito de “massa” que trabalhamos aqui é que este tipo de comunicação promove a transformação da sociedade por meio da extensão da “aculturação pública institucionalizada para além dos limites da interação face a face e de outras interações mediadas pessoalmente” (2003, p. 112). “Aculturação” porque será uma visão de mundo imposta de forma unilateral aos espectadores; “Institucionalizada” porque vem de uma instância de poder superior simbólica que escancara a hierarquia social (trabalharemos melhor este conceito no capítulo seguinte); “face a face” porque agora a comunicação extrapola os limites de diálogo entre poucos e interpõe um aparato tecnológico provido da capacidade de ilustrar um fato de maneira concreta, por meio de imagens, sons, gráficos etc.

Podemos concluir que “as identidades são formadas pelas mensagens sistemáticas e largamente partilhadas dos media de massas” (2003, p. 112). É exatamente o que ocorre com os povos indígenas, uma vez que, a partir da transmissão de algum fato envolvendo a comunidade indígena, referente à demarcação de terras, os media acabam por aculturá-los quando não exploram os motivos pelos quais a demarcação é um processo importante para eles e os espectadores absorvem uma identidade rasa e estereotipada destes povos.

Quem sintetizou este processo foi Charler Wright Mills (1951, p. 333) quando disse que “entre a consciência e a existência fica a comunicação que influencia a consciência que os homens têm da sua existência”. Em outras palavras, a comunicação é aquela que transforma a consciência e crenças em opiniões, verdades e certezas acerca da própria existência.

2.4 Teoria crítica e a perspectiva apocalíptica

Tudo o que abordamos neste capítulo corrobora com a perspectiva apocalíptica discutida por Umberto Eco (1976) com relação à comunicação massiva. Neste sentido, entendemos que este trabalho tem um de seus pontos iniciais fundamentados na teoria crítica, uma vez que

compreendemos que a cultura indígena é tratada pela mídia como uma cultura subordinada que se torna uma mercadoria pouco e mal abordada pelos veículos de comunicação.

“Apocalípticos e integrados” são os nomes que Umberto Eco se utiliza para definir as visões da época sobre a comunicação de massa em uma sociedade do consumo. Basicamente, e em uma perspectiva quase que maniqueísta, o autor os coloca em pontos diametralmente opostos com relação ao objeto: enquanto que os apocalípticos são caracterizados por usarem uma lente negativa para enxergar a comunicação de massa que está em sua fase mais obscura e assim fazem uma crítica ferrenha à mercantilização; os integrados, por sua vez, se utilizam de uma lente mais positiva, analisando que pode ser muito bem-vinda a transmissão acrítica dos fatos sociais por estabelecer uma relação de democratização com os objetos representados.

Esta visão dualista foi, inclusive, alvo de crítica pelo próprio autor e também por outros. Não colocamos aqui que esta contribuição já foi superada, porque evidentemente ainda embasa muitos trabalhos e reflexões acadêmicos, como aqui fazemos, mas existem propostas contemporâneas que vão além desta visão dualista. É bem verdade que para dar conta deste objeto - a comunicação de massa - é necessário que existam outras propostas e teorias.

Apocalípticos é uma obra que possibilita, especialmente ao neófito da área de comunicação, identificar a diversidade de pesquisa sobre os meios sem cair em julgamentos valorativos e afirmações de senso comum. A busca de um rigor metodológico anda *pari passu* com um tipo de conhecimento que se propõe científico. Por isso, mesmo apontando a efemeridade e a reprodutibilidade em série como características fundamentais da cultura de massa, porque submetidas às leis econômicas de fabricação dos produtos e do consumo, Eco ainda assim reivindica aos meios um estatuto epistemológico. Sim, é possível estudá-los com rigor metodológico e fundamentação crítica. (SILVA; MARTINEZ; SANTOS, 2016, p. 11).

Mais uma vez, vamos endossar o conceito da mercantilização dos bens simbólicos, sob a perspectiva de Eco (1976). As notícias se tornam mercadorias em uma venda muito mais complexa que pressupõe que o produtor daquele produto tenha mais força simbólica do que o objeto em si, não deixando a ele outra opção a não ser se tornar um produto.

Nesta etapa de nossa investigação conseguimos identificar dois polos: o da esfera dominante (*mass media*) e dos dominados (os indígenas), que são reféns por inúmeros motivos da representação simbólica a partir da lente das câmeras de televisão.

Dentro desta relação assimétrica do poder simbólico, requisito necessário para o funcionamento do sistema capitalista, os fatos se tornam produtos midiáticos veiculados por meios de comunicação que ditam o caminho que determinado assunto deve seguir na agenda social. Tratamos da comunicação de massa no sentido da teoria crítica não porque um veículo

detentor da força simbólica fala de seu discurso para muitos, mas porque a força simbólica dele silencia a pauta dos demais.

(...) o discurso implica também outra tomada de consciência: o sistema de condicionamento denominado indústria cultural não apresenta a cômoda possibilidade de dois níveis independentes, um da comunicação de massa, outro da elaboração aristocrática que a precede sem ser por ela condicionada. (ECO, 1976, p. 15).

Vale pontuar, contudo, que as reflexões de Umberto Eco na discussão dos apocalípticos e integrados, de maneira alguma, foi uniforme. Na verdade, a publicação de 1964 do pensador italiano foi uma das poucas, na época, que realmente abordavam sobre os meios de comunicação e a sociedade de consumo que era moldada pelo formato americano. De fato, o tom dualista, de encarar a comunicação de massa, era uma perspectiva audaz de dar conta de um objeto de comunicação muito complexo. Eco, analisou os desdobramentos da cultura de massa no leitor e os dividiu em dois: em apocalípticos e integrados.

O apocalíptico consolava o leitor porque o elevava acima da banalidade média. Era super-homem, segundo Eco, porque estava acima da massa e dela não fazia parte. O integrado, por sua vez, convidava o leitor à passividade ao aceitar o consumo acrítico dos produtos da cultura de massa. (BIANCO, 2004, p. 1).

Reconhecemos a importância das contribuições de Umberto Eco para esta investigação e, no que tange nosso objeto de pesquisa, entendemos que o autor tem muito a acrescentar, junto à teoria crítica. De forma alguma excluímos o restante das teorias da comunicação, como exemplo, a funcionalista que diverge em muitos pontos da crítica. Todas elas são, de fato, muito importantes para que a comunicação de massa seja compreendida, mas, por uma questão de recorte e entendimento da pesquisadora, houve uma preferência pelo aprofundamento na teoria crítica, já que é ela que dispõe sobre conceitos de polos de forças e poder simbólico.

A teoria social crítica nos dá instrumentos reflexivos sobre a comunicação e nos imputa tarefas de observações sobre os meios de comunicação de massa, sendo elas: a tarefa de analisar as trajetórias de desenvolvimento específicas das sociedades modernas; a reflexão sobre as limitações dessas sociedades e as oportunidades possíveis de seu desenvolvimento. “Esta tarefa conserva sua importância hoje, mesmo se o referencial dentro do qual ela for pesquisada tenha de ser, fundamentalmente, reformulado” (THOMPSON, 2011, p. 425).

Para o autor, os teóricos estavam certos ao enfatizar a importância persistente da dominação no mundo moderno. Além disso, para Thompson, ao considerar a análise crítica da ideologia como uma fase na relação dinâmica entre dominação e ação, os críticos estavam

corretos quando estabeleceram as partes opostas do processo comunicativo, pois de um lado estavam a reprodução das formas de dominação e do outro o processo de autorreflexão crítica que pode capacitar os indivíduos a questionar essas formas.

Se o autor quis desenvolver a teoria crítica dentro de uma sociedade moderna, este trabalho é uma tentativa de continuar desenvolvendo-o dentro de uma sociedade que mescla instrumentos de comunicação da era de massa, como a televisão e o rádio, por exemplo, com elementos mais atuais, reconhecendo o valor da internet, para a pauta dos indígenas.

Seguindo nesta linha, para continuarmos a compreensão da organização e da reprodução do poder e da dominação, não podemos tratar das problemáticas envoltas da comunicação de massa sem citarmos as contribuições de Walter Benjamin (1969) em *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. Este aspecto de tornar a cultura em produto perpassa sobre a característica, já trabalhada anteriormente, de que os veículos de comunicação têm de transmitir uma mensagem de forma potencializada a um grande número de pessoas. Simplificando a escala: um comerciante vende, em grande quantidade, um produto que é facilmente reproduzível. Concluimos, neste ponto, que a era da reprodutibilidade técnica chegou às pautas sociais veiculadas pela mídia.

Imaginemos então, a reprodução massiva de um recorte social sobre um fato em que para chegar às televisões, jornais e às rádios foi incutido nele efeitos de imparcialidade na forma de imagens, textos e edição de áudios. O que acontece hoje com determinados assuntos é o que acontecia com as obras de arte no passado, em que “ao mesmo tempo, a técnica pode levar a reprodução de situações, onde o próprio original jamais seria encontrado” (BENJAMIN, 1969, p. 13).

A teoria crítica aborda de forma enfática o conceito de alienação que vai ao encontro da fala de Benjamin (1969). Quando perdemos de vista o objeto original, estamos à mercê das construções de significados que as instituições formadoras de opinião constroem sobre ele. O que a audiência fiel da mídia tem é, ao final, uma visão recortada, fragmentada e enviesada do que os indígenas tanto protestam sobre a demarcação de terras.

A teoria crítica nos dá base para entender que fazemos parte de uma sociedade espetacularizada pela mídia. O que está nos “palcos” é o que é visto, discutido e levado em conta pela sociedade. Entretanto, quem faz a seleção do que entra ou não para o espetáculo está sujeito a diversos filtros como interesses políticos, econômicos e sociais. Neste sentido, reiteramos uma das principais críticas de Adorno (1997), que é a sociedade de mercado. Quando uma cultura se torna um produto, ela está sujeita à lógica mercadológica e econômica, na qual o lucro é o objetivo primário. Como estamos trabalhando no plano simbólico, pressupomos aqui

que os rendimentos não serão apenas em cifras. Tratamos aqui de um lucro simbólico: aquele que é definido pela sua assimilação da verdade do jornal pela audiência. É a forma como ela “compra” e, mais do que isso, transmite esta verdade no dia a dia social. Aí reside o lucro simbólico de que tratamos.

Nossa crítica reside no sentido de que a mídia, enquanto quarto poder e instituição formadora de opinião, não pode, para certos aspectos deixar se levar apenas pelo lado mercadológico, porque existem questões que vão além; se extrapolam para o lado humano e ambiental, como é o caso das pautas dos indígenas. Estas mensagens, que têm por objetivo sustentar o poder dominante, influenciam o papel na vida social e política dos cidadãos. É o que endossa Thompson ao relacionar o conceito de ideologia com o de reprodução social:

A reprodução das relações sociais exige não apenas a reprodução das condições materiais da vida social (alimentação, habitação, máquinas etc.), mas também a reprodução dos valores e crenças socialmente partilhados. (2011, p. 117).

2.5 Sintetizando

Em suma, com este capítulo esboçamos o que consideramos alguns pontos relevantes que envolvem a comunicação de massa. Primeiro, delimitamos sua definição, apoiada na reflexão proposta por Thompson (2011), de que a comunicação, ou melhor dizendo, a transmissão de massa é a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação. Tanto a produção institucionalizada quanto a difusão generalizada ficam a cargo das empresas e veículos de comunicação que detém o *status quo* de dominante.

Também exploramos o conceito de transmissão generalizada com a teoria da informação, a qual permitiu que a mensagem fosse entregue ao maior número de pessoas com a menor quantidade de ruídos, afinal, para manter a ordem social é necessário que os veículos de comunicação sejam claros e concisos em suas notícias.

Ao transmitir os fatos, a mídia os transforma em bens simbólicos, que são mercantilizados e têm o seu valor balizado por uma relação de consumo. Encontramos aí uma problemática, porque quando a mídia se põe entre o fato e a sociedade ela causa um distanciamento temporal, espacial e cultural entre as partes do processo. O que, de fato, pode ser muito danoso para a cultura, que é mal representada e para a sociedade, que receberá uma visão recortada daquele conjunto de hábitos e costumes que definem um povo.

Falando na cultura, reiteramos a concepção estrutural proposta por Thompson, a qual vamos utilizá-la ao longo de nossa pesquisa. A abordagem proposta pelo autor aborda não só a forma simbólica da cultura, mas como esses fenômenos culturais estão inseridos em contextos sociais estruturados. Ele diz que “a cultura é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças” (2011, p. 176).

Neste ponto, entendemos a dimensão das formas simbólicas. Elas não são apenas concatenações de uma cultura, mas uma parte pungente e importante que se depreende dela. Explicamos os vieses abordados por Thompson para justificar a importância de se debruçar sobre o simbólico, pois é uma área de estudo que abre um leque com cinco possibilidades: o intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual.

Por fim, terminamos este capítulo explicando o nosso ponto de partida da visão do objeto. Não faz sentido estudarmos uma minoria sob a perspectiva da maioria, pois estaríamos ainda mais distanciados da verdadeira problemática. Justificamos nossa escolha por uma perspectiva apocalíptica, embasada pela teoria crítica, que colocam os veículos de comunicação em xeque pela maneira mercantilizada com que transmitem a cultura alheia.

Nossa investigação faz uma abordagem mais ampla da comunicação de massa. Aqui não vamos explorar o sentido mais simplório dela, em que um veículo detentor da força simbólica fala de seu discurso para muitos, mas no sentido de compreender a força simbólica dele em silenciar a pauta dos demais. Tal preocupação será abordada no capítulo seguinte.

3. VIOLÊNCIA E PODER SIMBÓLICOS

No capítulo anterior utilizamos, fundamentalmente, o autor John B. Thompson (2011) para explicar a relação da comunicação de massa com a cultura dentro de todos os seus meandros. Para darmos continuidade em nossa fundamentação teórica sobre o campo simbólico utilizaremos os estudos de Pierre Bourdieu (1989) majoritariamente. Como a temática é complexa, também utilizaremos outros autores de apoio como Alfredo Bosi (2014), Cecilia Sardenberg (2011) e, inclusive, autores que abordaram a temática na literatura (Machado de Assis) e na música (Engenheiros do Hawaii).

Discorrer sobre poder e violência é necessariamente dissertar sobre o campo simbólico em que eles se desenvolvem, sem se esquecer de suas relações. Primeiro porque é necessário compreender qual o espaço em que estas instâncias – poder e violência – se desdobram; segundo porque estes são conceitos relacionais, que não podem ser definidos por si próprios, mas necessitam de outros para suas respectivas definições, que se desenrolam dentro de um determinado plano. Por exemplo, na esfera do poder, só conseguiremos depreender a figura de um chefe quando soubermos o que é um subordinado a ele. Da mesma forma funciona o conceito de violência, tratado aqui no campo do simbólico.

No campo cultural, podemos exemplificar a questão do poder com a própria temática indígena ou com povos minoritários no que diz respeito à espaço simbólico, como a cultura negra/africana. A cultura difundida pela mídia é dominante sobre a cultura indígena, que tem pouco ou nenhum espaço midiático. O que se vê na televisão, internet, rádio e jornais impressos é uma cultura branca, heterossexual, de elite e norte-americana, que rememora o “*american way of life*”, um estilo de vida cultural permitido por meio do consumo, seja ele material ou simbólico. Então, antes de adentrarmos propriamente na explanação de poder e violência, vamos abordar o conceito de campo social desde a óptica apresentada por Bourdieu.

Segundo o autor, na sua obra *Questões de Sociologia* (2003), campo social é o espaço estruturado de posições sociais tomados pelos agentes. Campo é o espaço de práticas específicas, que podemos identificar nas instâncias de poder nas relações humanas. É importante frisar que esta investigação trata dos conceitos não mais no plano físico e sim no plano simbólico e abstrato. Aqui o espaço social não é físico e a distância ou aproximação dos agentes sociais não é, necessariamente, geográfica.

Para exemplificar mais uma vez esse objeto, podemos voltar ao caso do chefe. Pode ser que este chefe trabalhe em um local em que a disposição geográfica o aproxime de seus subordinados, mas isso não o aproxima da posição social que ele ocupa. Sua posição de poder,

em que se desdobra em dominação e em força econômica, é sensivelmente distante dos subordinados. O importante é termos em mente que a distância física não diminui a distância social que se configura neste campo.

Trazendo este conceito para o nosso objeto de estudo, não é raro vermos os povos indígenas em espaços urbanos. Entretanto, essa aproximação com o “civilizado” não faz com que a sociedade os enxergue como tal. É recorrente, por exemplo, que os povos indígenas se dirijam à Brasília para protestar pelos seus direitos. Aqui há a configuração de campo, agente, poder e violência estampados na forma simbólica. Neste caso, temos:

- Campo: Nessa situação, podemos identificar o campo físico e o simbólico. Campo físico - Brasília/DF -; campo simbólico - capital do país. Por que em muitos casos os indígenas preferem protestar em Brasília? Justamente pelo seu peso simbólico. É de lá que saem as direções político-normativas para o país. Os indígenas poderiam protestar em outras grandes e importantes cidades do Brasil, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, no entanto, estas cidades não carregam a mesma força simbólica que a capital do país;
- Agente: Identificamos a relação entre agentes - governantes e os manifestantes, no caso os povos indígenas. Cada qual com a sua importância e relevância dentro do campo;
- Poder: No tocante à demarcação de terra, objeto deste estudo, há um embate de poder: A quem pertence a terra? Ao governo, que dita as leis sobre o espaço físico ou aos povos indígenas que, historicamente, estavam nela primeiro?
- Violência: O embate de poder gera, inevitavelmente, uma violência em decorrência dessa discrepância de força. O dominado tentando ser ouvido e o dominante fazendo força no sentido contrário para que a ordem seja mantida. Protestar é um direito constitucionalmente garantido aos cidadãos, mas será que a sociedade assim os reconhece ou os entende como invasores na sociedade? Depreendemos que não é porque um indígena ocupa um espaço urbano que ele é considerado como urbanizado, civilizado e integrante da sociedade. Sua distância social é construída pelos agentes dentro do campo.

Dessa forma, podemos entender que o campo é um espaço que possibilita a dinâmica das posições: distância e aproximação/identificação. Estas distâncias são relacionais, assim como os conceitos tratados anteriormente. Sabemos se estamos longe ou não do outro a partir da posição dele. Por isso, neste capítulo vamos continuar discorrendo sobre conceitos como

dominante e dominado, já que estes são também explorados por Bourdieu e explicam muito bem a posição dos povos indígenas dentro de nossa sociedade.

O campo é estruturado a partir das relações de poder, que se traduz em uma oposição de forças, distribuídas entre posições dominantes e posições dominadas, segundo o capital simbólico, econômico e cultural dos agentes e instituições. (LIMA, 2010, p. 16).

Para Santos (2015, p. 2), “a teoria dos campos reconhece a pluralidade de mundos sociais” e neles existem embates em virtude da própria dinâmica das posições de dominantes e dominados. Neste espaço abstrato, existirão disputas pela autoridade, legitimidade, domínio das interpretações e dos signos. Campo é um lugar de embate em que os agentes se posicionam e se legitimam. Bourdieu chama estes agentes de pretendentes.

Neste momento, começamos a abordar, então, as relações sociais apreendidas dessa dinâmica dentro do campo. Bourdieu tem um olhar que quebra a ilusão naturalista das coisas e a troca por uma ótica social. O autor questiona a naturalização das ações humanas, pois entende que tais ações são socialmente adquiridas e construídas. Este conceito vai ao encontro da definição proposta por Durkheim sobre fato social, em que existem ocorrências que só são explicadas no nível social.

Tratar sobre campo é abordar, inevitavelmente, o conceito de *habitus*, também trabalhado por Bourdieu. Até o momento, explicamos os conceitos de campo e de agente social. Mas, onde entra o indivíduo nesse encadeamento? O conceito de *habitus* supre essa lacuna ao fazer a ponte entre o indivíduo e o coletivo. O autor francês define esse conceito como sendo “(...) um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2011, p. 191).

O conceito de *habitus* é interessante à medida que coloca o indivíduo dentro da sociedade e estabelece a dinâmica de troca entre esses dois polos. Em outras palavras, segundo este conceito, as ações de um indivíduo são socialmente constituídas, elas se estruturam na subjetividade dele. É a sociedade que oferece ao indivíduo o que ele pode fazer, ser e pensar. Aqui temos a subjetividade (individualidade) socializada.

O autor estabelece um diálogo entre os conceitos propostos por Émile Durkheim e pelos autores que defendem a ação do indivíduo enquanto mobilizadora da sociedade. De fato, a sociedade antecede o indivíduo, como bem postulou Durkheim; entretanto, também é necessário levar em conta que o indivíduo vai moldar a sociedade a partir de suas práticas.

Sobre elas, Bourdieu também lança um olhar analítico porque conseguimos depreender o mundo a partir de três formas, segundo o autor: fenomenológica, objetivista e praxiológica.

A primeira delas é a parte de compreensão do mundo mais simples, em que o indivíduo consegue absorver os fenômenos a partir da sua própria experiência de mundo. A segunda forma, objetivista, já confere um olhar mais profundo sobre o entorno, pois é onde o indivíduo começa a compreender as relações de causa e efeito e a compreender as relações socioeconômicas. A terceira, praxiológica, remete ao conceito de prática, em que finalmente seria a interiorização dos fenômenos sociais.

A prática, ou seja, o que realmente se efetiva num determinado tempo histórico e social, não depende apenas do agente, no sentido de uma escolha individual, mas do campo como um todo – o que a “sociedade” oferece como possibilidade. Sendo assim, conforme a quantidade de capital acumulado no espaço social permite que cada indivíduo assuma ou não posições de poder e prestígio nas diferentes esferas que escolha atuar. (SILVA, 2014, p. 1).

O autor quebra a ideia da naturalização dos fenômenos e propõe uma ideia de que as coisas podem ser socialmente explicáveis. A decodificação das formas de compreensão do mundo apresentadas por Bourdieu nos auxilia a compreender o processo de dominação e seus consequentes desdobramentos que são apresentados como naturais ou óbvios para a sociedade. Por exemplo: é natural que lancemos um olhar de distanciamento para um indígena pelo simples fato de sua cultura? De onde vem esse distanciamento?

Propomos aqui que é muito mais do que uma primeira impressão estranha ao indivíduo frente ao diferente. Mas é porque, socialmente, esse agente diferente à sociedade foi significado por ela própria. A proposta desta pesquisa é provar que a visão da identidade da cultura indígena é socialmente explicável e que os veículos de comunicação são determinantes para a definição dela por meio de golpes de inculcação que constroem o que é ser ou não um agente social dentro do campo.

Podemos citar, inclusive, outro exemplo do que é socialmente explicável. Na obra *Dominação Masculina* (2007), Bourdieu explica exatamente como se dá esse processo de ilusão naturalista. É mais fácil justificar as diferenças de gênero na sociedade por questões biológicas do que reconhecer toda uma estrutura histórico-social. A sociedade ensina determinados comportamentos categorizados como femininos e masculinos que, de repente, se viram homem ou mulher sem perceber. Qualidades ditas como desse ou daquele gênero quase nunca são explicadas socialmente, mas sim biologicamente pela sociedade.

Nessa mesma vertente, podemos trazer a questão novamente para o nosso objeto. O indígena é reconhecido pela civilização como selvagem, alheio à sociedade. A identidade social dele é incorporada de uma forma que vai além da superficialidade. Tão logo, saberemos definir o que é um indígena sem nos darmos conta do trabalho social de construção dessa identidade.

É tentador justificar biologicamente os nossos preconceitos por algo que é socialmente construído: “os índios são selvagens por natureza”. A naturalização dos comportamentos tira da sociedade o peso da responsabilidade dos resultados e uma resignação, que é benéfica justamente para os dominantes, pois lhes convém que as coisas sejam como são. Na questão dos povos indígenas isso se intensifica, já que a questão da demarcação de terras extrapola o tema social. Para os ruralistas, detentores de muito poder simbólico, não é conveniente que os povos indígenas ganhem relevância na sociedade, pois, por conseguinte, conseguirão ter mais direito às terras o que, de fato, não é interessante para quem a explora. Quando se diz “que as coisas são assim”, na verdade, nas entrelinhas, está subentendido que as coisas devem ser assim.

Neste último exemplo que explicitamos, podemos também estendê-lo para explicar outro conceito fundamental que nos ajudará a compreender de forma completa as instâncias de poder e violência simbólica. Ele é o capital simbólico. Quando afirmamos que os ruralistas detêm muito poder simbólico, dizemos, na verdade, que eles possuem uma grande quantidade de acúmulo de forças dentro de seu campo, isto é, o capital simbólico.

Para Bourdieu (2003), existem espécies de capital simbólico, a saber: econômico, cultural e social. O primeiro está ligado aos meios de produção e renda daquele indivíduo ou instituição; já o segundo está ligado aos conhecimentos apreendidos legitimados por diplomas, títulos, livros, obras de arte, etc.; e o terceiro dispõe sobre as relações sociais que cada um constrói.

O que se faz desse capital simbólico é o que interessa para este trabalho e também foi algo de interesse para Bourdieu, uma vez que este é um conceito que legitima o poder simbólico à medida que é incorporado e reconhecido como óbvio, ou seja, já passou pelo processo de naturalização.

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. (BOURDIEU, 2003, p. 145).

Sinteticamente e aplicando os conceitos do autor ao nosso objeto de pesquisa, nós só conseguimos entender o que é o indígena dentro de nossa sociedade. Não é porque são povos genuinamente brasileiros, cada qual com sua cultura, mas porque eles sofreram um processo de

uniformização quando se refere à significação. Esperamos determinados comportamentos deles, com base na definição social que incorporamos.

Essa incorporação, do exterior para o interior individualizado, advém de inúmeros campos sociais, por exemplo, o campo midiático/jornalístico, que é detentor de capital simbólico econômico, cultural e social. Ele tem o poder simbólico de exercer sobre os indígenas uma violência abstrata.

É através da comunicação que os sistemas simbólicos se reproduzem, assegurando a dominação de uma classe sobre a outra, legitimando essa dominação na medida em que aparece como consenso, apesar de consistir, na realidade, em coerção. (JOHANSEN, 2013, p. 52).

Vejamos este processo. É bem o momento de começarmos a refletir sobre o poder e a violência simbólicos dentro da comunicação e como ela se desenvolve no campo social e, principalmente, midiático.

3.1 Poder e violência

Após definirmos conceitos fundamentais para essa investigação (a saber: campo, agente, *habitus* e capital simbólico) podemos compreender agora como se desdobram o poder e a violência aplicados a eles. A vida social é estruturada em torno de polaridades, nas quais os objetos estão dispostos em instâncias distintas e assimétricas dentro do campo social.

Nesta etapa do capítulo, “a ideia é entender as relações de força que se estabelecem entre essas instâncias e de que maneira elas interferem na produção de um artefato cultural” (MONTAGNER; MONTAGNER, 2011, p. 259). Já discorreremos neste capítulo, como Bourdieu quebra a lógica da naturalização das ações humanas e atribui aos fenômenos sociais uma explicação dentro da sociologia. Para ele, é necessário olhar a sociedade para compreender o indivíduo. Entretanto, o autor não foi o primeiro a romper com a perspectiva “biológica” das ações humanas. É necessário frisar que Marx e Durkheim também lançaram questionamentos acerca das relações humanas e das desigualdades que nelas imperam. Os três autores concordam que a base para a heterogeneidade e a desigualdade consiste de relações, “não de indivíduos ou grupos, que povoam nosso horizonte mundano, mas sim de redes de laços materiais e simbólicos, que constituem o objeto adequado da análise social” (WACQUANT, 2013, p. 87).

Nesta rede de relações está, inevitavelmente, o poder simbólico. Para que ele exista é necessário pressupor que além de relações, existam assimetrias entre elas e que esse

desequilíbrio seja reconhecido pelos seus agentes. Esse reconhecimento, para Bourdieu, se dá quando o poder simbólico é ignorado, ou seja, é invisível perante os agentes sociais. Aqui, temos a primeira definição de poder simbólico: “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

É interessante observar que este conceito quebra a lógica da significação de poder que costumeiramente é empregada na sociedade. Enquanto o autor propõe que este necessita da invisibilidade para existir e se legitimar, a definição do senso comum explica que o poder, para ser autêntico, precisa se fazer ver. Não é à toa que existem tantos objetos que materializam o poder: coroa e cetro de um rei; faixa presidencial; e posse de armas por instituições como as polícias, por exemplo, são algumas formas materiais que se faz ver o poder.

Entretanto, o poder simbólico não necessita de objetos para se fazer valer. Na verdade, ele se vale de sistemas e de estruturas estruturantes para existir. Discorreremos aqui de um poder dissimulado, em que é necessário identificar onde ele se deixa ver menos.

O poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica e só se exerce se for reconhecido, o que significa que ele acaba sendo ignorado, passa despercebido. (1989, p. 14).

Em *O Poder Simbólico* (1989), Bourdieu explica detalhadamente os meandros deste tipo de poder. É importante enfatizarmos que como o autor quebra com a lógica naturalista dos fenômenos, o poder simbólico vai tratar de construções. Ele é, sobretudo, um poder de construção da realidade, conceito-chave no momento quando formos nos debruçar sobre a identidade dos povos indígenas. O que sabemos deles é uma construção feita por inúmeros fatores, dentre eles, a mídia.

Uma das esferas que o poder simbólico se legitima é a comunicação. Para o autor, as relações de comunicação são sempre relações de poder. É por meio da crença no poder das palavras que se pode manter a ordem ou a subverter. Por isso tantos veículos de comunicação investem na autopromoção para dizer que são imparciais e divulgadores da verdade, pois, assim, conseguem legitimar o discurso sobre o outro como verdade e endossar a crença do discurso da validade.

É interessante notar as características atribuídas ao poder simbólico: poder subordinado, forma transformada, irreconhecível, transfigurado e legitimado. Falar sobre poder simbólico é, inevitavelmente, discorrer sobre a violência desta natureza. A violência simbólica é a dominação de uma classe sobre a outra dando reforço da sua própria força às relações.

Para exemplificar um caso de violência simbólica nas relações sociais basta olharmos para os relacionamentos entre homens e mulheres. Segundo Cecilia Sardenberg¹ (2011), a violência simbólica de gênero se infiltra por toda a cultura, legitimando os outros tipos de violência. A autora cita produções culturais, como exemplo canções, poemas, contos, novelas, comerciais, anúncios ou mesmo livros didáticos, que disseminam imagens e representações degradantes da figura feminina, que se naturalizam aos olhos da sociedade. “Por isso mesmo, a violência simbólica é sutil, mascarada, disfarçada e, assim, bastante eficaz” (SARDENBERG, 2011).

O poder simbólico tem uma capacidade ímpar que o poder, exercido com a força física, não consegue obter: a de produzir um mundo ordenado sem dar ordem declaradamente. Bourdieu, na obra *Sobre Estado* (2014), discute essa questão e a exemplifica com o semáforo de trânsito. Não é necessário um guarda da polícia atrás de cada civil para fazer valer a ordem de que é necessário parar no sinal vermelho. Assim também acontece em nossa sociedade, em que obedecemos aos sinais sociais, impostos pelo Estado, mídia, religião, etc., sem necessariamente termos uma força física nos coagindo à submissão.

Chegamos à mesma conclusão que o autor e endossamos que as relações de força mais brutais são relações simbólicas, uma vez que elas se estabelecem pela comunicação e não há relações de força sem ela. Na obra, o autor discorre sobre o poder do Estado enquanto legitimador do poder simbólico, mas aqui aproveitamos para também emprestar esses conceitos que são totalmente aplicáveis às instâncias midiáticas, porque elas também produzem um mundo social ordenado. “Portanto, o Estado é essa instituição que tem o poder extraordinário de produzir um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens, sem exercer coerção permanente” (2014, p. 305).

O Estado e a mídia agem como produtores de princípios, balizadores de preceitos sociais e, de certa forma, até como um freio social, dizendo para os seus agentes o que é o quê na sociedade e qual a importância dada a cada fenômeno nela inserido. Eles são os responsáveis por colocar cada coisa em seu lugar, conforme o seu próprio estabelecimento de ordem. Bourdieu chama isso de estruturas estruturantes.

Essas instâncias de poder podem impor de maneira generalizada princípios de visão, formas simbólicas e determinar o que é o certo, o errado, o aceitável e o inconcebível dentro de

¹ SARDENBERG, C. M. B. **A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia**. OBSERVE-Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha. NEIM/UFBA. Bahia, 2011. Disponível em: http://www.observe.ufba.br/_ARQ/A_Violencia_Simbolica_de_Genero_e_a_Lei_Antibaixaria_na_Bahia.doc. Acesso em: abr. 2019.

uma sociedade apenas com a comunicação, legitimando sua força e as hierarquias sociais. Durkheim chama isso de “conformismo moral”.

É importante ressaltarmos aqui que o Estado, a mídia e outras instâncias de poder não simplesmente impõem as estruturas de forma homogênea e esquecem dos dominados. No discurso em que projetam para a sociedade há o efeito da coerência, que é muito mais eficaz para a manutenção da ordem, afinal, é um discurso que tem lógica e faz sentido. Começa-se aí a legitimar a crença social. O agente social acredita que é o certo porque dizem a ele, desde sempre e de forma muito calculada, que as coisas são como são e assim devem permanecer.

Bourdieu faz uma colocação interessantíssima acerca dos contratos sociais estabelecidos. Ele diz que os melhores contratos são os que não se assinam, porque, na verdade, o que está acordado já está impregnado na sociedade, não sendo necessário uma assinatura para validar aquilo. O mundo está cheio de contratos sociais em que o acordado está no inconsciente.

É o acordo entre essas estruturas cognitivas incorporadas, tornadas completamente inconscientes — por exemplo, os horários — e as estruturas objetivas que é o verdadeiro fundamento do consenso sobre o sentido do mundo, da crença, da opinião, da doxa de que Hume falava. (BOURDIEU, 2014, p. 322).

No entanto, quando a mídia noticia algum tipo de manifestação da parte dos dominados e oprimidos, em geral, a conotação é negativa. A manifestação é associada à rebeldia e não ao exercício da cidadania. É quando o poder simbólico é exercido sobre os telespectadores e não mais sobre os dominados, pois, afinal, eles começam a ter consciência do que são dentro desse campo social. Abaixo segue uma melhor explanação da atitude consciente do dominado.

3.2 Quem são eles? Quem eles pensam que são?

Anteriormente, discorremos sobre o poder simbólico e a necessidade de uma relação assimétrica para ele se estabelecer na sociedade. Nesta relação assimétrica, existem agentes sociais com diferentes pesos na sociedade: de um lado os governantes/dominantes, que exercem o seu poder legitimador, e de outro os dominados, que são violentados simbolicamente e nem consciência disso têm.

Mas, afinal, quem são os dominantes? Quais são as características deles e o que eles pretendem, afinal, exercendo o seu poder? Citamos aqui o Estado e a mídia como principais dominantes; mas é bem certo também dizer que existem outras instâncias de poder em nossa sociedade que podem agir tão fortemente quanto estes dois últimos.

A canção “3ª do plural” dos Engenheiros do Hawaii musicaliza a ação dos dominantes e explica de uma forma diferente o que Bourdieu quis dizer quando falou sobre a intenção deles. Convidamos o leitor à reflexão da canção abaixo (com grifos nossos):

Corrida pra vender cigarro
 Cigarro pra vender remédio
 Remédio pra curar a tosse
 Tossir, cuspir, jogar pra fora
 Corrida pra vender os carros
 Pneu, cerveja e gasolina
 Cabeça pra usar boné
 E professar a fé de quem patrocina
 Eles querem te vender
 Eles querem te comprar
 Querem te matar (de rir)
 Querem te fazer chorar
 Quem são eles?
 Quem eles pensam que são?
 Quem são eles?
 Quem eles pensam que são?
 Corrida contra o relógio
 Silicone contra a gravidade
 Dedo no gatilho, velocidade
 Quem mente antes diz a verdade
 Satisfação garantida
 Obsolescência programada
Eles ganham a corrida
Antes mesmo da largada
 Eles querem te vender
 Eles querem te comprar
Querem te matar (a sede)
Eles querem te sedar
 Quem são eles?
 Quem eles pensam que são?

Quem são eles?
 Quem eles pensam que são?
 Vender, comprar, vender os olhos
 Jogar a rede... contra a parede
Querem te deixar com sede
Não querem te deixar pensar
 Quem são eles?
 Quem eles pensam que são?
 Quem são eles?
 Quem eles pensam que são?

A partir da letra desta música, podemos extrair itens relevantes que ajudam na compreensão do tema estudado. Primeiro, entendemos que é uma canção que fala sobre sociedade de consumo, globalização e relações de poder. É uma crítica clara às artimanhas do capitalismo sobre os agentes sociais. A canção evidencia aquilo o que discutimos neste capítulo: o embate de forças.

Na primeira e na segunda estrofe, o autor da música mostra como nada é arbitrário na cadeia de consumo. A corrida fomenta a venda de cigarro, que, por sua vez, causa problemas de saúde que obrigam o consumo de remédios, fomentando a indústria farmacêutica. A mesma coisa vale para quando o autor fala sobre a corrida para vender carros; outra forte indústria que estimula o consumo nas demais instâncias.

Nos versos em que ele diz “cabeça para usar boné/ e professar a fé de quem patrocina”, é evidenciado como algumas ideologias, como a própria crença em algo, está intimamente ligado com a cadeia de consumo em que os dominantes ditam o seu percurso. Acreditamos no que acreditamos muito mais porque, ao longo da vida, nos disseram/ensinaram/impuseram que aquilo é verdade do que por vontade própria dentro de um leque de opções.

Trazendo para o nosso objeto: temos a impressão que temos dos povos indígenas porque nos mostraram como eles são a partir da ótica dos dominantes de uma forma naturalizada, como já dissertamos anteriormente.

O refrão é claro sobre as intenções dos dominantes e evidencia como os agentes sociais, que estão do outro lado da balança, isto é, aqueles que pendem ao teto em virtude do leve peso social que têm, são manipulados como marionetes. São vendidos, comprados, choram e riem de acordo com o que eles, os dominantes, fazem.

Ao longo da canção, a palavra “corrida” é repetida três vezes e não à toa. A música fala sobre globalização e como a dinâmica das relações está ágil, sem tempo para os próprios agentes sociais refletirem sobre aquilo que fazem. Na época em que a canção foi divulgada, em 2002 no disco *“Surfando Karmas & DNA”*, a internet ainda não tinha a proporção que tem hoje. Ela, certamente, se encaixa muito bem na dinâmica que o autor da música postulou.

Nesta mesma estrofe, o criador da canção diz que “quem mente antes diz a verdade”. Acreditamos que este verso faz uma referência e uma crítica direta à mídia. Ela, em teoria, é a responsável por divulgar “a verdade dos fatos” para a sociedade e o autor faz uma crítica trazendo a oposição de valores “verdade x mentira”. Não falamos aqui em “verdade”, porque já partimos do pressuposto de que ela é um ponto de vista, no entanto, sabemos que a mídia tem acesso aos diversos pontos do fato e escolhe divulgar aquele que melhor lhe convém. Para mentir, é necessário saber a verdade, ou seja, para distorcer um fato, pressupõe-se que você o conheça. E este é um trabalho que, muitas vezes, a mídia faz para servir os seus próprios interesses; transformando um fato em notícia e divulgando-o com a carapuça de verdade única.

Na próxima estrofe, o autor discorre sobre os mecanismos dos dominantes. Eles garantem a sua satisfação, mesmo que momentaneamente, já que tudo está programado. Por isso, o autor diz que “eles ganham a corrida, antes mesmo da largada”. Os dominantes já sabem o que querem e para onde querem levar os dominados. Aqui, deixamos um pouco de lado o discurso apocalíptico e maquiavélico atribuído aos dominantes pelo simples fato deles fazerem o que fazem porque são assim. Na verdade, eles ganham a corrida antes mesmo da largada porque existem interesses econômicos por trás disso. A lógica, em seu pano de fundo, é o que o capitalismo postula: o lucro; o dinheiro é que estrutura as relações que temos, inclusive e, principalmente, em instâncias maiores.

Quando a canção diz que “eles querem te sedar” podemos aplicar o conceito de poder e violência simbólica que Bourdieu trabalhou. Sedar quer dizer não sentir; estar inconsciente daquilo que estão fazendo com você. Como já vimos anteriormente, essa é uma premissa indispensável para o poder simbólico ser exercido: a ignorância dos dominados. Sedação. Mesma ideia na estrofe em que é dito que eles “não querem te deixar pensar”.

O refrão da canção também expressa uma questão importante: os questionamentos. É o momento em que o dominado, por alguma fonte, começa a ter consciência do que acontece sobre ele e começa a contestar o poder do outro lado da balança. Em vários momentos da história isso aconteceu e o que vem a seguir é a movimentação, ou seja, o inconformismo em ação. Os movimentos sociais ganham propulsão neste momento quando afrontam “quem eles pensam que são?”.

3.3 Machado de Assis e a percepção simbólica

Um conto do autor brasileiro Machado de Assis que dialoga com o que discorremos até aqui é o texto intitulado de *O Espelho. Publicado*, publicado em 1882 na Gazeta de Notícias. Este conto trata da percepção social sobre o indivíduo e de como o objeto passa por um processo de esvaziamento quando vai para o âmbito social.

O personagem principal dessa história é Jacobina, um homem entre quarenta e cinquenta anos que é definido como uma pessoa provinciana, capitalista, inteligente, não sem instrução, astuto e cáustico. Em uma conversa com os amigos, Jacobina fala sobre a existência de duas almas: uma que enxerga o mundo do exterior para o interior e a outra do interior para o exterior.

Para exemplificar a alma do exterior para o interior, Jacobina conta a experiência de quando se tornou alferes da Guarda Nacional. A partir de então, a sociedade passou a enxergá-lo de uma forma muito mais prestigiosa do que quando era apenas um moço daquela região. Tudo o que se passou ali, “nasceu da simples distinção”. Alferes era um título que dava *status* social. Até que, segundo Jacobina, a sua alma interior-exterior se esvaiu: “O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou-me uma parte mínima de humanidade” (ASSIS, 1997, p. 273).

Jacobina contou que, em certo momento de sua vida, se viu solitário e não conseguia se enxergar no espelho, porque sua identidade já era bem definida. Quando as pessoas, que representam a sociedade, já não estavam mais lá, Jacobina se viu sem identidade. O que ele era, de fato, se esvaziou e Jacobina precisava de uma significação social para poder ter sua alma reconhecida. O olhar e a percepção do outro são construções sociais que auxiliam na própria concepção de identidade.

Para Jacobina poder se enxergar novamente no espelho, ele teve de se vestir de alferes e colocar todo o seu uniforme para poder se reconhecer e enfrentar a solidão do esvaziamento que a visão do outro provocou nele. O uniforme, coisa material construída por terceiros, foi o responsável por fazê-lo se enxergar de forma nítida no espelho que outrora refletia uma imagem distorcida de Jacobina: “Não era mais um autômato, era um ente animado. Daí em diante, fui outro. Cada dia, a uma certa hora, vestia-me de alferes, e sentava-me diante do espelho, lendo olhando, meditando; no fim de duas, três horas, despia-me outra vez. Com este regime pude atravessar mais seis dias de solidão sem os sentires...” (1997, p. 352).

O processo que Jacobina passou é o que os povos indígenas passam. No entanto, os indígenas muitas vezes não têm a consciência que Jacobina teve de necessitar do olhar do outro

para existir. Primeiro porque são povos que, em geral, não vivem a vida de nossa civilização e isso os torna alheio do processo de consciência de construção social. Veja bem: a consciência. Não quer dizer que os indígenas não passem pelo processo de construção. E essa ausência de consciência, como bem explorado por Bourdieu, é condição fundamental para que o poder simbólico, bem como a violência, se faça presentes e existentes.

Assim como Jacobina precisou do olhar social para firmar sua alma (aqui no sentido de identidade), a definição dos povos indígenas está apoiada na definição do que é construído socialmente também. Essas representações não são aleatórias e muito menos ingênuas. Elas estão sob os interesses da classe dominante:

As representações não são arbitrarias nem aleatórias: reforçam o sistema simbólico do grupo, compõem as partes no todo, o indivíduo na sociedade. No estado inicial do processo de espelhamento, a identificação do indivíduo Jacobina com o grupo de convivência foi íntima, a ponto de o alferes ter eliminado o homem. A esse momento de *objetivação* seguiu-se o isolamento de Jacobina, o desnorte, o estado de angústia e, no seu bojo, a decomposição da autoimagem que se refletiu no desfiamento da figura vista ao espelho. Integração primeiro, desintegração depois; a reintegração só se deu quando o fetiche social investiu, de novo, a alma interior de Jacobina, fazendo-o reconhecer-se como alferes. (BOSI, 2014, p. 241).

O conto de Machado de Assis expressa como o olhar social importa na construção da identidade de um sujeito e de um povo. Neste caso, Jacobina foi influenciado apenas por palavras que era proferidas por pessoas próximas a ele. No caso dos povos indígenas, o que é dito e construído sobre eles é feito por instâncias de poder como o Governo e a própria mídia que discursam para o restante da sociedade em forma de notícia ou por meio de leis.

Esse discurso imposto, compulsório e sem chance de uma réplica à altura são características latentes da violência simbólica que é legitimada por meio do poder que estas instituições têm.

3.4 Sintetizando

Uma das ideias que precisamos levar de forma muito clara para seguirmos adiante com este trabalho é que o poder e a violência simbólicos têm como objeto os povos indígenas. De acordo com Bourdieu (1989), é necessário que exista uma inconsciência para que o poder e a violência simbólicos se instalem e se exerçam. Isso significa que aqui temos duas instâncias do exercício: os espectadores e os povos indígenas.

Os espectadores não têm consciência da construção de identidade que os veículos de comunicação fazem sobre os indígenas, isso é uma forma de legitimar o poder simbólico da

mídia. Isso também é uma forma de violência: se aproveitar da inconsciência do outro para formar significados sobre um fato social, em vez de oferecer a possibilidade do questionamento a partir de um diálogo plural.

Do mesmo lado, mas com desdobramentos distintos, estão os povos indígenas, que representam a resistência. Muitas vezes, eles sabem como são representados e reproduzidos, mas não têm força social para barrar essa forma de violência simbólica que é exercida sobre eles.

Uma forma eficaz de se perpetuar a violência simbólica nos veículos de comunicação é o silêncio. Quando a mídia não aborda, não discute e não transmite o assunto é como se, a nível social, ele não existisse. É importante lembrarmos o poder legitimador que os veículos de comunicação guardam em seu *status quo*, ou seja, se determinado assunto entra na agenda dos telejornais é porque aquela temática ganha importância na visão do telejornal e, por conseguinte, para o espectador. Se a linha do telejornal não aborda determinado assunto, ele é automaticamente apagado, caindo no esquecimento do imaginário social. Na próxima seção, discutiremos melhor sobre o silenciamento, uma técnica para a manutenção da violência simbólica.

4. OS EFEITOS DO SILÊNCIO

Iniciamos esta seção com um aforismo de Padre Antônio Vieira que sintetiza aquilo que vamos nos debruçar ao longo desta parte da pesquisa. O escritor missionário diz: "no homem o que se vê é o menos, o que se não vê é o tudo". Em poucas palavras, o escritor missionário conseguiu sintetizar o poder da ausência; nesta frase, o poder daquilo que não se vê. Para ele, aquilo que não é visto é até mais importante do que aquilo que se vê, pois o que está escondido guarda sentido e se está por detrás dos olhos de quem pode ver é por alguma razão. Parafraseando o autor, neste capítulo vamos estudar aquilo que não se fala e nem ouve, em outras palavras, o poder do silêncio.

Com a mesma opinião, Sócrates, na Grécia Antiga, já defendia que o silêncio é bem mais decisivo do que a fala. Nos dias de hoje, o silêncio tem o seu espaço no jargão popular, que reconhece que "quem cala, consente". Apenas por essas três fontes, compreendemos que o ato de silenciar não é banal ou sem importância. E, por entendermos sua relevância na dinâmica comunicativa, dedicaremos um capítulo para ele.

O silêncio pode significar muitas coisas: censura, consentimento, desimportância e, inclusive, protesto. Vale lembrar, por exemplo, como milhares de turcos protestaram em 2013: os manifestantes decidiram ficar parados, em pé, por horas, olhando o horizonte, sem gestos ou palavras. O protesto fora silencioso. O vídeo² da manifestação é impactante, afinal, quebra com a expectativa de que um protesto, para ser considerado como tal, deve ser permeado de barulhos, gritos e ruídos vindos de uma parcela da população que quer ter suas pautas ouvidas. Neste caso, eles se fizeram ouvir pelo silêncio.

Nessa progressão de conceitos fundamentais para conseguirmos depreender nosso objeto de estudo, não poderia faltar uma parte desta pesquisa dedicada às técnicas da mídia para a construção de sentido. O presente capítulo se concentrará, sobretudo, no poder do silêncio dentro do processo comunicativo midiático em relação à pauta dos indígenas. Já abordamos uma perspectiva crítica acerca dela; discorreremos sobre o poder e violência simbólicos que são dela pertencentes e agora vamos nos aprofundar em um procedimento que os veículos de comunicação se utilizam para dar destaque ou não em um fato social: o silêncio.

Como principal referência, vamos utilizar as reflexões de Eni Orlandi (2007) em sua obra intitulada "*As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*". A autora ressignifica o silêncio, uma vez que tira dele o sentido único de ausência de som e o coloca como agente significante.

² Vídeo disponível em : <https://edition.cnn.com/videos/spanish/2013/06/19/cnnee-penhau-turkey-wed-protest.cnn>. Acesso: set. 2018.

É um silêncio com efeito borracha, ou seja, aquele que “cria um apagamento de ordem histórico-político que visa à perpetuação de um ponto de vista interessante, com licença poética, a uma pequena parcela da sociedade” (CARDOSO, 2013, p. 133). É um silêncio que significa pela ausência que causa.

Neste capítulo vamos refletir se, de fato, o silêncio é a incompletude da língua, do som ou se ele é um agente ativo e proposital utilizado para a construção de sentido. Na verdade, aqui queremos nos desprender dos conceitos comumente atribuídos ao silêncio, como o vazio, ausência ou mudez e provar que a mídia o utiliza como forma de dizer o que quiser.

4.1 Política do silêncio

O silêncio a nível midiático é algo proposital, pelo menos quando vem de instituições constituídas de um status simbólico de poder. Orlandi (2007) trabalha este tema definindo outro tipo de silêncio e dando nome ao que não é dito: política do silêncio ou silenciamento. O ato de silenciar para fundar é corroborado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2002), que trabalha também com a não-existência de algo a nível social. Para ele, "o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe" (SANTOS, 2002, p. 246). Nos aprofundaremos nos estudos deste autor mais adiante.

Orlandi (2007) faz uma reflexão importante acerca das dimensões da mudez midiática e social e expõe que o ato de colocar algo em silêncio tem um caráter repressivo - haja visto os inúmeros silenciamentos artísticos e políticos que ocorreram durante a Ditadura Civil Militar de 1964 no Brasil - e também tem um caráter repressor, quando aquele que sofre a imposição do calar acaba acatando e colocando a si próprio em silêncio. A autora inclusive cita a questão indígena nessa dinâmica do silêncio entre opressor e oprimido utilizando a figura do índio e do homem branco. Por anos ao longo da história os povos indígenas foram, a força, colocados em silêncio. Essa dinâmica repressiva fez os povos indígenas se calarem, pelo menos, diante da mídia.

Estabelecemos aqui que o silêncio é discurso, uma vez que ele é atravessado por processos de significação, como já havia reflexionado a autora: “Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI, 2007, p. 31).

A autora coloca uma questão interessante na qual afirma que algo em silêncio é algo sem sentido, atribuído desta forma propositalmente. Isso, na verdade, faz todo sentido quando

aplicamos a realidade dos veículos de comunicação frente à sociedade. Por que é interessante a sociedade debater algo que não faz sentido ou que não tem importância direta na rotina e na agenda social? O silêncio é um estado ativo e pré-determinado por aqueles que detêm poder simbólico; são eles que determinarão o que faz e o que não faz sentido ser discutido a nível social.

Com efeito, é importante entendermos que o ato de silenciar algo - o silenciamento - é uma política de sentido em que ao dizer algo, se apagam outros sentidos possíveis. Ao aplicarmos isto à mídia, podemos ver que este mecanismo, de fato, ocorre e é muito latente nos produtos televisivos, os quais estão sujeitos ao tempo da matéria, cortes na edição e subjetividade do repórter e apresentador. Quando um veículo de comunicação escolhe, por exemplo, falar da PEC da demarcação de terras, ele pode escolher dar espaço de fala a um parlamentar, que explicará a proposta, no lugar de um indígena, por exemplo. Aqui fica claro que ao falar de um mesmo objeto, ele pode silenciar uma fala quando dá espaço para outra.

O que é preciso não dizer para dizer? Essa questão é interessante quando pensamos sobre a política de sentido que está ligada ao silenciamento. Nesta toada, não podemos deixar de falar sobre a censura, que é o ato mais escancarado de colocar algo em silêncio e, com isso, dizer outros sentidos a partir do que se deixou calar.

Não queremos aqui igualar a política do silenciamento que ocorre durante um regime militar com o estado que vivemos atualmente, mas nos questionamos se o que a mídia tradicional de hoje faz é um certo tipo de censura e no que ela se assemelha ou difere da censura ditatorial. Para Orlandi (2007, p. 77), “a censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala”. Percebemos que há o mecanismo da censura quando ela vem de forma vertical, ou seja, hierarquizada, no qual o silêncio é imposto de cima para baixo.

E mais, a autora pontua que a censura afeta, diretamente, a identidade do sujeito. É exatamente este ponto que esta pesquisa pretende provar: que por meio do ato de silenciar a fala dos indígenas a nível midiático-social, os veículos de comunicação acabam mudando a identidade dos povos indígenas perante a sociedade. Eles deixam de ser quem são e passam a ser a representação mediada de acordo com os olhos da mídia tradicional. O que nos interessa saber, a partir deste ponto, é: quem eles querem que os indígenas sejam?

4.2 Agenda-setting e gatekeeping

Não podemos deixar de fazer um paralelo do silêncio com a teoria do agendamento e com o conceito do *gatekeeping*. São proposições do século passado que ainda se aplicam muito bem a determinados assuntos. O primeiro - a teoria do agendamento - dispõe que a sociedade tende a considerar mais importante aquilo que os veículos de comunicação publicam, ou seja, se não discutem é porque não é um assunto relevante. Esse conceito, atualmente, deve ser analisado com cuidado, uma vez que a audiência está cada vez mais ativa, muito influenciada pelo uso das redes sociais. Ou seja, ela está sendo cada mais levada em conta para o que os veículos de comunicação vão noticiar. Com base nos estudos dessa teoria, a dinâmica sempre foi muito mais enfática no sentido de que a mídia é que pauta a sociedade, com pequenas variações.

De acordo com Alex Grijelmo (2012, p. 209) a *agenda-setting* não conduz tanto a sugerir o que é que se há de pensar, mas sobre quais assuntos e questões se deve refletir e, portanto, sobre quais não se deve pensar. Assim, o processo de silenciamento é um filtro do que se escolhe no que os espectadores vão pensar ou não.

Hoje, no entanto, esse fluxo tem se alterado e, mesmo que o assunto não seja debatido a nível midiático, a partir dos veículos de comunicação, ele é abordado pelos próprios participantes da sociedade, graças ao uso cada vez mais intenso das redes sociais. Por isso, este trabalho não vai analisar apenas as reportagens veiculadas na televisão. Escolhemos uma mídia alternativa, que se desdobra por meio das redes sociais, justamente por compreendermos que esse fluxo mídia-sociedade tem sofrido sensíveis mudanças a partir do uso da internet.

Castells (1999, p. 21) já havia discorrido sobre isso quando estudou sobre a sociedade em rede. O autor inicia o prólogo “*A rede e o ser*” comentando justamente essa transformação:

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado, e a sociedade em um sistema de geometria variável.

Neste ponto, há que se considerar: quem é o responsável por escolher o que é ou não importante? Entramos aí no conceito de *gatekeeping*, que trata sobre o *gatekeeper*, ou o “porteiro da redação”. Ele que determinará, de acordo com critérios editoriais, o que vai ser veiculado. Pelo que percebemos por meio da nossa análise de material, os veículos de comunicação não estão muito interessados em deixar os indígenas aparecerem nos jornais.

4.3 Sociologia das Ausências e razão metonímica

O pesquisador português Boaventura de Sousa dos Santos dialoga com o efeito silenciador, na medida em que estuda sobre a sociologia das ausências. Em seu trabalho intitulado *“Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”*, Boaventura (2002) discorre sobre alguns conceitos interessantes e que podem ser aproveitados por nós nesta pesquisa.

Um destes conceitos é a razão metonímica. “Metonímia” é, na essência, uma figura de linguagem que pressupõe a troca de um termo por outro em virtude da estreita afinidade ou relação de sentido. Como vimos anteriormente, quando se diz algo, automaticamente não se diz outro (a nível publicável), mas que ao escolher não dizer algo, se extrai muito do sentido do que o comunicador quer falar. Assim, a troca de um termo por outro não é feita de forma aleatória e ela auxilia na construção de sentido a que se quer chegar.

Por exemplo, no material que temos para este trabalho e que nos propomos a estudar, raramente vemos os veículos de comunicação se referirem aos indígenas como “povos indígenas” e sim como “índio”. Este é, na verdade, um termo que os próprios povos indígenas pedem que sejam chamados, porque o plural evidencia que não se trata de apenas uma única e fechada definição do que é ser indígena. Quando a mídia troca “povos indígenas” por “índio” ela reduz culturas extremamente diferentes a um estereótipo simplista que não contempla em nada as identidades indígenas, em outras palavras impõe uma homogeneidade a estas partes. Começamos aí a exemplificar, na prática, como se dá a violência simbólica contra estes sujeitos sociais.

A razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. (SANTOS, 2002, p. 246).

Aplicando o conceito de Boa Ventura (2002) à nossa pesquisa, podemos dizer que a razão metonímica não é capaz de aceitar que a compreensão da identidade plural dos povos indígenas vai muito além da compreensão midiática deles. O desafio desta pesquisa é tentar pensar a questão da demarcação de terras fora da lógica midiática para, então, compreender os mecanismos dos veículos de comunicação que transformam os fatos relacionados a este objeto. Em resumo, a razão metonímica é limitada, parcial e seletiva (SANTOS, 2002).

Neste sentido, o autor começa a explorar outro conceito que tem a ver com o que foi estudado por Eni Orlandi (2007): a sociologia das ausências. Quando se troca um termo pelo

outro, deixa-se de se dizer algo propositalmente. Assim, a sociologia das ausências é definida como “o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (SANTOS, 2006, p. 246). A sociologia das ausências transforma ausências em presenças.

O autor descreve com precisão o que a instância midiática faz com os povos indígenas: produz a não-existência deles, desqualificando as pautas e descartando-os de sua *agenda-setting* de modo irreversível, que é endossado pelo gargalo espaço-tempo. A sociologia das ausências é um conceito que contempla nosso objeto de estudo, justamente, pelo fato de ser algo que abarca as minorias, ou seja, de pensar os indígenas por eles próprios com o objetivo de resgatar sua identidade com um olhar fora do padrão midiático.

O autor categoriza cinco formas da não-existência, legitimada pela razão metonímica e endossada pela sociologia das ausências. A questão dos indígenas é aplicável a cada uma delas. A saber:

- Ignorante: o autor explica que esta forma de não existir é tudo aquilo que o cânone não legitima ou reconhece e que, por conseguinte, é declarado inexistente. O que não existe é considerado ignorante ou como incultura. Essa forma de não-existir é o que a grande mídia faz com a pauta da demarcação de terras quando não a discute. Ao não legitimá-la, classifica esta pauta como menos importante, ou, como o autor coloca, como ignorante;
- Residual: é o que sobra de determinado assunto. Quanto menos a mídia aborda determinada temática, mais obsoleta, subdesenvolvida, simples e residual ela é reconhecida;
- Inferior: neste ponto, o autor propõe que aqui ocorre a naturalização das hierarquias, inculcando a ideia de que é “natural ser inferior”. No caso dos indígenas, podemos ir um pouco mais além do conceito de inferioridade para falarmos da naturalização do conceito de “civilidade” ou “selvageria”. A forma como os veículos de comunicação aborda esta pauta, além de hierarquizar a importância do assunto, faz os povos indígenas parecerem selvagens e não civilizados. Por consequência, são inferiores;
- Local: esta forma de não existir contempla a dualidade da globalização x local. O autor afirma que a globalização não dá espaço para as manifestações locais e podemos ver isto na prática: basta apenas ligarmos a televisão e vermos o espaço que a cultura norte-americana hiper globalizada tem em comparação com manifestações de culturais locais, como a dos indígenas;

- Improdutivo: o que é improdutivo aos olhos do capitalismo não existe. Ainda mais com uma bancada ruralista extremamente forte no Congresso e uma mídia dominada pelos interesses mercadológicos. A pauta dos indígenas não existe em um espaço como esse.

Todas as coisas que estão fora da razão metonímica - ou seja, daquela razão dominante - são violentadas, destruídas e silenciadas. É isso o que acontece com a cultura dos povos indígenas quando analisamos em um contexto midiático. São pautas que não existem, porquanto são construídas como ignorantes, residuais, inferiores, locais e improdutivas.

No que isso acarreta? De acordo com Boaventura (2002), atualmente, há um desperdício social, uma vez que a visão ocidental, norteadada pelo capitalismo, nos impede de enxergar a riqueza social que existe fora dos limites ocidentais. Aqui, o conceito de “ocidentalidade” tratamos como a definição de dominante. Acaba-se perdendo a riqueza das culturas indígenas pela violência simbólica quando a cultura dominante “acultura” as outras.

4.4 Silêncio e linguagem

Chegamos até aqui compreendendo o poder do silêncio, enquanto formador de sentido. Em síntese, podemos classificar o silêncio como uma estratégia midiática para legitimar o poder e a violência simbólica que estudamos no capítulo anterior.

Outra perspectiva interessante acerca do silêncio é sua relação com a linguagem. De acordo com Olga Kempnińska (2008, p. 66) “o silêncio, ao constituir-se numa figura dos limites da linguagem, transforma-se também por vezes numa garantia de transcendência nela presente”.

É necessário extrapolar o sentido da linguagem como aquela verbal ou não-verbal, mas que ainda é vista (como a fotografia, por exemplo) para entendermos que o silêncio também é um componente seu que tem seu papel social, que é o da própria comunicação. De acordo com Kempnińska, o silêncio demonstra a presença de um limite que aponta para um além: além das palavras, do sentido público. É, em resumo, um modo particular de se comunicar.

Torna-se evidente que, no espaço da comunicação cotidiana, o silêncio pode constituir um signo tão produtivo quanto a palavra plena, uma vez que ele resulta capaz de realizar uma transmissão de sentido de modo não menos e, por vezes, até mais eficaz. (KEMPIŃSKA, 2008, p. 69).

O sentido do silêncio que estudamos neste capítulo é o funcional, ou seja, aquele que o silêncio constitui uma maneira específica de comunicar sentidos. A linguagem está sempre

atrelada a noção de falar, do barulho, do ruído e, em certo sentido, do som propriamente dito. Mas, este capítulo é um convite para pensarmos sobre ele de uma forma diferente.

O silêncio, enquanto elemento constituinte da linguagem, se apresenta como materialidade. É o que diz Leonardo Gueiros da Silva (2014, p. 14):

Passamos a pensar, dessa forma, na “falta” a partir de outra postura: migramos da noção de silêncio como ausência para a concepção de silêncio enquanto materialidade cujo domínio, essencialmente complexo, nos dá indícios de sentidos que, embora silenciados, borbulham fortemente no âmago da aparente inexistência. Os sentidos silenciados, na verdade, pairam nos limites, nas brechas e nas fendas do dizer; e é pelo dizer, pela língua que se apresenta como materialidade do dizer, que o analista adentra pelos constitutivos espaços esburacados da língua, nas pistas do silêncio e do processo de silenciamento.

O silêncio, utilizado para comunicação, endossa o processo de construção da realidade legitimado pelas notícias. Ele auxilia na reorganização da realidade por meio dos silenciamentos e apagamentos dos fatos sociais.

4.5 Silêncio e o simbólico

Falar sobre o silêncio e tentar compreendê-lo a nível midiático é uma tarefa complexa, uma vez que ele mesmo é silenciado na própria academia: se estuda o que é visto e não o que não aparece. O silêncio nos desafia pois é “absoluto, contínuo e disperso” (ORLANDI, 2007, p. 32).

Nesta parte da pesquisa, compreendemos como o silêncio é uma estratégia arbitrária muito utilizada na construção de sentido dos fatos sociais a nível midiático. Fazendo um paralelo com o capítulo anterior, no qual discorremos sobre o poder e a violência simbólicos, reiteramos a afirmação de Orlandi no que compete ao silêncio e ao simbólico: o homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico. Então, qual é o lugar do silêncio no simbólico?

Em certo sentido, respondemos a este questionamento quando compreendemos que ao não dizer algo, se diz muito sobre ele próprio. O silêncio significa e, principalmente, simboliza. Vale lembrar do caso que trouxemos no começo deste capítulo: o protesto extremamente simbólico, na Turquia, que se utilizou do silêncio para dizer, senão, gritar àquilo que se desejava.

Quando a mídia silencia uma pauta, ela simboliza sua desimportância a nível social, o que é, em nossa análise, algo grave, especialmente, quando se trata das questões de grupos

minoritários, os quais já são silenciados por natureza em virtude do desequilíbrio do status quo que lhe pertence.

Mailson Ramos (2018), em seu texto³ intitulado “*A mídia amiga e o criminoso silêncio*” fala sobre como o silêncio midiático para determinadas pautas é sintomático e, sobretudo, criminoso:

O silêncio da mídia tradicional sobre determinados assuntos é sintomático, mas antes de tudo criminoso. É sintomático porque mostra como a mídia neste país sempre teve lado e não é o lado do povo. É o lado das elites dominantes, do poder hegemônico do mercado, das negociatas por dinheiro, dos acordos para manter privilégios. (RAMOS, 2018, *online*).

Endossamos esta parte, porque, como visto anteriormente, o silêncio é uma estratégia prática e bastante pragmática dos grupos dominantes. Estamos dizendo que ao colocar uma pauta em silêncio, esse grupo dominante está falando simbolicamente para a sociedade que este assunto não tem importância e, por conseguinte, não merece ser discutido a nível social. O silêncio significa invisibilidade.

4.6 Sintetizando

Terminamos este capítulo reiterando a fala de Eni Orlandi quando afirmou que o silêncio é o fôlego da significação, “um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (2007, p. 13). Pudemos compreender como o silêncio é importante no processo comunicativo, desde o mais simples - esquematizado na linha Emissor -> Receptor -, até o mais complexo, envolvendo inúmeros receptores das mais plurais identidades. O silêncio é, sobretudo, uma não-mudez em que o sentido ganha corpo.

Compreendemos como o silenciamento é um processo ativo daquele que detém o poder simbólico dominante, o qual, arbitrariamente, cala a voz de agentes sociais porque, segundo a concepção, nada têm a contribuir para o ganho do capital material ou simbólico. Latente é esse processo em períodos de ditadura, no entanto, também o identificamos em regimes democráticos, como na instância midiática, a qual é controlada por aqueles que detêm poder econômico, político e social, seja na esfera privada, estatal ou alternativa e que têm pouco interesse em pautas de grupos minoritários.

³ RAMOS, M. *A mídia amiga e o criminoso silêncio*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/midia-amiga-e-o-criminoso-silencio/>. Acesso em: set. 2018.

Dissertaremos no próximo capítulo, justamente, a pauta indígena, o objeto fundamental de compreensão desta pesquisa. Um grupo forçadamente minoritário (em quantidade em razão da violenta colonização ao longo da história) e que é vítima da mídia, a qual constrói uma identidade que nada tem a ver com o que aquela que os povos indígenas se reconhecem. Nele, discorreremos sobre um assunto que é indissociável da pauta indígena: a demarcação de terras. Nele compreenderemos porque a PEC 215/2000 é tão problemática.

5. A REALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS E A PEC 215/2000

“Shame on us, on your sons and your daughters
 Dig all your gold and we poisoned all your waters
 Every piece of our soul is for sale
 Now they bought us
 Think we know it all
 Then look where it got us⁴”
 (*Kill your mama* - Alicia Keys)

Foi com essa música que a cantora Alicia Keys complementou seu repertório durante seu show no palco principal do festival de música Rock in Rio, em 2017. A canção fala sobre a devastação do meio ambiente e da natureza, fazendo referência a todo momento à Mãe Terra. Por si só, já seria uma canção de militância, que traz um dos principais problemas da atualidade: a exploração desenfreada dos recursos naturais a troco de lucro.

Seria mais um show no Rock in Rio se não fosse por outro fato que veio a seguir: diante de 100 mil pessoas, a líder indígena maranhense Sonia Guajajara, convidada pela cantora, subiu ao palco e discursou⁵: “Os povos indígenas e o meio ambiente estão sendo brutalmente atacados. Não existe plano B, essa é a mãe de todas as lutas, é a luta pela mãe Terra. Demarcação já”.

Nessa oportunidade, Sonia Guajajara, que é da tribo Guajajara/Tentehar, protestou contra o decreto nº 342, que estava para ser votado no Senado e poderia liberar a mineração numa extensa área de reserva indígena entre os estados do Pará e do Amazonas. Poucos dias depois da manifestação de Sonia, o juiz Rolando Valcir Spanholo, da 21ª Vara Federal de Brasília/DF, suspendeu o decreto.

A atitude de Sonia, diante da multidão e da mídia em geral, teve desdobramentos. A líder indígena foi convidada por Guilherme Boulos, candidato à presidência da República pelo PSOL em 2018, para ser sua vice. Convite aceito, Sonia Guajajara ganhou o título de primeira indígena a concorrer o pleito presidencial e atualmente tem a defesa do meio ambiente como carro-chefe de suas pautas.

⁴ Tradução da canção: Que vergonha para nós, seus filhos e suas filhas/ Cavamos todo seu ouro e envenenamos todas as suas águas/ Cada pedaço da nossa alma está à venda/ Agora eles nos compraram/ Acho que sabemos tudo/ Então olhe para onde isso nos levou.

⁵ Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OvVMq8L3J-w>. Acesso em: out. 2018.

Na militância, Sonia Guajajara concedeu uma entrevista à revista *Marie Claire*, em que falou⁶ sobre a cultura indígena e sobre os desafios para os povos originários. Quando questionada sobre qual é a sua maior luta no cenário atual, a líder indígena foi assertiva:

A bandeira de luta prioritária ainda é a regularização dos territórios. Por que ninguém tem interesse em fazer as demarcações das terras indígenas? Porque quase todas estão em áreas onde o governo precisaria enfrentar os setores empresarial, imobiliário, o agronegócio. São todos aliados e têm acordos políticos e econômicos. Ninguém pensa na contribuição que os indígenas dão, por exemplo, para o equilíbrio climático. Ficam buscando tecnologias inovadoras para evitar a emissão de gás carbônico, mas a proteção e a gestão feitas pelos próprios indígenas têm muito mais valor. (MARIE CLAIRE, 2018, *online*).

Sonia Guajajara chama atenção para um ponto importante, que é sobre o papel do indígena, que transcende a questão social, mas toca também em assuntos práticos de preservação ambiental. Sua crítica é a de que em vez de se gastar com tecnologias para preservação, olhar com mais cuidado para a demarcação de terras indígenas pode resolver o problema.

5.1 Terra: o sagrado e a identidade

Mas, por que um pedaço de terra é tão importante para os povos indígenas? Este é o momento em que precisamos sair de nossa “bolha” de indivíduos ocidentalizados e civilizados por uma cultura urbana mediada pela lógica capitalista para compreendermos a realidade alheia que nada tem a ver com a nossa. O conceito de terra, para nós, está atrelado ao capital de propriedade privada: você paga por uma terra e ela é automaticamente sua. O que você fará dela não é o que importa nessa questão. O importante é que ela é sua por meio de uma transação comercial capitalista. No entanto, para os indígenas, não funciona dessa forma. A terra é sobrevivência e não precisa estar ligada a troca “capital - terra”. Isso é uma lógica burguesa ocidentalizada.

Com efeito, partimos do ponto de que a definição de terra indígena não tem a ver em nada com o conceito da ideia civilista de propriedade privada. As terras indígenas são de propriedade da União, que servem para manutenção das suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários para a reprodução física e cultural, segundo

⁶ Entrevista cedida à revista Marie Claire. “**Nunca tive Medo**”. Edição set. 2018. MARIE CLAIRE. “Nunca tive Medo”. Edição set. 2018. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2018/09/sonia-guajajara-primeira-indigena-concorrer-ao-pleito-presidencial-quer-levar-defesa-do-meio-ambiente-ao-palacio-do-planalto.html>. Acesso em: set. 2018.

seus usos, costumes e tradições⁷. Não se cria uma terra indígena, se reconhece. Isso é explicado pelo direito originário que os indígenas têm sobre a terra em virtude da sua história, uma vez que já ocupavam o território brasileiro antes da chegada dos europeus para colonizar a terra.

É importante frisar que o território, antes ocupado exclusivamente pelos indígenas, não tinha qualquer restrição sobre o uso da terra. Eles eram os senhores daquele lugar e o faziam de lar a fim de realizar a manutenção da sua própria sobrevivência. Este é o ponto: terra para o índio é sobrevivência e não privilégio. A terra é o bem maior para o indígena, pois ela lhe garante todos os elementos necessários para sua sobrevivência. Para além da sobrevivência, a terra também adquire uma importância simbólica para o indígena, pois é nela onde os integrantes da tribo nascem, vivem e morrem, conferindo um ar sagrado àquela área. De acordo com Silveira (2015, p. 10) “até onde se sabe, os índios daquela época possuíam um direito oral, sem qualquer forma escrita que obedecia estritamente às tradições passadas por seus ancestrais e normas de convívio instituídas pelos grupos”.

A lógica para o indígena sobre “posse” é literalmente inversa daquela que o capitalismo construiu no imaginário social: enquanto para nós, ocidentais mediados pela civilização urbana, a terra nos pertence; para o indígena, ele é que pertence a terra. Essa lógica transcende o entendimento do colonizador, uma vez que os indígenas se sentem parte daquele ecossistema e não donos dele. Bruno Garratoni (2016, *online*), autor de texto⁸ publicado na revista *Superinteressante*, foi assertivo quando definiu o que são as terras para os indígenas: “É como com as plantas. Se uma planta nasce em certo lugar, é dali. Os guaranis entendem que pertencem a uma determinada terra - e não que a terra pertence a eles”.

Posto tudo isso, concluímos que a terra para os indígenas está ligada à sobrevivência em todos os níveis: físico, pois é lá que os povos vão cultivar e caçar para se alimentarem; e cultural, uma vez que é no território que os povos têm a liberdade de praticarem suas tradições. Em suma, podemos dizer que a terra faz parte da identidade étnica e cultural dos povos indígenas. Quando se tira a terra, se tira tudo. Até quem são, sua identidade. Assertivamente, o ministro falecido do STF, Carlos Alberto Menezes, quando julgou sobre a delimitação de terra indígena no caso Raposa Terra do Sol, disse em seu voto: não há índio sem terra.

⁷ Informações retiradas do site da Funai. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: out. 2018.

⁸ GARRATONI, B. **A terra sagrada dos índios**. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/terra-sagrada-indios-752921.shtml>. Acesso em: out. 2018.

Os indígenas têm um vínculo físico, cultural e espiritual com a terra. Quando se compreende isso, entende-se a gravidade de um governo que, durante anos, mendiga demarcar território para os povos originários.

5.2 A demarcação

A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas se constitui em uma das principais obrigações impostas ao estado brasileiro pela Constituição Federal (CF) de 1988. A Carta Magna é conhecida como Constituição Cidadã, assim apelidada por Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte. O documento tem um capítulo dedicado exclusivamente aos indígenas, isso significa que ela os reconhece como cidadãos brasileiros. A CF é muito assertiva quando reconhece o índio como cidadão, no momento em que dispõe sobre o ponto essencial que abordamos anteriormente: a terra. No artigo constitucional que abrimos este intertítulo aparece o termo “direitos originários”, essencial para compreensão antes que dissertemos, de fato, sobre a demarcação de terras.

De acordo com Silveira (2015, p. 30), se entende por direito originário aquele

direito congênito dos indígenas sobre as terras que ocupam, sendo este um direito que não depende de reconhecimento estatal ou formal, porque os índios possuem o direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam, mesmo que o Governo Federal, incumbido da atividade de demarcar terras não o faça.

Em outras palavras, o direito originário é um direito que transcende o sentido de posse e propriedade. A terra é de propriedade da União, mas tem usufruto exclusivo por parte dos indígenas das riquezas naturais. No entanto, o que era para ser um direito, garantido pela Lei Maior, na prática hoje podemos classificar como um território de resistência, já que a exploração dos recursos naturais é um imbróglio sangrento que mata muitos indígenas pelo setor privado.

Os dados comprovam nossa afirmação anterior e demonstram que os indígenas estão longe de serem cidadãos efetivos. Atualmente existem 565 terras indígenas, desse total, 436 estão regularizadas (isto é, terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União); apenas 13 são homologadas pela presidência da República; 73 são declaradas - terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento - e, por fim, 43 são delimitadas (terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai).

Com esses números, podemos concluir que hoje em dia os indígenas vivem em uma espécie de confinamento territorial, em que seu modo de vida é restrito, pois essas pessoas vivem em áreas diminutas, ou sem terras demarcadas, dentro de um alto contingente populacional. Um exemplo forte dessa afirmação é o povo⁹ que vive na fronteira do parque estadual do Jaraguá - uma área protegida de Mata Atlântica -, onde vivem em pequenas aldeias mais de 700 índios. Eles enfrentam uma enorme dificuldade em viver dentro de espaço tão pequeno e não conseguem formalmente o reconhecimento das terras para aumentar o tamanho da reserva.

De acordo com a reportagem que denunciou a condição dos indígenas, alguns integrantes da tribo contam que os próprios seguranças do parque os fiscalizam e os seguem para se certificar de que eles não estão fazendo nada de “errado” na sua própria terra. Nesse sistema de liberdade mitigada, como é possível, então, transmitir a cultura às crianças da tribo?

De fato, é cada dia mais difícil. Em outra reportagem¹⁰ publicada também pelo jornal El País, constata-se que o Brasil é o país mais perigoso para os defensores dos direitos dos indígenas. A matéria mostra o informe elaborado pela ONU sobre direitos dos povos tradicionais no mundo e denuncia que o país, ao lado de Colômbia, México e Filipinas, registra 80% das mortes de defensores indígenas. Há uma perseguição real contra os ativistas e, em especial, aqueles que defendem os direitos dos indígenas: de acordo com os dados da organização Front Line Defenders, dos 312 defensores dos direitos humanos assassinados em 2017, 67% eram indígenas que protegiam suas terras ou direitos, quase sempre contra projetos do setor privado.

Todos esses dados refletem a urgente necessidade de se demarcar as terras indígenas. A demarcação nada mais é do que a concretização de se preservar e proteger a cultura indígena, “permitindo que possam viver na terra segundo seus usos, costumes e tradições, com garantia de que ninguém alheio a elas tomará para si a posse” (SILVEIRA, 2015, p. 36). É um processo meramente declaratório e não constitutivo em virtude do direito originário dos indígenas sobre a terra.

⁹EL PAÍS. “São Paulo encurrala os índios Guarani que ainda resistem na cidade”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/01/politica/1504276246_722967.html. Acesso em: out. 2018.

¹⁰_____. “Brasil é, de longe, o país mais perigoso para os defensores dos direitos indígenas”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/actualidad/1533829654_463251.html. Acesso em: out. 2018.

Mas, como funciona¹¹ este processo? Atualmente, a legislação brasileira determina que a demarcação seja feita por um órgão Federal de assistência ao índio, no caso a Funai, e, posteriormente, homologada pela presidência da República. É assim desde 1996, com a publicação do decreto nº 1.775/96. A demarcação de terras traz muitos benefícios para a sociedade brasileira, sendo alguns¹² deles:

- 1) ordenamento fundiário: com a terra demarcada, os conflitos diminuem e as obrigações referente às atribuições constitucionais entre estados e municípios fica mais clara;
- 2) Garantia da diversidade étnica e cultural: conservar os territórios indígenas significa garantir uma sociedade pluriétnica e multicultural, cumprindo assim a obrigação constitucional de proteger o patrimônio histórico e cultural brasileiro;
- 3) Conservação ambiental: como a terra representa a sobrevivência dos indígenas, eles próprios a conservam e efetivam medidas de preservação ambiental. Assim, a nível

¹¹ Flávia Silveira (2015) delimitou a etapa do processo de demarcação em nove estágios. Assim funciona o processo de demarcação de terras:

a) Primeiramente inicia-se o processo com estudos de identificação e delimitação das terras. Onde devem ser conduzidos estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, que deverão ser desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, nomeado pela Funai, conjuntamente com um grupo técnico especializado, preferencialmente composto por membros do próprio órgão, que deverão entregar seus trabalhos dentro do prazo fixado através de portaria editada pelo órgão;

b) Concluídos os estudos de identificação e delimitação da área, tendo o relatório sido aprovado pela Funai, este deverá ser publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localizar a área sob demarcação. Desde o início do procedimento demarcatório até 90 dias após a publicação os interessados ou entes federativos onde localizam-se as terras tradicionalmente ocupadas poderão se manifestar, apresentando a Funai, qualquer prova que se faça pertinente (laudos, fotografias, documentos, títulos dominais e etc.), para pleitear eventual indenização ou para apontar vícios no relatório desenvolvido pela equipe técnica;

c) Superada a fase do contraditório administrativo, ocorre a declaração dos limites territoriais pelo Ministro de Estado da Justiça, órgão auxiliar do Poder Executivo Federal. Encerrando-se os 90 dias após a publicação nos diários oficiais, contam-se mais 60 que ao encerrados, a Funai deverá encaminhar o procedimento, relatórios e todas as provas apresentadas por eventuais interessados, ao Ministro de Estado da Justiça, que em 30 dias contados do recebimento do procedimento demarcatório decidirá determinando a demarcação da terra e seus limites, prescreverá diligências que se façam necessárias ou desaprovará a identificação da terra, mediante decisão fundamentada, alegando o não atendimento do disposto no art. 231 da CFRB. Com a declaração dos limites territoriais aprovada, o Ministro deve editar uma portaria;

d) Após a declaração dos limites territoriais pelo Ministro da Justiça, inicia-se a demarcação física da área de competência da Funai, que pode instalar placas e cercas⁷⁸ na região evitando entrada de estranhos no local;

e) Após a demarcação física, deve haver um levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas por eventuais ocupantes não-índios, a cargo da Funai e do INCRA;

f) O Presidente da República deverá homologar a demarcação mediante Decreto;

g) Com a homologação pelo chefe do Poder Executivo Federal, inicia-se a retirada dos ocupantes não índios das terras, com a indenização das benfeitorias consideradas de boa-fé e o reassentamento destes pelo INCRA;

h) Em seguida deve haver o registro cartorário das terras. Após a publicação do decreto de homologação da terra demarcada, a Funai possui o prazo de 30 dias para registrar a homologação no respectivo cartório imobiliário e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda; e

i) Por fim, em se tratando de terra indígena para proteção de povos isolados, a Funai deverá instituir interdição dessas áreas, podendo disciplinar sobre o trânsito de pessoas nesses territórios.

¹² FUNAI. **Por que demarcar?**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-25-20>. Acesso em: out. 2018.

mundial, a sociedade é beneficiada com a demarcação. De acordo com os dados da Funai, os menores índices de desmatamento estão em terras indígenas;

- 4) Proteção aos povos indígenas isolados: os povos que optam por não manter qualquer relação com a sociedade nacional ficam fragilizados a doenças e epidemias. Demarcando, o estado evita o genocídio desses povos.

O ataque às terras indígenas vem de todos os lados: quando não dos próprios civis e representantes do setor privado, o próprio Poder Público acaba por deslegitimar o direito originário destes povos por meio de construções de hidrelétricas, ferrovias, rodovias, da venda das terras próximas à iniciativa privada, da contestação dos relatórios sobre demarcação e etc.

O que ocorre na realidade indígena destoa totalmente da legislação brasileira, pois a posse indígena é precariamente mantida uma vez que os anseios da iniciativa privada e de integrantes do governo, que atuam afastando a aplicação da norma, são mais poderosos do que os anseios dos indígenas. (SILVEIRA, 2015, p. 45).

Neste processo, chamamos novamente a atenção para o setor privado. A compreensão dele no contexto indígena é determinante na explicação do porquê acreditamos que a PEC 215/00 é prejudicial para a sociedade e, principalmente, para os povos indígenas. Ratificamos aqui o que Thiago Henrique Karai Djekupe, uma das lideranças indígenas na luta pela terra, disse outrora à mídia: “Chamamos os poderosos do Brasil de bandeirantes do presente”. A realidade dos povos indígenas mostra que o setor privado atua em cumplicidade com os setores do agronegócio, que estão interessados sobretudo no lucro que a exploração dos recursos naturais pode trazer.

Na reportagem que citamos sobre o assassinato dos defensores dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, relatora especial da ONU para os direitos dos povos indígenas, conta que os fazendeiros de cultivos extensivos quando querem expandir suas plantações vão lá e tomam o que querem, mesmo que pertençam aos povos indígenas. O desrespeito do setor privado, conduzido por interesses do capital, é reafirmado com a omissão do Estado, que pouco pune este tipo de crime. Ainda neste capítulo veremos outras formas de atuação inócua do Estado na proteção das terras indígenas, que acabam por enfraquecer os direitos indígenas.

Exemplos não faltam neste sentido. Segundo o relatório de 2017 sobre a violência contra o indígena do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ataques contra aldeias ocorrem constantemente. No Maranhão, por exemplo, as terras indígenas são alvos permanentes da cobiça exploratória de madeireiros, fazendeiros e mineradoras. Um caso que repercutiu, inclusive na mídia internacional, foi o ataque que indígenas sofreram no dia 30 de abril de 2017.

Nesta data fazendeiros organizaram um ataque violento contra o povo Gamela numa área retomada na localidade de Bahias, município de Viana (BA). Na ação criminosa, 22 indígenas foram feridos, dois deles acabaram baleados e outros dois tiveram as mãos decepadas a golpes de facão pelos agressores; outros Gamela foram feridos com golpes de facas e pauladas.

Além da violência escancarada que estas pessoas sofrem em sua própria terra, há relatos de que eles também não são aceitos quando vêm para cidade. O mesmo relatório afirma que no Paraná há regiões em que os indígenas não podem sequer andar pelas ruas ou ir ao comércio porque são hostilizados e discriminados. Não há saída pacífica para os indígenas. Em 2017, foram contabilizados 20 conflitos relativos a direitos territoriais:

Tabela 1 - Conflitos relativos a direitos territoriais

Conflitos relativos a direitos territoriais	
Estados	Quantidade
Amazonas	2
Maranhão	3
Bahia	1
Mato Grosso do Sul	1
Pernambuco	1
Paraná	3
Rio Grande do Sul	2
Rondônia	3
Santa Catarina	3
São Paulo	1

Fonte: CIMI/2017.

Após a exposição destes dados, concluímos aquilo que Marés (2003, p. 102) já havia afirmado: “[...] os direitos indígenas na América Latina sempre estão ligados a um espaço

territorial, qualquer que seja o nome”. Para o indígena, sobreviver, é resistir aos conflitos por terras.

5.3 PEC 215/2000

Após compreendermos a importância das terras indígenas para a sociedade brasileira e, principalmente, para a sobrevivência destes povos, nos debruçaremos sobre a PEC 215/2000. Já adiantamos que, a partir do nosso estudo, concluímos que ela representa um perigo para os povos indígenas pois coloca em xeque o reconhecimento do direito originário às terras nas quais guardam vínculos históricos, culturais e ancestrais. Não só um perigo esta proposta representa, mas um retrocesso para toda a sociedade brasileira ao ir contra os direitos indígenas previstos na CF de 1988.

“PEC” é a sigla para Proposta de Emenda à Constituição. Ou seja, é o instrumento processual pelo qual se pode fazer alterações na Constituição Cidadã. Esta PEC, em específico, tem por objetivo alterar o texto constitucional do capítulo que trata dos direitos indígenas sobre a terra.

O texto é de autoria do então deputado Almir Sá que no ano 2000 propôs acrescentar o inciso XVIII ao art. 49; modificar o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. Explicação: inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

Na justificativa¹³ do projeto, o autor afirma que a homologação pelo poder Executivo é feita de forma unilateral e sem nenhuma consulta ou consideração aos interesses e situações concretas dos estados-membros. É importante frisar que a PEC não só propõe que as terras sejam aprovadas pelo Congresso Nacional, como também aquelas já homologadas estejam sob o crivo da avaliação dos parlamentares. A explicação para tal ato é que “se outorga um inédito nível de segurança jurídica às demarcações das terras indígenas, na medida em que, tendo-se pronunciado sobre elas o Poder que representa o povo e as unidades federativas, ficarão absolutamente isentas de qualquer questionamento”.

Faz mais de duas décadas que esta proposta está tramitando na Câmara dos Deputados. Até o momento da elaboração deste capítulo, em outubro de 2018, a atual situação dela é que o

¹³ PEC 215/2000. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso em: out. 2018.

texto está pronto para pauta no plenário e também está aguardando a designação do relator na Comissão Especial destinada a avaliar o texto.

É importante salientar que o processo de demarcação de terras é contestável em qualquer uma de suas fases, o que, por si só, já pode atrasar mais ainda a conclusão do processo. Os povos indígenas veem a PEC 215/00 como um retrocesso e já se posicionaram inúmeras vezes contra o texto. Para eles, a PEC é inconstitucional pela afronta ao princípio da divisão dos poderes, uma vez que o Legislativo usurparia a competência do Executivo. Outro ponto que eles defendem é que se trata de uma PEC inconstitucionalidade pois afronta o artigo 231, considerado pelos indígenas como cláusula pétrea, portanto item que não pode ser modificado de forma alguma.

Embora formalmente o referido artigo não esteja na lista das cláusulas pétreas, o artigo 231 trata do território indígena, que, para eles, significa a própria sobrevivência, em outras palavras, um direito fundamental. Depois de tudo o que mostramos até aqui, concluímos que a terra indígena é, de fato, um direito fundamental e não pode ser retirada dos povos originários, pois está diretamente ligada à sua identidade.

Transferir para o Congresso Nacional a autorização da demarcação de terras, significa dar carta branca à bancada ruralista e, por conseguinte, ao setor privado a fim de poder decidir sobre as terras que eles querem explorar. Vale lembrar no ano de 2018 tivemos a eleição da primeira mulher indígena ao cargo de deputada federal, a Joenia Wapichana. Diante da baixa representatividade indígena no Congresso e da crescente influência da bancada ruralista, como podemos avaliar que esta PEC será positiva para os indígenas, sendo que quem está se propondo a autorizar a demarcação das terras é quem pouco conhece da história destes povos e está com o maquinário pronto para extrair os recursos naturais?

Mas, por que o poder Executivo é o mais adequado no que se refere à autorização e homologação da demarcação das terras indígenas? Em primeiro lugar porque esta questão perpassa pela esfera administrativa e não legislativa. As análises técnicas, sociais, ambientais e antropológicas, a delimitação e o registro das áreas, a resolução de conflitos fundiários e o pagamento de indenizações se configuram como atos de índole tipicamente administrativa.

Em segundo lugar, colocar o poder Legislativo para decidir sobre esta questão é adicionar um componente político em um ato que precisa ser objetivo como um ato técnico e declaratório deve ser. O componente político é justamente o fato de o Congresso Nacional ter forte influência da bancada ruralista, que irá defender os seus interesses políticos e econômicos nas terras indígenas.

Em 2015, alguns senadores organizaram um manifesto¹⁴ apoiando a sociedade civil contra a PEC 215. Em certo momento do texto, eles dizem: “A confirmação de direitos de minorias não pode ficar suscetível a maiorias temporárias. A demarcação é um ato técnico e declaratório. Não há sentido em introduzir o componente político neste ato. É incabível trazer essa matéria para o âmbito do Congresso, um equívoco político e jurídico, um atentado aos direitos dos povos indígenas”.

Como já estudamos, o Estado tem o poder de reconhecimento e declaratório da terra indígena. Quando se dá para o poder Executivo esta atribuição é como se o Estado brasileiro reconhecesse, de fato, de que o território indígena existe e se legitima independentemente de qualquer ato constitutivo.

Deixamos aqui a fala¹⁵ do ministro do STF, Luís Roberto Barroso, que expressam assertivamente o que cabe ao poder Executivo acerca da demarcação:

A jurisprudência deste Tribunal já assentou que a demarcação de Terras Indígenas é um ato declaratório, que se limita a reconhecer direitos imemoriais que vieram a ser chancelados pela própria Constituição. O que cabe à União, portanto, não é escolher onde haverá Terras Indígenas, mas apenas demarcar as áreas que atendam aos critérios constitucionais, valendo-se, para tanto, de estudos técnicos. Nessa linha, trata-se de um procedimento que se volta, tanto quanto possível, à aplicação do direito de ofício – província tipicamente atribuída ao Poder Executivo, como igualmente observado por este Tribunal.

Figuras importantes do mundo jurídico reconhecem quão problemática é essa PEC. Em 2013, o então procurador regional da República, um dos representantes do Ministério Público Federal, Daniel Sarmiento, elaborou um documento no qual emite uma nota técnica acerca da referida proposta. Basicamente, o ex-procurador regional explica que a ação do presidente da República mostra que este ato é de natureza declaratória e não constitutiva.

Ora, se a PEC 215 fosse aprovada, a fruição do direito fundamental à terra indígena seria plenamente condicionada à vontade da maioria política do Parlamento. Ao tornar a demarcação das terras indígenas dependente de aprovação parlamentar, e subordinar a inalienabilidade, indisponibilidade e imprescritibilidade dos direitos incidentes sobre estas terras à decisão política do Congresso, o constituinte derivado desnaturaria o direito fundamental previsto no art. 231, ferindo o seu núcleo essencial. (Nota técnica, 2013, p. 15).

¹⁴ Documento disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/ccf28052015_00002.pdf. Acesso em: out. 2018.

¹⁵ Supremo Tribunal Federal. Decisão monocrática. Medida Cautelar em Mandado de Segurança n.º 32.262/DF. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. D.J. 24.09.2013.

Abaixo esquematizamos um quadro¹⁶ com os principais acontecimentos até o momento da elaboração deste capítulo:

Tabela 2 - Principais acontecimentos da PEC 215/2000

Ano	Evento
2000	Apresentação da PEC 215, de autoria do deputado Almir Sá (PPB/RR) ao Plenário da Câmara.
2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Recebimento pela CCJR, apensada à PEC-153/1995.
2005	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Luiz Couto. Parecer do Relator, Dep. Luiz Couto (PT-PB), pela inadmissibilidade desta, da PEC 579/2002, da PEC 257/2004, da PEC 275/2004, e da PEC 319/2004, apensadas.
2007	Arquivamento pela Mesa Diretora da Câmara; desarquivamento no mesmo ano e devolução ao relator.
2008	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Designado Relator, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ). Voto do relator pela inadmissibilidade da matéria em junho.

¹⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso em: out. 2018.
SOARES, L B. Ciclos de protesto e repertório de ação do movimento indígena brasileiro entre 2009 e 2016: o caso da PEC 215. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. Brasília, n. 24, p.191-222, 2017.

	Novo voto do relator, desta vez pela admissibilidade da matéria e propostas apensadas a ela em dezembro.
2009	Parecer do Relator, Dep. Geraldo Pudim (PR-RJ), pela admissibilidade desta, com emenda, da PEC 579/2002, da PEC 156/2003, da PEC 257/2004, da PEC 275/2004, da PEC 319/2004, da PEC 37/2007, da PEC 117/2007, da PEC 161/2007, da PEC 411/2009, da PEC 415/2009 e da PEC 291/2008, apensadas.
2011	Arquivamento da matéria pela Mesa Diretora da Câmara; desarquivamento no mesmo ano; designado como novo relator o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR); primeiro requerimento de audiência pública da parte do deputado Alessandro Molon (PT/RJ).
2012	PLENÁRIO Apresentação do Requerimento nº 6.468/2012, pelo Deputado João Campos (PSDB-GO), que: "Requer a criação de Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 215, de 2000".
2013	Quatro requerimentos propondo a instalação da Comissão Especial; criação, mediante ato da Presidência da Câmara, da Comissão Especial (GTERRAS); requerimento de cinco audiências públicas para debater o tema.
2014	Apresentação de 42 requerimentos para a realização de audiências públicas, por parte de deputados de diversos partidos; perda do prazo regimental para a votação da PEC e sua consequente extinção e arquivamento.
2015	Desarquivamento da matéria. Apresentação de 20 requerimentos.
2017	Apresentação do Requerimento nº 6.649/2017, pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
2018	PLENÁRIO

	Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia nº 8.975/2018, pelo Deputado Marcos Rogério (DEM-RO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação sejam regulamentados por lei”.
--	---

Fonte: elaborado pela autora

No último ano de realização deste trabalho (2019), a PEC 215/2000 chega ao seu 19º ano de tramitação. No decorrer deste tempo, a proposta foi arquivada e desarquivada quatro vezes. Por meio da tramitação, conseguimos observar que os arquivamentos da matéria ocorreram por força do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o qual prevê o arquivamento de todas as PECs com o fim da legislatura. Em outras palavras, é mais um rito processual do que o entendimento de que esta PEC não é boa para a sociedade.

Além disso, atualmente existem outras 11 PECs apensadas à ela. Isso quer dizer que existem outros pedidos muito semelhantes ao que a proposta 215 dispõe. Nisso, conseguimos observar quão empenhados alguns deputados estão em fazer com que as terras indígenas fiquem sujeitas à palavra final do Legislativo. Algumas destas PECs apensadas tem o pedido exatamente igual ao da PEC 215/00, o qual é submeter a homologação de terras indígenas ao Congresso Nacional. No entanto, existem outras propostas com pedidos semelhantes, como por exemplo, a PEC 156/2003, que procura preservar os direitos do pequeno produtor rural, para que ocupe terras indígenas e que detenha títulos havidos e benfeitorias erigidas.

Outra PEC apensada que nos chamou a atenção é a PEC 415/2009. Ela tem por objetivo autorizar a permuta de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios por outras áreas de idêntico tamanho, desde que as terras estejam em processo de demarcação litigiosa, não possuam ocupação regular de índios e haja solicitação das comunidades silvícolas envolvidas.

Esta proposta, assim como as outras apensadas, comprova aquilo que já abordamos nos primeiros capítulos sobre cultura, poder e violência simbólicos: alguns deputados veem a terra indígena apenas como mais uma área de potencial exploração e não como um local no qual a cultura de determinada etnia é desenvolvida e mantida com o passar dos anos. Na PEC 415 isso fica claro quando o autor do texto propõe que haja uma permuta de terras, ou seja, de tamanho

idêntico. Ele usa palavras totalmente atreladas aos interesses comerciais e, mesmo que a terra seja de tamanho idêntico, ela não carrega consigo a história e cultura daquele povo.

A PEC 215/00 teve três relatores ao longo de sua tramitação: os deputados Luiz Couto, Geraldo Pudim e Osmar Serraglio. O primeiro é, atualmente, secretário da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido da Paraíba; o segundo não tem em seu histórico ligação com o movimento indígena ou com os interesses da terra e o último foi ministro da Justiça, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e um aliado do ex-deputado Eduardo Cunha, atualmente preso por casos de corrupção.

Além disso, chamamos atenção para dois anos específicos da tramitação, 2013 e 2015. Em abril de 2013 foi criada uma Comissão Especial para dar parecer à referida PEC e no ano de 2015 esta comissão aprovou o texto elaborado pelo então relator Osmar Serraglio. As mudanças trazidas pelo relator da época agradaram a bancada ruralista, pois estabeleceram que a demarcação de terras indígenas passa a ser feita por lei de iniciativa do Executivo, e não mais por decreto. Na prática, essa medida dá ao Congresso Nacional a palavra final sobre novas demarcações, fato que desagrade às lideranças indígenas devido à força da bancada ruralista na Câmara e no Senado e ao receio de paralisação nas demarcações.

A reunião de votação desta foi conturbada. Isso porque deputados de PT, PCdoB, PV, PSOL e Rede se manifestaram contra a PEC e, em protesto, se retiraram da reunião antes da votação.

5.4 A demarcação ao longo dos anos

Conseguimos comprovar que o direito dos povos originários à terra é um direito menos valioso quando observamos a questão da demarcação de terra nos mais diferentes governos. É uma questão flutuante, que aumenta ou diminui de acordo com o interesse de quem está no poder. Quando se trata de direito, não se pode ser assim. Direitos são garantidos pela CF e não sujeitos aos interesses dos governantes.

Os dados apresentados pelo relatório do CIMI de 2017 são certos em mostrar que a preocupação com as terras indígenas figura num dos últimos lugares da lista de importância na agenda social. Deixamos a seguir a tabela¹⁷ retirada do próprio relatório e concluímos que os direitos constitucionais dos indígenas são relativizados.

¹⁷ CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**. Brasília: CIMI, 2017. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contrapovos-indigenas_2017-Cimi.pdf. Acesso em: out. 2018.

Figura 1 - Homologação de terras por governo

Homologação de Terras Indígenas por gestão presidencial			
Governo	Período	Nº de homologações	Média anual
José Sarney	1985-1990	67	13
Fernando Collor de Melo	Jan. 1991 – Set. 1992	112	56
Itamar Franco	Out. 1992 – Dez. 1994	18	9
Fernando Henrique Cardoso	1995-2002	145	18
Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2010	79	10
Dilma Rousseff	Jan. 2011 – Ago. 2016	21	5,25
Michel Temer	Ago. 2016 – Dez. 2017	0	0

Fonte: Relatório CIMI, 2017.

Ao analisarmos a figura, até o governo de Michel Temer, ano de início de realização deste trabalho, podemos concluir que os anos em que o PT esteve no poder a quantidade de homologação de demarcação de terras caiu sensivelmente. O governo da ex-presidente Dilma Rousseff fora, até então, aquele que menos homologou a demarcação de terras indígenas, com uma média de 5,25 terras ao ano.

No entanto, o governo de Temer conseguiu superar este péssimo número, pois não homologou uma terra sequer. Há décadas, o dia 19 de abril é o momento escolhido pelo governo federal para a publicação de identificações, demarcações e homologações de Terras Indígenas. Lideranças e militantes dos povos indígenas criticaram o fato da data ter passado em branco no ano passado, pois o presidente Michel Temer não homologou sequer uma Terra Indígena.

O artigo *“Integracionismo à vista: a violência contra os indígenas e o golpismo no Brasil”*, de Cleber César Buzatto, que está no relatório do CIMI de 2016, traz dados que comprovam o descaso de Temer com a pauta dos povos originários e a aproximação com aqueles que encabeçam a bancada ruralista e os setores privados.

De acordo com o artigo, o orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovado para o ano 2017 foi o menor dos últimos dez anos.

Colocar a Funai em estado vegetativo via estrangulamento orçamentário é parte da estratégia governo-ruralista no ataque aos direitos indígenas em curso no país. Os ruralistas sabem que, com um orçamento extremamente reduzido, o órgão indigenista do Estado brasileiro perde as condições mínimas necessárias para dar seguimento às suas tarefas institucionais. (CIMI, 2016, p. 12).

Vale lembrar também que em 2016, Temer aprovou a PEC 241/16, conhecida como PEC do Teto dos Gastos. Para a questão indígena, esta PEC significou a estagnação do orçamento da Funai num patamar extremamente baixo pelos próximos 20 anos. O presidente se aproximou de setores conservadores e da bancada ruralista, os quais defendem o marco temporal, a revisão

das terras já homologadas e a PEC 210/2000, entre outras pautas que nada favorecem os povos indígenas.

As indicações para a presidência da Funai foram desastrosas, pois colocaram na liderança pessoas que não têm experiência com a questão indígena. Pelo contrário: são pessoas ligadas ao PSC (Partido Social Cristão), uma legenda que é uma antiga aliada dos ruralistas na Câmara dos Deputados.

É importante frisar que, em menos de dois anos, a Funai já trocou de presidente três vezes. Em abril de 2018, o empresário e pregoeiro Wallace Moreira Bastos foi nomeado como novo presidente da Fundação Nacional do Índio. Ele substituiu o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, que entregou o cargo após pressão da bancada ruralista. De acordo com o CIMI, a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) se pronunciou, afirmando que Franklimberg Ribeiro de Freitas “não atendia o setor”. Após a repercussão negativa na opinião pública, a FPA soltou novo comunicado afirmando que a saída do presidente era uma exigência de lideranças indígenas.

Ao longo de dois anos, o governo Temer acentuou o desrespeito aos indígenas. Quando se está do lado dos interesses da bancada ruralista, fomenta-se uma série de problemas que atingem diretamente os povos originários: suicídios; morte na infância; desnutrição infantil; morte por desassistência; invasão dos territórios por madeireiros, garimpeiros, grileiros, pecuaristas e empresários da especulação imobiliária responsáveis por uma intensa devastação dos bens ambientais; confinamentos em áreas impróprias para a vida, sem água potável, saneamento básico e habitação; assassinatos; ameaças de morte; atropelamentos; espancamentos; preconceito, racismo e discriminação. Os cortes orçamentários do governo federal comprometeram as ações de fiscalização e proteção dos territórios de mais de 90 povos isolados, colocando-os em risco de genocídio.

Outro problema que os indígenas sofreram e sofrem em virtude do descaso de Temer é a área da saúde. De acordo com o relatório do CIMI de 2017,

A saúde indígena acabou submetida aos interesses dos grupos políticos que apoiam o governo Temer. As atividades voltadas para o saneamento básico permaneceram paralisadas; ações e serviços no âmbito das garantias alimentar e nutricional parecem abandonadas e as consequências ficam evidentes com a prevalência de desnutrição e anemia em crianças e mulheres. (CIMI, 2017, p. 17).

Podemos concluir que, desde o governo de Fernando Collor de Mello, as ações tomadas pelos governantes não foram benéficas para os indígenas no âmbito da demarcação de terras.

Até o presente momento, março de 2019, constatamos que nenhuma terra foi homologada, três presidentes foram nomeados em menos de dois anos e a Funai sofreu um grande corte de verbas.

5.5 “Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver”

A Carta do Cacique¹⁸, de 1855, é um texto conhecido e importante para os povos indígenas. Apesar de ser um relato de um cacique de uma tribo dos Estados Unidos, podemos perceber que passado o século XIX e XX, as palavras deste indígena permanecem extremamente atuais. Isto é, a problemática das terras indígenas extrapola a questão nacional e temporal, pois demonstra o processo perverso e maléfico da colonização para os povos originários.

Abaixo estão trechos desta carta:

O grande chefe de Washington mandou dizer que quer comprar a nossa terra. O grande chefe assegurou-nos também da sua amizade e benevolência. Isto é gentil de sua parte, pois sabemos que ele não necessita da nossa amizade. Nós vamos pensar na sua oferta, pois sabemos que se não o fizermos, o homem branco virá com armas e tomará a nossa terra. O grande chefe de Washington pode acreditar no que o chefe Seattle diz com a mesma certeza com que nossos irmãos brancos podem confiar na mudança das estações do ano. Minha palavra é como as estrelas, elas não empalidecem. Como pode-se comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal ideia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre as coisas do nosso tempo. Toda esta terra é sagrada para o meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias de areia, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na crença do meu povo. Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual ao outro.

(...)

Não se pode encontrar paz nas cidades do homem branco. Nem lugar onde se possa ouvir o desabrochar da folhagem na primavera ou o zunir das asas dos insetos. Talvez por ser um selvagem que nada entende, o barulho das cidades é terrível para os meus ouvidos. E que espécie de vida é aquela em que o homem não pode ouvir a voz do corvo noturno ou a conversa dos sapos no brejo à noite? Um índio prefere o suave sussurro do vento sobre o espelho d'água e o próprio cheiro do vento, purificado pela chuva do meio-dia e com aroma de pinho. O ar é precioso para o homem vermelho, porque todos os seres vivos respiram o mesmo ar, animais, árvores, homens. Não parece que o homem branco se importe com o ar que respira. Como um moribundo, ele é insensível ao mau cheiro.

Esta carta demonstra que a luta pela terra não é algo restrito ao Brasil e que o descaso com grupos vulneráveis e minoritários ultrapassa os limites de um país. Isso porque, a

¹⁸ A Carta do Cacique Seattle, em 1855 (1855). Acedido a 13 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/seattle1.htm>. Acesso: nov. 2018.

organização dos países é baseada em um modelo calcado na exploração e no lucro, que privilegia aqueles que detém poder político e financeiro.

5.6 Sintetizando

Este capítulo da presente pesquisa buscou mostrar quão urgente é a questão da demarcação de terras para os indígenas. Historicamente, os povos originários se tornaram grupos vulneráveis confinados a determinadas áreas que, muitas vezes, não respeitam o próprio distanciamento que as tribos indígenas procuram.

Aqui ressaltamos a importância da terra para o indígena, que vai além de uma área de potencial exploração lucrativa, pois é o local em que a cultura e a tradição dos povos originários se mantêm viva.

Além da questão cultural, a demarcação de terras indígenas também entra em assuntos internacionais, já que demarcar terras significa, dentre outras coisas, proteger o meio ambiente. Em tempos que as florestas brasileiras padecem sob os interesses dos agronegócios, demarcar significa proteger, atitude bem vista aos olhos da comunidade internacional.

No entanto, como pudemos observar por meio dos dados obtidos em relatórios de entidades ligadas à causa, concluímos que a questão da demarcação não é prioridade para os Governos. Prova disso é que, governo após governo, o número de terras homologadas pelo presidente da República vem caindo drasticamente. Até o final do Governo de Michel Temer, em 2018, nenhuma terra havia sido homologada.

6. TELEVISÃO E A MÍDIA AUDIOVISUAL ALTERNATIVA

“A televisão me deixou burro, muito burro demais
Agora todas coisas que eu penso me parecem iguais
(...) Oh Cride, fala pra mãe
Que tudo que a antena captar meu coração captura.”
(*Televisão* - Titãs)

Em 2016, a *Rede Globo* produziu a novela *Lei do Amor*, uma história transmitida no horário nobre nas telas das televisões brasileiras. À época, a novela sofreu reveses, pois “fracassou”¹⁹ no quesito de audiência, ao longo dos meses em que foi transmitida, quando comparada às duas outras novelas que a antecederam. O último capítulo, no entanto, surpreendeu e bateu recorde²⁰ de audiência, superando as três antecessoras.

De fato, não foi uma produção crescente constante em termos de audiência, mas isso não impediu o engajamento com o público. Isso porque, por exemplo, segundo a revista feminina *Marie Claire*²¹, um dos cortes de cabelo de uma das personagens da novela esteve entre os cinco cortes mais pedidos nos salões de beleza.

É claro, nós sabemos, foi empiricamente demonstrado, que quando uma apresentadora popular se coloca diante das câmeras com um enfeite, um broche, por exemplo, esse enfeite vai alcançar uma excelente venda nos próximos dias. (LAZAR, 1999, p. 93).

A televisão é um instrumento de transmissão, de influência, de venda e de persuasão. Uma das técnicas conhecidas para influenciar e vender produtos é o merchandising, que é quando um produto é colocado em uma posição atraente para o consumidor e competitiva com relação ao mercado. Um dos primeiros merchandisings na televisão foi com a propaganda do espinafre nas histórias do Popeye, na década de 1920. O resultado foi satisfatório: de acordo com Fernandes e Santos (2008, p. 2), o consumo de espinafre aumentou entre o público infantil e atingiu o objetivo principal do governo americano, que era o de escoar a superprodução de

¹⁹ TV FOCO. “A Lei do Amor” fracassa e tem menos audiência geral que “A Regra do Jogo” e “Velho Chico”. Disponível em: <https://www.otvfoco.com.br/lei-amor-fracassa-e-tem-menos-audiencia-geral-que-regra-jogo-e-velho-chico/>. Acesso em: nov. 2018.

²⁰ _____. “A Lei do Amor” bate recorde de audiência no último capítulo e supera três antecessoras. Disponível em: <https://www.otvfoco.com.br/a-lei-do-amor-bate-recorde-de-audiencia-no-ibope-no-ultimo-capitulo-e-supera-tres-antecessoras/>. Acesso em: nov. 2018.

²¹ MARIE CLAIRE. Os 5 cabelos mais pedidos da televisão. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Beleza/noticia/2016/11/os-5-cabelos-mais-pedidos-da-televisao.html>. Acesso em: nov. 2018.

espinafre. Vale lembrar que até o hoje a figura do Popeye é associada ao espinafre e, mais, de como este alimento o deixa forte e preparado para as aventuras do dia.

O objetivo de se vender um produto na televisão dificilmente é o exclusivo êxito no lucro. É também associar e internalizar o valor daquilo que se vende à rotina do espectador/consumidor. Essa afirmação é corroborada por Lima (2007, p. 7), quando diz que “a televisão, então, oferece uma cultura midiática, com uma exposição de imagens para o consumo. Sobre este consumo, podemos estender sua compreensão para além da oferta de mercadoria”.

Sabendo disso, os produtores de conteúdo na televisão passaram não só a vender produtos, mas também a “vender” discussões que consideravam relevantes para a sociedade. Denise Alves (2015, p. 14) discorreu sobre esta dinâmica, a qual é intitulada de “merchandising social”: “A prática de inclusão de temas sociais nas tramas das telenovelas é reconhecida ou denominada como merchandising social. Portanto, é neste espaço midiático privilegiado de ficção que também se constitui a narrativa de um problema social”. Temos inúmeros exemplos de novelas que tratam sobre os problemas da migração (*América*, 2005), homossexualidade (*Amor à vida*, 2014), câncer, alcoolismo, maus-tratos contra idosos, violência doméstica e ciúmes doentio (*Mulheres apaixonadas*, 2003), entre outras.

No caso, a autora fez um estudo sobre a discussão de temas sociais nas telenovelas. Por isso, afirmou que essas discussões acontecem em um espaço midiático de ficção. Com este trabalho, queremos demonstrar algo similar: em vez de falar sobre novelas, pretendemos mostrar como os telejornais também são espaços midiáticos em que se propõem a discussão de temas sociais.

Em vez de se vender um produto físico para o consumo, os telejornais, dentro da lógica de mercado no qual os veículos de comunicação estão inseridos, também vendem discussões e ideias que são “compradas” pela audiência a medida em que se discute esses temas na sociedade. Não vamos nos estender sobre esta dinâmica, muito praticada pelos veículos de comunicação de massa, pois já nos debruçamos sobre ela no capítulo I. O que é importante retomar, é que a televisão, como meio de comunicação, tem poder para vender temas que gerarão discussões. Agora vamos falar sobre como este poder se dá na prática.

6.1 Sobre-representação

A novela, no caso, é um exemplo estampado da ficção, ou seja, de algo que representa a realidade. Em certo sentido, os telejornais também são, mas, nos arriscamos a dizer que é de

uma forma muito mais perigosa, pois é dissimulada. Como já discorremos nos capítulos anteriores, os jornais levam a responsabilidade de transmitir a verdade, conceito atrelado à figura do jornalista, que é o responsável por checar e apurar a veracidade da informação. Quando um fato passa em um telejornal, ele é automaticamente tido como verdade e mais: como uma verdade incontestável, uma vez que se tem imagens e sons que provam aquilo que está sendo transmitido.

Lolla *et al.* (2011, p. 73) discorrem sobre a importância da imagem/som para a legitimidade do real:

A imagem-som é considerada uma real reprodução de tudo o que é apresentado, já que aparece visualmente de maneira real, em que se vê sua forma, cor, movimento e som. Isso torna as imagens-som distintas da palavra, que todos escutam semelhantemente, mas cada um entende em sua inteligência particular.

A imagem-som que a televisão traz tem uma alta densidade sêmica, conceito discutido pela semiótica de Greimas (1966), que versa sobre a figuratividade ou não de determinado conteúdo. Para o autor, o não figurativo é considerado abstrato e definido por sua baixa densidade sêmica, enquanto que o figurativo é concreto e definido por uma densidade sêmica maior. Em outras palavras, isto quer dizer que existem mais signos e elementos no conteúdo gerado por este veículo de comunicação. A televisão tem densidade sêmica alta, porque qualquer lacuna de conteúdo é preenchida com imagens ou sons a fim de prender atenção do telespectador. Deixar de transmitir uma imagem, com uma tela preta, por exemplo, significa perder dinheiro e capital simbólico.

Isso mostra a capacidade da televisão em registrar, transmitir e reproduzir quase que simultaneamente uma imagem em movimento. Ela é, de fato, como se fosse um mosaico luminoso (PARENTE, 1993). As peças se juntam para formar um sentido desejado por quem produz o conteúdo.

Outro autor que enfatiza o poder televisivo no momento de transmissão é Milton José de Almeida em *“Imagens e sons: a nova cultura oral”* (2001, p. 26-27). O autor diz que a “imagem/som projetada, por mais fantasiosa que seja, é sempre real; está sendo vista/ouvida como no mundo real” (2001). Se é real, logo é verdadeiro e assim assimilado por quem assiste: pelos espectadores, pela audiência que corrobora com a manutenção daquele tipo de veiculação de notícia.

A sua relação com a imaginação é direta e global, quase sem mediações, semelhante à situação da fala (oral). É muito diferente da imaginação reflexiva, mediada pela

palavra escrita e pela sintaxe de um texto literário. É essa homologia com a fala (oral) e com a realidade visível/audível que dá ao cinema e à TV sua força e domínio sobre as populações orais atuais. São os instrumentos e o meio dominante da educação cultural massiva. (ALMEIDA, 2001, p. 26-27).

Aí está o poder de manipulação das mídias audiovisuais legitimadas por telejornais de grande circulação. O telespectador dificilmente tem a noção de que aquilo que assiste é um recorte arbitral da realidade e uma representação a partir dos óculos de um veículo de comunicação. “O veículo impõe ao receptor a sua maneira especialíssima de ver o real” (SODRÉ, 1971, p. 61).

Esta definição é corroborada no livro *Imagem-Máquina*: “A imagem se dá como uma representação do real” (PARENTE, 1993, p. 39). A representação da realidade pelos veículos de comunicação, por meio da televisão, traz um efeito de realidade extremamente crível, dando uma ilusão do real e não dele, propriamente dito. Nesse aspecto de representação, entendemos que a pintura e a fotografia representam o real enquanto que, na verdade, na televisão, o real é sobre-representado. Ou seja, não é uma questão de representar parcialmente a realidade, mas sim de interpretá-la e transmiti-la a partir de determinado recorte.

Em geral, na pintura e na fotografia, a interpretação do autor da obra é muito mais subjetiva e cabe um papel maior ao leitor entender o que está sendo visto e analisar de acordo com a sua visão de mundo. O que é transmitido na televisão, por outro lado, já vem pronto, especialmente quando tratamos de notícia jornalística. Por exemplo, se um apresentador diz que “manifestantes invadiram uma fazenda”, vamos logo associar os manifestantes a arruaceiros, baderneiros, bandidos, etc. No entanto, se o mesmo telejornal noticiar que “manifestantes ocuparam uma fazenda”, tenderemos a compreender que são pessoas necessitadas e que não fizeram aquilo “por mal”.

No exemplo anterior, mudar apenas um verbo quis dizer mudar a realidade. Nunca foi tão fácil alterá-la e, por que não, empobrecê-la? Podemos endossar aquilo que Sodré (1976) chamou de “empobrecimento”. O que a mídia televisiva faz com a realidade é, de certa forma, um empobrecimento. Pois a recorta, a edita da forma como lhe convém e a transmite por alguns minutos na televisão, sem chance de reprise, muitas vezes: “O código que rege a produção das mensagens de massa tem de se tornar mais pobre para aumentar o índice de percepção por parte dos receptores. E isto implica, com frequência, num empobrecimento da mensagem com relação à original (da cultura elevada)” (1976, p. 16).

Consequiremos compreender melhor esta afirmação no próximo capítulo em que faremos as análises dos materiais. Mas, já adiantamos o cenário: em vez mostrar a situação dos indígenas

por completo - por exemplo: mostrar porque a PEC 215 é uma questão tão importante para os indígenas -, muitos telejornais, por inúmeros motivos - tempo na televisão, linha editorial, recorte do repórter, etc. - optam por transmitir desdobramentos de determinada manifestação contra a PEC, sem maiores explicações. Caso o espectador não tenha um conhecimento prévio sobre a questão indígena, dificilmente entenderá suas razões legítimas para a manifestação. Poderá interpretar o indígena como um invasor e não como um cidadão protestando pelos seus direitos constitucionalmente garantidos.

6.2 Simulacros e simulações

Tudo o que discorreremos até aqui trata, no fundo, da simulação da realidade por meio da televisão. Sobre este ponto, não há como falar sobre representação da realidade sem citarmos Jean Baudrillard (1991). O autor tem estudos extensos acerca da simulação e do simulacro da realidade. Neste capítulo, discorreremos sobre os efeitos de realidade, algo já trabalhado por Baudrillard quando ele tratou da simulação, especificando com outro nome: a hiper-realidade - uma realidade construída dentro do sistema em que vivemos, estruturada pela informação e pela tecnologia, com o auxílio da televisão, por exemplo.

O autor explica que a simulação extrapola o conceito de dissimular. Na verdade, são duas coisas distintas. Para ele, simular é fingir ter o que não se tem e até explica o conceito com uma pessoa que finge estar doente e outra que simula estar doente. Aquela que finge, basta se meter na cama e fingir que está doente. Aquela que simula, por outro lado, determina em si próprio alguns dos respectivos sintomas. A simulação põe em xeque a realidade, pois, neste caso da doença, o que é o verdadeiro e o falso, o real e o imaginário dependem do olhar de quem participa da cena. “O simulador está ou não doente, se produz ‘verdadeiros’ sintomas? Objectivamente não se pode tratá-lo nem como doente nem como não doente” (BAUDRILLARD, 1991, p. 9).

A televisão faz com o real exatamente aquilo que o autor descrevera anos atrás: “o real é produzido a partir de células miniaturizadas, de matrizes e de memórias, de modelos de comando - e pode ser reproduzido um número indefinido de vezes a partir daí” (1991, p. 8).

A simulação é uma esfera particular do real, mas que não faz parte da realidade. A simulação não é uma imitação falsa da realidade: “(...) não se trata de imitação, nem de dobragem, nem mesmo de paródia. Trata-se de uma substituição no real dos signos do real” (1991, p. 9). Para existir, a simulação se ampara no real para recortar a realidade. O autor diz

que isso é um hiper-real, pois é um produto de síntese, irradiando modelos combinatórios num hiperespaço sem atmosfera.

Antes de chegar neste conceito de hiper-realidade, Baudrillard passou por outros dois, em que definiu ordens de simulacro. O simulacro, para o autor, não é uma imitação, é uma nova realidade criada a partir da interpretação e que pode ser dividida em três ordens, sendo determinadas pelo contexto histórico-temporal.

A primeira delas se refere a falsificação, no período renascentista, em que a arte tentava reproduzir fielmente a realidade. “A ideia do falso ecoando como natural, a era da falsificação do jogo de máscaras e das aparências” (SCHEIS; DUTRA, 2015, p. 90). A segunda ordem está no período industrial, em que a reprodução da realidade aconteceu em série. “A industrialização dos objetos produzidos em massa não faz referência a um original, se não ao único sentido de relação de uns aos outros há uma perda de significação seguindo uma referência totalmente mercadológica” (2015, p. 91). Na terceira ordem chegamos, finalmente, à hiper-realidade em que não há a falsificação do real e nem a reprodução em série da realidade.

Basicamente, podemos depreender dos estudos de Baudrillard que o simulacro se trata de uma representação da realidade que pode ser mais interessante do que ela própria. Essa dinâmica é potencializada, segundo o autor, pela mídia - mais especificamente pela televisão - pois a representação da realidade ficou mais interessante a partir de elementos técnicos televisivos que transmitem a realidade (como sons, imagens, infográficos, etc.). Isso causa um efeito que é o ponto-chave para este capítulo: os espectadores acabam por acreditar mais na representação da realidade, pela mídia, do que nela própria.

Não podemos discorrer sobre o imbróglio da representação e realidade sem falarmos sobre René Magritte. O artista em 1929 produziu uma obra intitulada de “*A Traição das Imagens*”. O nome, mais do que sugestivo, é provocativo quando se olha o quadro: vemos a figura de um cachimbo e, logo abaixo, sua legenda: “Isso não é um cachimbo”. Um dos primeiros questionamentos que vêm à cabeça do contemplador é: desde quando um cachimbo não é um cachimbo?

Figura 2 - Obra "*La trahison des images*"



Fonte: René Magritte, 1929.

Para o artista, aquilo se trata da representação de um cachimbo. Em um primeiro momento, quando olhamos para o quadro temos a impressão de que Magritte nomeou algo que não precisa ser nomeado, em virtude da obviedade, mas ao nomeá-lo contradisse a realidade. Sinteticamente com a obra podemos depreender que nem tudo é o que parece ser. Isto está estampado no quadro, pois o autor nega a realidade em vez de afirmá-la: isso NÃO é um cachimbo. De fato, o autor nega aquilo que está diante dos nossos olhos, pois não assistimos mais a realidade sem interferências. Entre as pessoas e a própria realidade existem mediadores que filtram aspectos dela e, posteriormente, a transmitem.

A realidade, nua e crua, é muito mais complexa do que imaginamos. Existem muitos lados, contradições, razões e inúmeras pessoas envolvidas - cada uma com suas respectivas complexidades -. Aquilo que vemos na televisão, por exemplo, é uma representação de um fato que, muitas vezes, nada tem de linear. A realidade é empobrecida, esticada, recortada e editada tudo para a compreensão da sociedade. O traço linear é o simulacro, cheio de efeitos de realidade.

É interessante notarmos também o fluxo televisivo. A realidade ganha outro aspecto temporal, muito mais dinâmico e intenso. Um tema é, muitas vezes, retratado rapidamente e logo em seguida vem outro que nada tem a ver com o anterior. Isso, inclusive, já foi motivo de piada: não é raro ver um apresentador de televisão dando uma notícia trágica de morte, com uma feição séria e, logo em seguida, com um corte para outra câmera, esse mesmo apresentador já começa a falar sobre o campeonato de futebol que aconteceu na última noite, com um leve

sorriso descontraindo. A realidade é multifacetada, sem tempo para digestão, afinal, como falar sobre os principais acontecimentos nacionais e mundiais em 35 minutos de telejornal? O tempo é inimigo nas redações, por isso, a realidade é empobrecida. Ela precisa caber na programação.

Quando discorremos sobre a densidade sêmica, falamos sobre preencher lacunas. Não existe, hoje, na televisão um horário em que não se passa nada. Em todos os momentos existe a possibilidade da venda e do lucro: seja ele material e/ou simbólico. Mas, até que ponto, essa alta quantidade de informações, dispostas em um quadro audiovisual, é interessante para os espectadores? “(...) a TV despeja tanta informação sobre o telespectador que ele não consegue absorver tudo que lhe é passado” (JESUS; RESENDE, 2013, p. 6). Qual o resultado? “Assim o telespectador perde a noção da signagem exibida pela TV e acaba por descontextualizar a mensagem, perdendo também o seu conteúdo, por mais simples que seja a linguagem adotada pelo veículo” (2013, p. 6).

Queremos com este capítulo endossar o poder televisivo, o qual é legitimado com as suas técnicas. A televisão não pode ser tida como um mero veículo de informação, pois é por meio dela que uma cultura e ideologia é construída, mudada, moldada e etc. Por meio da televisão, tendências são lançadas, assuntos são discutidos nos bairros e ela alcança hoje a maioria dos lares: desde os mais ricos até os mais pobres e humildes. De acordo com o IBGE²², dos 69,3 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil - apenas 2,8%, ou 1,9 milhão, não tinham televisão. Ou seja, é um aparelho presente nos lares, muitas vezes, em até mais de um cômodo transmitindo conteúdo 24 horas por dia para os telespectadores. Não se pode desconsiderar tamanho alcance e poder.

6.3 Tv Estatal

Até o momento discorremos sobre o poder da televisão em si, enquanto meio utilizado para construir realidades, com foco no recorte que os donos dos veículos de comunicação dão, ou seja, no olhar daqueles que detêm poder e força simbólica, somado ao capital, para que as informações possam ser transmitidas para o público. Discorremos extensamente sobre a mídia tradicional e privada, sujeita aos interesses ideológicos e mercadológicos.

²² AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>. Acesso em: dez. 2018.

É importante lembrar que nossa pesquisa também analisará as reportagens sobre os indígenas observando a mídia televisiva estatal. O artigo 223 da Constituição Federal traz uma diferenciação categórica entre os tipos de televisão que se é feita no Brasil. Foi a partir desta classificação que escolhemos este recorte. A Carta Magna brasileira distingue em três tipos: privada, pública e estatal. Estas duas últimas parecem ser a mesma coisa e é até um conceito de certa confusão, no entanto, são abordagens no tratamento da notícia totalmente distintas.

A confusão se estabelece no sentido de que o público e o estatal não competem com a esfera privada. E mais, o financiamento governamental de ambas as televisões pode fazer com que a sociedade se confunda, além de que canais estatais e públicos também estão trocando relações de cooperação, principalmente no que se refere ao conteúdo.

Vamos às diferenciações: a televisão pública é aquela feita para atender um direito do cidadão brasileiro em receber informação. É a porta-voz da sociedade, sem intermediação do governo ou da iniciativa privada com o objetivo de informar, entreter e educar. O ator principal é a sociedade.

A emissora pública não deve prestar contas ao governo nem ao capital, mas isso justamente porque as presta, recorrentemente, ao público e à sociedade. A independência em relação ao poder (governamental ou econômico) é pré-requisito para a interdependência da emissora pública em suas relações com a sociedade. (BUCCI, 2010, p. 7).

Já na televisão estatal, o ator principal é o governo. O tratamento da notícia é feito para transmitir as ações governamentais. Enquanto televisões educativas podem servir de exemplo para televisão pública, o programa “*A Voz do Brasil*” sintetiza o conceito de mídia estatal. No caso do nosso estudo, vamos analisar reportagens transmitidas pelos jornais da *Tv Câmara* e *Tv Senado*, emissoras institucionais representativas do poder Legislativo.

Em uma democracia, deve existir espaço para todos os tipos de tratamento de notícia, sempre preservando o direito à informação²³:

Numa democracia, o direito à informação é essencial. Tanto o direito de produzir e difundir informação como o direito de receber e ter acesso à informação. Isso se chama isegoria, palavra criada pelos inventores da democracia, os gregos, significando o direito de emitir em público uma opinião para ser discutida e votada, assim como o direito de receber uma opinião para avaliá-la, aceitá-la ou rejeitá-la. (Marilena Chauí, em entrevista ao site Carta Capital em 22/11/2010).

²³ CARTA CAPITAL. Marilena Chauí: “A mídia brasileira é uma das mais autoritárias do mundo”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/marilena-chau-i--e2-80-9ca-midia-brasileira-e-uma-das-mais-autoritarias-do-mundo-e2-80-9d>. Acesso em: dez. 2018.

A mídia estatal merece atenção pois é o canal oficial dos governantes que, por meio dela, se expressam e se fazem conhecidos. Importante ressaltar que estes veículos de comunicação pautam os demais, inclusive, os meios privados. Ou seja, uma informação oficial vinda de cima será repercutida em vários outros canais e de várias outras formas. É o que confirma Deraldo Goulart, (2015, p. 22) quando trata da criação da *Tv Senado*, por exemplo:

A criação da comunicação legislativa no Senado Federal colocou a atividade parlamentar como centro real do interesse público, transformando-a em notícia plena, agora já sem a inevitabilidade da intermediação de grupos privados de comunicação. O processo deu início a um parlamento transparente, acessível, apresentado de forma direta e ao vivo aos cidadãos.

Focando em nosso objeto de estudo, é importante que tenhamos um olhar sobre a mídia estatal pois conseguiremos entender como o governo está olhando para a questão da demarcação de terra dos indígenas. No capítulo seguinte, sobre as análises, poderemos fazer um comparativo de como a Constituição Federal e de como a mídia estatal observam este assunto. A CF deve, em teoria, ser o norteador das ações dos três poderes e, a partir desta premissa, vamos verificar se existe coerência entre a teoria e a prática com os discursos televisivos.

Como já discorremos no capítulo anterior, sobre a questão indígena em si, a CF reconhece o indígena como cidadão e, por conseguinte, todos os seus direitos, especialmente aqueles que versam sobre a demarcação de terras. Ao ter isto estabelecido, seria obrigação da televisão estatal, em seus noticiários, fazer um tratamento noticioso diferente da televisão privada e mostrar os indígenas como cidadãos protestando pelos seus direitos e não como selvagens na capital, invasores da sociedade e que estão alheios às ordens sociais.

6.4 Mídia alternativa

O discurso audiovisual sobre a questão dos indígenas no ponto da demarcação de terras pode ter outra abordagem daquela dominante, feito pela mídia tradicional, e da governamental. Ela pode ser feita pelas classes populares para subverter o olhar da mídia privada e mudar o lugar do representado para protagonista da narrativa. Surgem aí as chamadas mídias alternativas.

A dinâmica da contramão não é de hoje. Em 1858, por exemplo, surgiu o *Jornal dos Tipógrafos*, o primeiro jornal operário brasileiro. As publicações ao longo da história brasileira,

que se colocavam em um papel alternativo ao poder dominante, nunca deixaram de existir. Basta lembrarmos de jornais como *O Pasquim*, *Opinião*, *Bondinho* e *EX*, que se colocavam contra a ditadura e sempre por um viés ideológico de esquerda.

Na mídia televisiva, veículos de comunicação alternativos são um pouco mais difíceis de acontecer. Produzir um material audiovisual é caro e complexo, pois envolve uma estrutura maior do que papéis e uma máquina de impressões. Uma produção cara vai contra o processo produtivo da mídia alternativa, que, em geral, é feita pelo dominado, aquele que não detém capital material e simbólico para determinada produção.

No entanto, a chegada da internet mudou significativamente esse quadro. A partir dos anos 2000 há um “boom” de blogs que buscam trazer notícias alternativamente à forma tradicional. Como exemplo, podemos citar os blogueiros progressistas, assim chamados aqueles que eram vinculados ao Partido dos Trabalhadores na época. Em uma pesquisa na qual o objeto de estudo principal é uma figura que, por si só, é de resistência, é fundamental entendermos como a mídia alternativa retrata a demarcação de terras dos indígenas.

A chegada e a crescente popularização da internet no Brasil alteraram e seguem alterando o cenário midiático do país. Embora os velhos conglomerados de comunicação sigam dominantes, a dinâmica da internet abre novas perspectivas para a mídia alternativa e para a comunicação como expressão horizontalizada. (HAUBRIC, 2015, p. 2).

É importante ressaltar que a internet, embora tenha facilitado o acesso à informação, não é uma ferramenta alternativa. Fiorucci (2015, p. 458) foi enfático ao elencar as características que não são pertencentes à mídia alternativa. Para ele, não é o veículo, o jornalista ou o acesso à notícia que configura um meio alternativo, mas o conteúdo publicado e as posturas defendidas, sejam em páginas impressas, imagens multimídias, ondas de rádios ou material disposto na rede mundial de computadores.

Em suma, podemos enquadrar uma mídia alternativa como aquela que não é capitalista, ou seja, aquele conteúdo produzido que não é regido pelas regras do mercado (jornais de partidos políticos, sindicatos e de instituições da sociedade civil, como os jornais de bairro). São veículos de comunicação que fogem à lógica burguesa do mercado. Na verdade, essa definição se aplica melhor aos veículos alternativos de comunicação de anos atrás, como aqueles que citamos no começo deste intertítulo. Hoje, as empresas alternativas de comunicação precisam do capital para sobreviver, no entanto, elas reconfiguram o sentido dele, sendo um incentivador para continuar divulgando ideias diferenciadas.

(...) é uma imprensa de oposição direta à elite nacional e aos partidos políticos do campo da direita, porém, num outro contexto e com novas proposições. Deste modo, a tese é que a mídia alternativa se caracteriza também por atuar estritamente do lado da esquerda e da crítica ao modelo capitalista. (FIORUCCI, 2015, p. 463).

Outro autor que trabalhou com o conceito de mídia alternativa, mais especificamente sobre a mídia radical, foi Downing (2002). Para ele, a mídia radical é oriunda da cultura popular e este gênero da comunicação é a viga mestra da comunicação democrática, uma vez que comparada a sua escassez de recursos, tem muito mais poder de transformação que a mídia convencional (2002, p. 78-79).

Para o autor, a mídia radical pode ser caracterizada como aquela que expande o âmbito das informações a partir do diálogo; é mais sensível ao noticiar as pautas dos movimentos sociais, pois, justamente, nasce deles; muitas vezes a mídia tradicional até pauta a mídia alternativa; e os conteúdos não são submetidos às censuras oriundas das regras editoriais de mercado.

A existência de mídias alternativas e radicais podem servir como um termômetro para a democracia. Elas demonstram quão aberto um governo está para as ideias vindas dos cidadãos, pois, afinal, eles são os protagonistas daqueles tipos de narrativa. Falamos aqui de uma imprensa engajada.

Imprensa alternativa, de leitor, nanica, independente ou underground (AMORIM, 2017). Com esses adjetivos podemos caracterizar a mídia alternativa, no entanto, é interessante fazermos uma observação. Antigamente o adjetivo “nanico” fazia realmente jus à mídia radical e alternativa, já que, em comparação com a mídia tradicional, o alcance e a escala de produção eram, de fato, muito menores.

Atualmente, as coisas se reconfiguraram, principalmente quando trazemos à realidade a influência das redes sociais. Por exemplo, para esta pesquisa escolhemos estudar a *Mídia Ninja*, uma organização sem fins lucrativos, com 1,9 milhão de curtidas, ou seja, mais de 1 milhão de pessoas acompanham o que aquele veículo de comunicação pública.

No entanto, apesar do elevado número de pessoas que acompanham a página, há a necessidade de se questionar a “qualidade” dessa audiência. Perto de veículos como o rádio e a televisão, a internet é um meio relativamente novo, sendo assim, as técnicas de métricas sobre a audiência ainda são novas. “Curtir” uma página não significa, necessariamente, que o internauta, de fato, acompanhe e compartilhe da linha editorial daquele veículo. Nesta pesquisa, portanto, vamos analisar somente o conteúdo produzido por esta mídia alternativa de esquerda.

No começo deste intertítulo, dissemos que é mais difícil uma mídia alternativa se propor a fazer conteúdos audiovisuais justamente em virtude do alto custo para esta produção. Mas,

hoje em dia, com um celular na mão e clicando na ferramenta “ao vivo” do *Facebook*, é possível fazer uma transmissão em tempo real do que está acontecendo. Na verdade, é assim que, a *Mídia Ninja* tem feito. Uma ferramenta que, antes era de uso exclusivo da mídia tradicional, agora as redes sociais popularizaram.

Terminamos este capítulo com um dado²⁴ interessante e passível de observação: de acordo com os dados do IBGE de fevereiro de 2018, o Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet. Um número que tende a crescer e que coloca em xeque as técnicas da mídia tradicional, pois, cada vez mais, o poder de fala de quem está do outro lado da tela aumenta.

6.5 Sintetizando

O estudioso Marshall McLuhan (2007) deu nome ao seu livro que trata dos meios de comunicação e sua relação com a sociedade: “*O meio é a mensagem*”. De maneira muito assertiva, o autor sintetizou que o meio é um elemento importante da comunicação e não um mero canal de transmissão pelo qual a informação passa.

Nesta pesquisa, entendemos ser de suma importância o meio televisivo em razão de sua história com a sociedade no que tange à transmissão dos fatos. É um meio inteligível, que se utiliza de som e imagens para passar um fato. Esta circunstância fica ainda mais interessante quando observamos que este meio está sujeito aos interesses dos donos da mídia, que veem uma oportunidade de lucrar com aquilo que é transmitido.

Seguindo a máxima do “tempo é dinheiro”, as emissoras de televisão têm que noticiar a maior quantidade de informações possível em um menor espaço de tempo. Essa lógica mercantil da comunicação não combina em nada com algumas pautas que precisam de tempo e profundidade para que a sociedade consiga depreender a seriedade do assunto.

Finalizamos esta seção, endossando aquilo que McLuhan já há tempos descobrira: que os conteúdos se moldam e se transformam em função dos meios que são veiculados. O autor conclui que o meio, afinal, é a mensagem porque é ele que modela e controla a escala e forma das associações e trabalho humanos.

Em outras palavras, o mesmo fato noticioso será transmitido de forma distinta, dependendo do canal o que transmite. A televisão privada dará enfoque para determinado ponto;

²⁴ G1. **Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: dez. 2018.

já a mídia alternativa, que se desdobra na internet, terá outro tipo de abordagem. Tudo isso será demonstrado no próximo capítulo.

7. ANÁLISES

Conforme já definimos em nosso projeto de pesquisa, a Hermenêutica de Profundidade de John Thompson (1995) é a metodologia escolhida para fazer toda a análise de nosso material. Ela é dividida em três etapas: análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. Ao longo desta pesquisa, já concluímos a primeira etapa proposta por Thompson ao trazer análises contextuais em torno da questão do indígena na atualidade sobre a demarcação de terras, no ano de 2017, ano de início deste trabalho.

Os meses escolhidos foram abril e maio. Abril porque é o momento em que se comemora o “dia do índio” e maio porque desdobramentos de algum protesto da data podem se prolongar até o mês seguinte. Para a coleta do material, delimitamos os telejornais da televisão privada, estatal e conteúdos audiovisuais e selecionamos todas as reportagens que apareceram nestes meses sobre a temática indígena com a demarcação de terras. Verificamos todos os dias dos telejornais delimitados a fim de que pudéssemos identificar as reportagens sobre o tema. Ao todo, foram 14 conteúdos encontrados e selecionados.

Nesta segunda etapa, vamos analisar o material delimitado, ou seja, as reportagens televisivas e audiovisuais escolhidas. Para isso, vamos utilizar um formulário de decodificação para destrinchar as reportagens e, a partir dos dados obtidos, utilizaremos a Análise de Conteúdo, tendo como referência principal Laurence Bardin (1977), com as categorias já pré-determinadas. São elas: (1) a demarcação de terras pela PEC 215; (2) Violência simbólica pela mídia; (3) O silêncio como instrumento formador de opinião; (4) A cidadania e os povos indígenas.

7.1 Reportagens:

7.1.1 Rede Globo:

- Índios protestam em Brasília contra projeto sobre demarcação de terras²⁵:

A seguir o formulário de decodificação da primeira reportagem escolhida para análise:

²⁵ REDE GLOBO. Índios protestam em Brasília contra projeto sobre demarcação de terras. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/videos/t/edicoes/v/indios-protestam-em-brasilia-contr-projeto-sobre-demarcacao-de-terras/5826469/>. Acesso em: mar. 2019.

Tabela 3 - Formulário de decodificação - *Rede Globo*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [X] Estatal [] Alternativa []</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [] Média [] Pequena [X] Tempo: 31 segundos</p>
<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: não há % em relação ao total do produto: --</p>
<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 15 segundos Outras fontes [] Passagem do repórter [] Apresentador [X]</p>
<p>Transcrição da reportagem:</p> <p>Apresentadora: Em Brasília, cerca de dois mil índios, segundo a Polícia Militar, protestaram contra o projeto que transfere do Executivo para o Congresso Nacional a palavra final sobre demarcação de terras indígenas. Eles jogaram caixões no espelho d'água em frente ao Congresso. A polícia tentou impedi-los com bombas de efeito moral, spray de pimenta e balas de borracha. Os índios atiravam flechas, mas ninguém se feriu. Um encontro de representantes de várias etnias em Brasília discute o direito indígenas e a demarcação de terras.</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Dentro do tópico “Visibilidade de outros componentes” é necessário acrescentar algumas observações. Este tipo de reportagem, em que apenas aparece a apresentadora dando a notícia seguida de imagens do acontecimento noticiado, sem a entrada do repórter ou de algum entrevistado é chamado de “boletim”. É uma informação rápida, na qual o veículo de comunicação apenas “pincela” o assunto para dizer que ele aconteceu.

Em média, o telejornal dura 40 minutos. Isso significa que esta notícia ocupou 1,29% do tempo do telejornal. No boletim em si, dos 31 segundos, dez segundos são da apresentadora introduzindo o assunto e o restante são imagens dos indígenas na manifestação. Nestas imagens, eles aparecem jogando caixões no espelho d'água do Congresso, correndo da polícia, atirando flechas e todos eles em uma organização, como em um círculo. Só por esta análise da distribuição do tempo e das imagens que aparecem na reportagem, podemos depreender que os indígenas não foram, de fato, prioridade nesta edição do jornal. Como já discorremos

anteriormente, um veículo de comunicação de massa, como a televisão, é objeto de fazer lucro. É a perfeita definição do ditado popular “tempo é dinheiro”. Pouco tempo na televisão, significa que o objeto é pouco rentável.

Conseguimos encaixar esta reportagem dentro de três categorias: (1) a demarcação de terras pela PEC 215; (2) Violência simbólica pela mídia; e (3) O silêncio como instrumento formador de opinião. Não só conseguimos classificar a reportagem na primeira categoria como também ela é o próprio objeto da matéria. Ali, os indígenas são mostrados durante uma manifestação contra a PEC 215/00. Embora a apresentadora Patrícia Poeta não fale o nome da proposta, ela diz a definição: “projeto que transfere do Executivo para o Congresso a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas”.

Com relação à segunda categoria, acreditamos que esta reportagem se encaixa nela em virtude das palavras de valor e do próprio tempo delimitado para os povos originários dentro do telejornal. A apresentadora inicia sua fala tratando os povos indígenas como “índios”, ou seja, não existe um cuidado com as definições que eles próprios preferem ser chamados. A violência simbólica está justamente aí: é uma imposição sucessiva de espaço, tempo e importância que aqueles que detêm o poder simbólico fazem arbitrariamente contra os indígenas, que estão do outro lado da balança e que pouco têm de poder e força simbólica.

É interessante notar também as outras duas palavras que chamaram nossa atenção no quesito de juízo de valor. Os verbos “jogar” e “lançar”, seguidos do substantivo “flechas”, quando juntos, criam uma *mise-en-scene* de um próprio cenário de guerra. De algo não civilizado, selvagem, alheio à ordem. Quando estas palavras se somam às imagens, em que mostram os indígenas em uma posição ativa (eles correndo, atacando, jogando caixões, e etc.) acontece a construção de sentido que se pretende: indígenas invasores e selvagens na forma de protestar pelos seus direitos. Quem construiu esta identidade, em apenas 31 segundos, foi o próprio veículo de comunicação, impondo sobre eles a própria definição de “índio”.

Também conseguimos colocar esta reportagem na terceira categoria, sobre o silêncio como instrumento formador de opinião. Em nenhum momento, dos apenas 31 segundos, é dado espaço ao indígena para ele poder falar sobre o projeto. Quem fala é a apresentadora, que naquele momento ocupa o posto de representante do veículo de comunicação. Este é o único que tem voz e, de forma arbitrária, escolhe o texto, as palavras, as imagens e o tempo que irão compor aquela matéria. O indígena é silenciado, não há espaço para a pauta no jornal, quanto mais para a fala dele.

Na etapa de interpretação/reinterpretação, podemos observar na prática tudo aquilo que Pierre Bourdieu dispôs sobre poder e força simbólica. No capítulo II deste trabalho, falamos

sobre campo e como os atores podem se aproximar ou se distanciar entre si, dependendo da força simbólica que os atores sociais têm dentro do campo social. Nesta reportagem, podemos concluir que há um pleno distanciamento entre os indígenas e a sociedade. Primeiro porque o jornal mostra os povos originários como selvagens e invasores da capital federal; segundo porque não se preocupa em explicar a legitimidade das manifestações e o porquê da importância da demarcação de terras; terceiro porque não coloca um indígena falando sobre o ocorrido. Podemos concluir que, entre a sociedade e os povos originários, com esta matéria há uma parede sólida de incompreensão e silenciamento. Para Bourdieu (1989), as relações de comunicação são sempre relações de poder e conseguimos depreender, na prática, quem é o detentor de poder simbólico nesta representação.

Nesta reportagem, o jornal não explica que o que está em jogo ali é a própria sobrevivência dos povos indígenas, já que, ao transferir do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras, a homologação delas estará sujeita aos interesses da bancada ruralista, ou seja, aqueles que menos têm interesse em preservar estas áreas. Concluímos que esta reportagem é totalmente parcial e incompleta, pois se já não mostra para a população o que é este projeto, quanto mais os desdobramentos negativos que ela trará para os indígenas e para a sociedade como um todo. Em verdade, este produto apenas reforça a identidade simplista, folclórica que está no imaginário social do “índio com flecha” e todas as ideias preconcebidas do que é ser um índio no Brasil.

- Confronto entre índios e fazendeiros deixa 13 feridos no Maranhão²⁶:

A seguir o formulário de decodificação da segunda reportagem escolhida para análise:

Tabela 4 - Formulário de decodificação - *Rede Globo*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [X] Estatal [] Alternativa []</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [] Média [X] Pequena [] Tempo: 2' 12''</p>

²⁶ REDE GLOBO. Confronto entre índios e fazendeiros deixa 13 feridos no maranhão. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5839296/>. Acesso em: mar. 2019.

<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: 8 segundos % em relação ao total do produto: 6%</p>
<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 19 segundos Outras fontes [X] Passagem do repórter [X] Apresentador [X]</p>
<p>Transcrição da reportagem:</p> <p>Apresentador: Um confronto entre fazendeiros e índios no povoado de Bahias, município de Viana, a 250 quilômetros de São Luís, no Maranhão, deixou 13 feridos, segundo a Secretaria de Segurança. A causa do confronto teria sido uma disputa por terras na região.</p> <p>Off: O ataque foi nessa propriedade rural que os indígenas tinham acabado de ocupar. Este homem diz que pediu ajuda na cidade quando os índios chegaram.</p> <p>Sonora (agricultor): Eles estavam armados. Muito armados. Era faca, flecha, era revólver, era tudo em quanto de arma.</p> <p>Off: Segundo testemunhas, homens armados chegaram logo após a ocupação.</p> <p>Off: Este índio levou dois tiros e uma bala está alojada no rosto e a outra na costela.</p> <p>Sonora (indígena): A gente foi pego de surpresa, entendeu? Eles invadiram e já foram atirando em nós. Aí a gente só não foi todo massacrado porque a gente correu pro mato grande.</p> <p>Off: Os índios Gamela reivindicam uma área equivalente a 14 mil campos de futebol nos municípios de Viana, Matinha e Penalva. Eles vinham ocupando fazendas e sítios aos poucos, enquanto aguardavam uma decisão da Justiça sobre o direito da terra. No conflito, 10 índios e, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, três fazendeiros ficaram feridos.</p> <p>Passagem: Cinco feridos foram trazidos para este hospital em São Luís e o caso mais grave dá ideia da violência do ataque. Um índio teve os dois braços antebraços decepados por golpes de facão. Ele também tomou um tiro no peito.</p> <p>Off: Segundo a pastoral da terra, a área é território indígena e foi invadida pelos fazendeiros.</p> <p>Sonora: E eles estão num processo de retomada das suas terras e o Estado tem a sua demora. Então eles estão fazendo isso, de forma autônoma, retomando o território.</p> <p>Off: O governo do Maranhão enviou policiais de São Luís para investigar o caso. O Ministério da Justiça divulgou nota informando que está averiguando o conflito agrário no Maranhão e que, por determinação do ministro Osmar Serraglio, a Polícia Federal enviou uma equipe para evitar mais conflitos.</p> <p>Apresentador: Os três fazendeiros feridos não foram localizados nos hospitais de São Luís e nós não conseguimos contato com nenhum deles.</p> <p>Apresentadora: O governo do Maranhão declarou por nota que os três feridos permanecem internados. A assessoria do Governo negou que um dos índios tenha tido os braços decepados.</p> <p>Apresentador: A Funai informou que vai criar um comitê de crise para prestar ajuda aos feridos e garantir o cumprimento da lei.</p>

Este produto audiovisual se encaixa em uma reportagem televisiva completa, pois há a presença do apresentador no começo e final da matéria, off do repórter, sonora de diferentes partes, passagem do repórter e imagens complementadas com infográficos. A informação é passada para o leitor de forma completa ao longo dos 2 minutos e 12 segundos. Sobre o tamanho da reportagem, podemos afirmar é um tamanho médio, comum nos formatos televisivos, sendo até 2 minutos e 30 segundos.

Diferente do produto anterior, esta reportagem aprofunda o tema do conflito de terras pois traz mais de um lado para a notícia. Em comparação com o passado, esta reportagem ocupa 5% do tempo do telejornal, percentagem mais expressiva do que o anterior. Neste produto, a maioria do conteúdo é comprovado por imagens, o que acaba conferindo certa credibilidade à matéria para o espectador. É interessante observar que a redação da reportagem se utiliza de pronomes como “este/esta”, em sequência com a imagem, provando para a audiência que o que se fala é a verdade. A reportagem mostra imagens da área que é palco do conflito, do indígena no hospital, da tribo “gamelas” em seus afazeres e do hospital em si que cuidou dos feridos.

Sobre as palavras de valor grifadas no formulário, elas ajudam a construir em sentido positivo em favor dos indígenas. A escolha, por exemplo, de falar sobre um conflito entre “fazendeiros e indígenas” e não entre “indígenas e fazendeiros” hierarquiza a responsabilidade sobre o conflito. Vem primeiro aquele que é “mais responsável”. Dizemos “mais responsável” porque a reportagem também se preocupa em mostrar que o outro lado foi atingido - no caso, os agricultores -, mas que, na verdade, essa reação foi uma resposta ao que já vinha acontecendo contra os indígenas anteriormente.

É interessante observar que a reportagem se preocupou em distinguir positivamente o conceito de “ocupar” e “invadir”. A matéria associa o movimento dos indígenas à “ocupação”, em outras palavras, eles ocupam um território que já é deles. Quando se referem aos fazendeiros, utilizam o verbo “invadir”, ou seja, um estranho que se apropria indevidamente de uma área. Na verdade, a técnica da reportagem é não dizer isso diretamente, mas colocar na boca dos envolvidos, das fontes, por meio das sonoras. Se a emissora dá espaço para a fala, significa que ela dá importância e até certa condescendência com aquilo que está sendo dito. A matéria traz um indígena dizendo que os fazendeiros invadiram a área e a pastoral da terra - uma entidade de autoridade no assunto - na sonora, reafirmando essa ideia.

Na passagem do repórter, há também outra fala que está em favor dos povos originários. Quando o jornalista diz que “eles vinham ocupando fazendas e sítios aos poucos”, a intenção é mostrar um movimento não violento ou não feito de forma abrupta, mas sim gradual, diferente

do que os fazendeiros fizeram, segundo a matéria. Aqui podemos observar que a emissora coloca o indígena na posição de injustiçado, em busca dos seus direitos, em razão da mora da Justiça em decidir o que fazer.

Com relação ao produto anterior, o trabalho em favor dos indígenas é muito mais evidente. Prova disso é que no final, já na fala dos apresentadores, a afirmação sobre os fazendeiros é como se fosse desacreditada ou deslegitimada, pois o jornal teve a preocupação de checar sobre os três fazendeiros feridos, mas não encontraram registros e nem conseguiram contato com nenhum deles. A reportagem fez questão de frisar isso. Outro ponto interessante é a fala sobre o governo do Maranhão, o qual negou que um dos indígenas teve um braço decepado. Ao colocar esta informação ao final da reportagem, um dos sentidos possíveis construídos é de que, após uma reportagem como essa, que se preocupou em averiguar e comprovar os fatos, é que a informação oficial não é tão legítima - ou tão crível - quanto a que foi fornecida pela emissora.

Com relação às categorias, esta reportagem se enquadra na quarta - (4) A cidadania e os povos indígenas -, porque traz à tona a questão da cidadania dos indígenas e de como eles a perdem enquanto cidadãos diante de um conflito com os fazendeiros. Embora no começo da reportagem o sentido seja de que os indígenas sejam os culpados pelo conflito, pelo decorrer dela, na verdade, é mostrado o oposto, colocando os indígenas como vítimas e ocupantes legítimos da terra.

Por mais que a matéria trate de um conflito oriundo da disputa por terras, não enquadraremos a reportagem na categoria (1) A demarcação de terras pela PEC 215, pois em nenhum momento há a menção expressa sobre o conceito de demarcação e nem sobre a problemática envolta na PEC 215. Considerando também que a *Rede Globo* é uma instituição de comunicação privada, detentora do poder simbólico da classe dominante, acreditamos que este produto também não se encaixa na categoria “(2) Violência simbólica pela mídia”. Como pudemos demonstrar, de maneira sutil, mas ainda assim presente, a emissora mostra a grave situação dos indígenas quando o assunto é terra. É um produto em favor da causa, diferentemente do boletim anteriormente analisado. Também não encaixamos na categoria “(3) O silêncio como instrumento formador de opinião” porque o jornal dá espaço para um indígena falar e outra pessoa representante de uma instituição em favor dos povos originários. Aqui não houve o silenciamento.

- PF acompanha investigação do confronto entre índios e agricultores²⁷:

A seguir o formulário de decodificação da terceira reportagem escolhida para análise:

Tabela 5 - Formulário de decodificação - *Rede Globo*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [X] Estatal [] Alternativa []</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [] Média [X] Pequena [] Tempo: 2'29''</p>
<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: Sonora 1: 12 segundos Sonora 2: 5 segundos % em relação ao total do produto: Sonora 1: 8% Sonora 2: 3%</p>
<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 20 segundos Outras fontes [X] Passagem do repórter [X] Apresentador [X]</p>
<p>Transcrição da reportagem:</p> <p>Apresentador: Agentes da Polícia Federal chegaram ao Norte do Maranhão para acompanhar as investigações do confronto que deixou índios e agricultores feridos, no fim de semana.</p> <p>Off: Os investigadores começaram a ouvir quem participou do confronto de domingo (30), em Viana, no norte do Maranhão. Agricultores da região dizem que tudo começou quando os índios da etnia gamela ocuparam uma propriedade rural e fizeram a caseira refém:</p> <p>Sonora (agricultor): “Nós soubemos que eles tinham feito uma mulher de refém. Aí nós fomos lá, ajudar ela. E eles receberam nós a tiros”.</p> <p>Off: Os índios dizem que eles é que foram atacados.</p>

²⁷ REDE GLOBO. PF acompanha investigação do confronto entre índios e agricultores. disponível em : <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/pf-acompanha-investigacao-do-confronto-entre-indios-e-agricultores.html>. Acesso em: mar. 2019.

Sonora (indígena): “Eles partiram pra cima mesmo com tiro, facão, faca e aí cobriram em cima dos parentes da gente, uma porção, cortando, dando de polada e atirando.

Off: Segundo a Funai, 13 índios ficaram feridos no confronto de domingo. Três índios continuam internados num hospital em São Luís. Um deles levou golpes de facão nos punhos e passou por uma cirurgia de reconstrução.

Sonora (médico): “Ele teve lesões profundas por arma branca nos antebraços, mas não decepou as mãos dele como havia sido divulgado. Ele está passando bem, houve uma melhora substancial.”

Passagem: Nos últimos três anos, os índios gamelas ocuparam nove propriedades rurais na região, como esta aqui em que expulsaram os moradores há mais ou menos um ano. Eles vinham fazendo isso aos poucos, como que resolvendo por conta própria uma questão que ainda está na Justiça. Os conflitos começaram porque a comunidade local decidiu reagir.

Off: Os índios gamelas reivindicam uma área de 14 mil hectares a 250 quilômetros de São Luís. O clima ainda é tenso na região. Muitos índios estão machucados.

Sonora (indígena): “Ele queria furar a minha perna, mas não deu. Aí o chute pegou aqui que cravou bem assim”.

Off: Agricultores dizem que também foram atingidos por tiros e que os índios estavam armados com facões antes da confusão.

Sonora (agricultor): “Eu fiquei de frente de dois, com uma pistola e uma 38, de frente deles dois e pedindo para eles acalmarem, que não era preciso aquilo ali”.

Off: A polícia diz que vai continuar na região por tempo indeterminado pra evitar novos confrontos.

Apresentador: O Ministério da Justiça anunciou a criação de um comitê de crise para ajudar os feridos e garantir o cumprimento da lei.

O presidente da Funai, Antônio Costa, disse que representantes da fundação vão dar assistência aos índios. Ele declarou que a Funai não tem mão de obra suficiente para acompanhar todos os processos de disputa de terra e não tem como evitar os conflitos, mas que a instituição tem procurado levar a paz ao campo com diálogo.

Fonte: elaborado pela autora

Esta reportagem é uma continuidade do ocorrido do material anteriormente analisado. A matéria da análise deste tópico foi transmitida um dia após a matéria anunciando o confronto anterior. A princípio, a reportagem intenta mostrar os dois lados, um dos princípios básicos do “jornalismo honesto”. Então, o repórter começa dizendo o lado dos agricultores e o lado dos indígenas (quem foi atacado por quem). É interessante notar como, no início da reportagem, o veículo de comunicação tenta se “abster” do fato, colocando na boca dos entrevistados a situação do confronto. Exemplo: “Agricultores da região dizem que tudo começou...” ou então “Os índios dizem que eles é que foram atacados”, colocando uma sonora para cada parte.

Analisando em termos quantitativos, percebemos que a reportagem também é bastante equilibrada: temos 2 sonoras dos indígenas e 2 sonoras dos agricultores; 30 segundos de material mostrando o indígena (levando em conta offs, imagens e vídeos) e 24 segundos mostrando os agricultores. No entanto, para mostrar quem se feriu mais a reportagem se vale de outros artifícios que são lançados em favor do indígena.

Se no começo da matéria o veículo de comunicação se abstém de mostrar o lado pior do conflito, durante a reportagem, no entanto, podemos perceber quem foi mais prejudicado: os indígenas. A notícia não mostra foto dos agricultores feridos, como mostrou dos indígenas (na maca do hospital, todo enfaixado). Também não há um médico - uma fala de autoridade - discorrendo sobre o estado de saúde de um agricultor. Isso fica ainda mais evidente porque no final da reportagem, o veículo de comunicação afirma que “muitos índios estão machucados” enquanto ainda diz, como no começo do material, que os “agricultores dizem que também foram atingidos”.

O problema dessa reportagem, aos olhos desta pesquisadora, se encontra na passagem do repórter, quando a situação é “contextualizada”. Como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores desta pesquisa, o problema da ocupação de terras indígenas é complexo e muito delicado, porque além de inúmeros interesses econômicos, há a história e cultura de um povo originário e dominado ao longo dos anos. O material não se preocupa em aprofundar o tema e se basta em dizer que os “índios” estão resolvendo por conta própria um entrave na Justiça, sem explicar o que, de fato, é esse entrave. Mostrar uma pequena parte é uma forma de violência, porque coloca os indígenas como aqueles que “expulsam” os outros das terras. Inclusive o verbo “expulsar” é utilizado pelo próprio repórter durante a passagem.

Nesse caso, percebemos que não se tratam de fazendeiros donos de terra, que detém poder econômico. Muito pelo contrário: o que a reportagem mostra são agricultores tão simples quanto os indígenas (é possível aferir isso pelo modo de falar, de se vestir, etc.). Portanto, se trata de um confronto entre duas partes vulneráveis nas relações de poder. Assim como a reportagem não mostrou a condição anterior de vida dos indígenas, também não mostrou a vida dos agricultores, que são prejudicados com a mora e omissão da Justiça.

Sobre isso, a reportagem quase não mostra. Não evidencia que é um problema maior, que envolve o Estado, e que as partes vulneráveis não podem ser tidas como culpadas neste caso. Vejamos a passagem: “Nos últimos três anos, os índios gamelas ocuparam nove propriedades rurais na região, como esta aqui em que expulsaram os moradores há mais ou menos um ano. Eles vinham fazendo isso aos poucos, como que resolvendo por conta própria uma questão que ainda está na Justiça. Os conflitos começaram porque a comunidade local decidiu reagir”. Aqui

sim, há a construção de imagem do indígena como um invasor, que expulsa os outros de suas terras e resolve os problemas de forma arbitrária. Essa passagem, sem um contexto, é extremamente prejudicial para os indígenas, porque os coloca como ativos negativos e não como vítimas de uma sociedade que sempre os expulsou e que agora se omite quando o assunto é demarcação de terras.

Ao analisarmos a reportagem por este ângulo, conseguimos compreender porque da conclusão de que os indígenas é que foram os mais prejudicados: porque foram eles que agiram, por conta própria, para tal situação chegar ao ponto que chegou. Embora a princípio, o olhar seja de vitimização do indígena, quando aprofundamos a análise, percebemos que a reportagem intenta mostrar quase como uma “causa-consequência” dos atos dos povos originários: se agiram por conta própria, seriam, logicamente, os mais prejudicados. Conseguimos, portanto, compreender aquilo que Bourdieu falava sobre poder e violência simbólicos, algo dissimulado, que quase passa despercebido para deixar sua conclusão de quem é o dominante e quem é o dominado. A reportagem responsabiliza os indígenas e os agricultores, e apenas no final, já na fala do apresentador, trata de um pronunciamento de um órgão oficial da questão indígena, a Funai, sobre o assunto, que acaba por não contribuir para o esclarecimento do confronto.

Finalizando a análise desta reportagem, vamos enquadrá-la nas categorias. Desta vez, conseguimos encaixá-la na categoria (2) Violência simbólica pela mídia, por todo exposto de que coloca o indígena como culpado de agir por conta própria, sem explicar a responsabilidade do Estado na questão e na categoria (4) A cidadania e os povos indígenas, porque todo o contexto mostra a cidadania precária que os indígenas estão submetidos. Não percebemos um silenciamento, porque como já analisado, há sonoras e imagens dos indígenas falando sobre o ocorrido e, por mais que se trata de um confronto sobre a demarcação de terras, não há qualquer menção a respeito da PEC 215/2000.

Enquanto a reportagem anterior passava um aspecto positivo em favor do indígena, esta, que é a continuação, inverte totalmente essa conclusão. Como se com “as informações completas” a emissora passasse aquilo que se tem como verdadeiro a respeito do assunto. É um conteúdo prejudicial não só para os indígenas, como também para os agricultores, que saíram lesados de todo o confronto.

7.1.2 SBT

- Briga por terra deixa 13 índios feridos no Maranhão²⁸:

A seguir o formulário de decodificação da quarta reportagem escolhida para análise:

Tabela 6 - Formulário de decodificação - SBT

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [<input checked="" type="checkbox"/>] Estatal [<input type="checkbox"/>] Alternativa [<input type="checkbox"/>]</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [<input type="checkbox"/>] Média [<input checked="" type="checkbox"/>] Pequena [<input type="checkbox"/>] Tempo: 2'29''</p>
<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: 8 segundos % em relação ao total do produto: 5,3%</p>
<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [<input checked="" type="checkbox"/>] / Tempo: 14 segundos Outras fontes [<input checked="" type="checkbox"/>] Passagem do repórter [<input checked="" type="checkbox"/>] Apresentador [<input checked="" type="checkbox"/>]</p>
<p>Transcrição da reportagem:</p> <p>Apresentador: Diretores das Organizações da Nações Unidas estão preocupados com ataques a índios no Maranhão. A avaliação da ONU é de que o Brasil fracassou em proteger os Direitos dos povos indígenas. Documentos serão entregues em Genebra esta semana. No conflito de domingo, 13 índios ficaram feridos.</p> <p>Off: Com um tiro de raspão na cabeça, o ex-coordenador da pastoral da terra contou que os índios foram atacados de surpresa por mais de 200 homens armados.</p> <p>Sonora (indígena): O modo como se deu, foi tipo linchamento mesmo. Eles partiram com pau, facão, tiro, pedra.</p> <p>Off: O conflito ocorreu no povoado Bahias, na cidade de Viana, a 220 quilômetros da capital São Luís.</p>

²⁸ SBT. Briga por terra deixa 13 índios feridos no Maranhão. Disponível em : <http://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/noticias/89585/Briga-por-terra-deixa-13-indios-feridos-no-Maranhao.html>. Acesso em: mar. 2019.

Sonora (deputado): Uma violência absolutamente injustificável, que precisa ter da parte do Poder Público uma repressão a altura do acontecido. Até porque nós não podemos permitir que a barbárie tome conta da sociedade brasileira.

Passagem: 3 índios seguem internados no hospital geral, aqui em São Luís, os médicos operaram a mão direita de **Aldenir de Jesus Ribeiro**, que teve lesões profundas no antebraço com arma branca e lesão de arma de fogo no tórax. A **vítima** está na UTI sem risco de morte.

Sonora (médico): Não houve nenhuma imputação, ele foi atendido, foram lesões profundas, que lesionaram tendões, lesionaram artérias, lesionaram, inclusive, chegando ao plano ósseo, provocaram fraturas nos ossos.

Off: Os índios “gamela” cobram que a Funai abra um processo de demarcação de mais de 14 mil hectares de terras, no interior do Maranhão. Nesta terça-feira, a Funai informou que vai montar um comitê de crise para acompanhar o caso.

Sonora (presidente da Funai): Infelizmente, a mão de obra escassa que a instituição vem passando nesses oito a dez anos impossibilita a instituição de poder acompanhar todas essas demarcações, todas essas solicitações.

Off: Nas redes sociais, o governador do Maranhão Flávio Dino rebateu: se o governo federal diz que a Funai não tem nenhuma verba para ir na região fazer estudos e reuniões, me disponho a pagar, para que haja paz.

O Ministério da Justiça já encaminhou uma equipe da PF para reforçar a segurança na área. A secretaria de segurança do Maranhão também enviou tropas militares e policiais civis a área do confronto.

Fonte: elaborado pela autora

O episódio que a reportagem trata é o mesmo das duas matérias anteriormente analisadas e transmitidas pela *Rede Globo*: o confronto no Maranhão. A abordagem, no entanto, feita pelo *SBT* é totalmente diferente do que a emissora concorrente. Enquanto a *Rede Globo* mostra o conflito entre “agricultores e índios”, o *SBT* mostra a briga entre índios e homens armados, não especificando se são fazendeiros, agricultores ou qualquer outro tipo de pessoa relacionada com a terra. Aqui, o que fica claro é que o intuito da emissora foi mostrar o indígena como vítima, sem falar do agressor.

Prova disso são os elementos constitutivos da reportagem: o apresentador começa abrindo a matéria trazendo a fala de um órgão de autoridade importantíssimo quando o assunto é Direitos Humanos: a ONU, a qual disse que o Brasil fracassou no que se refere à proteção dos povos indígenas. Sobre a nomenclatura, é importante salientar que o *SBT* tratou os povos originários como “povos indígenas” e não apenas como “índios”, no começo da reportagem. Se na reportagem anterior, a *Globo* iniciava o produto audiovisual trazendo o lado dos agricultores feridos pelos indígenas, o *SBT* faz o contrário, mostrando que eles é que foram atacados, na

realidade, reafirmando esse posicionamento com a sonora de um indígena, claramente machucado, dizendo que o que houve foi um “linchamento”.

Outro ponto importante a se observar são as sonoras que a reportagem traz, todas elas vindas de pessoas de autoridade, para reafirmar quão grave e preocupante é a situação dos indígenas sobre a questão da demarcação de terras. O repórter se preocupou em trazer: um deputado, o qual diz que a violência contra os indígenas não pode continuar; um médico, dizendo sobre o grave estado de saúde do indígena ferido; o próprio presidente da Funai, reafirmando que a situação está grave em razão da falta de estrutura e sucateamento pelo qual a entidade passa e o governador do Estado do Maranhão se posicionando diante da situação. De modo geral, trouxe os representantes mais importantes envolvidos na história, todos de seu modo reafirmando da gravidade da situação.

Em suma, podemos dizer que a construção de sentido da reportagem é de que os indígenas são vítimas e que a situação deles é realmente preocupante, a ponto de um órgão internacional, como a ONU, se posicionar sobre o tema.

Um olhar atento que temos que ter sobre o posicionamento da emissora é analisar a passagem do repórter, porque, de certa forma, é onde a opinião da emissora mais de evidencia, afinal, é o seu repórter contratado que está passando a informação. Se na passagem da reportagem anterior analisada, o repórter dizia que os indígenas expulsavam as pessoas que estavam naquela área, a repórter do *SBT* diz que “a vítima ainda não saiu da UTI”, ou seja, neste caso, a emissora realmente enxerga o indígena como vítima em meio ao confronto. Isso é ratificado quando percebemos que não há sequer uma sonora de um fazendeiro ou agricultor falando sobre o ocorrido, deixando claro a unilateralidade do confronto.

A matéria procura também humanizar o indígena. Enquanto até aqui observamos uma mídia privada tratando superficialmente do tema, colocando os indígenas de um modo geral em confronto com a situação da demarcação de terras, a reportagem do *SBT* até chega a dar nome e sobrenome para o indígena ferido. Esse ponto é muito importante, porque também corrobora no sentido da construção da credibilidade: dizer que um índio ficou ferido, é diferente de dizer que o indígena Aldenir de Jesus Ribeiro teve lesões profundas nos braços. É uma confirmação acerca da cidadania indígena e da grave situação deles em nosso país.

A reportagem também entra na questão da “demarcação” de terras, usando, inclusive, esta palavra. Na reportagem da *Rede Globo*, por exemplo, o espectador sabe que é um conflito por terras, mas não tem informação sobre o processo de demarcação de terras, que é bem mais complexo do que uma simples briga por terra. Esse fato importante é explicado pela reportagem,

a qual afirma que os indígenas pedem que a Funai inicie o processo de demarcação naquela área.

Embora consideremos que a contextualização trazida pela matéria ainda não seja a ideal, ela mostra de forma clara e evidente a urgência do tema e de como os indígenas são prejudicados por isso. Acreditamos que a emissora acertou ao trazer logo na abertura da matéria um órgão internacional falando sobre o assunto, pois o espectador já fica atento para a gravidade da situação que a emissora vai mostrar logo a seguir. Em comparação com a reportagem anterior, o trabalho em favor dos indígenas é muito mais ostensivo e claro, evidenciando que é possível que aquele que detém o poder dominante possa trabalhar para ajudar os grupos vulneráveis pela via da construção midiática.

Para finalizar a análise desta reportagem, vamos enquadrá-la nas seguintes categorias: (1) a demarcação de terras pela PEC 215, pois embora não trate da PEC 215/2000, a reportagem explicita que de fato há uma briga em torno da questão de demarcação de terras, diferenciando um simples confronto de área para algo mais profundo, que deve envolver um órgão superior (no caso, a Funai) e, por fim, a categoria (4) A cidadania e os povos indígenas, porque afirma e reafirma que os indígenas são cidadãos e que estão em grave situação.

7.1.3 Record

- Polícia entra em confronto com índios no Congresso Nacional²⁹:

A seguir o formulário de decodificação da quinta reportagem escolhida para análise:

Tabela 7 - Formulário de decodificação - *Record*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [X] Estatal [] Alternativa []</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [] Média [] Pequena [X] Tempo: 28 segundos</p>

²⁹ RECORD. Polícia entra em confronto com índios no Congresso Nacional. Disponível em: <http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/policia-entra-em-confronto-com-indios-no-congresso-nacional-25042017>. Acesso em: mar. 2019.

<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: não há % em relação ao total do produto: --</p>
<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 26 segundos Outras fontes [] Passagem do repórter [] Apresentador [X]</p>
<p style="text-align: center;">Transcrição da reportagem:</p> <p>Apresentador: Índios entraram em confronto com a polícia em frente ao Congresso Nacional em Brasília.</p> <p>Off: Cerca de dois mil índios levaram caixões até o espelho d'água. Eles pedem as demarcações das terras indígenas. A confusão começou quando os manifestantes tentaram se aproximar do Congresso.</p> <p>Os policiais militares e legislativos usaram gás lacrimogênio, bombas de efeito moral e spray de pimenta. O grupo revidou atirando flechas contra os policiais.</p>

Fonte: elaborado pela autora

O assunto tratado neste material audiovisual é o mesmo fato que a *Rede Globo* transmitiu e que fizemos nossa primeira análise. De forma muito semelhante, a emissora *Record* escolheu transmitir o ocorrido por meio de um boletim: um produto audiovisual curto, apenas com a fala do apresentador coberto com imagens do fato. O produto tem 28 segundos e mostra o indígena como causador do problema e da confusão.

As palavras de valor grifadas no texto comprovam isso. Segundo a reportagem, foram os indígenas que entraram em confronto com a polícia em frente ao Congresso. Não se tem informações de como começou a confusão, se os indígenas já chegaram causando problemas ou se a polícia interferiu de algum modo em determinado momento. A emissora não dá espaço para maiores explicações ou outras interpretações, foram os povos indígenas que começaram o conflito com a polícia, aquela que dá ordem na sociedade.

A emissora, ao ter colocado o fato como colocou, passa a mensagem ao espectador que o indígena - quando entrou em confronto com a autoridade que dá ordem à sociedade - faz parte de grupos subversivos e causadores da desordem, pois se limitou a noticiar o fato com poucas informações, em vez de contextualizar a manifestação.

A própria emissora também transforma “manifestação” em “confusão”, ou seja, tira dos indígenas o direito constitucionalmente garantido de se manifestar pelos seus direitos. A reportagem diz que ocorreu uma “confusão” no momento em que objetos para coerção (bomba

de efeito moral, spray de pimenta, gás lacrimogênio) e flechas começam a ser utilizados por ambas as partes.

Esse produto audiovisual contribui para a manutenção do sistema de poder e violência simbólico, descrito por Pierre Bourdieu, e para o silenciamento dos povos indígenas, processo descrito por Eni Orlandi, já que trata os povos indígenas da maneira mais genérica possível (fala que “índios” entraram em confronto, sem dizer de qual tribo e sem especificar as particularidades de uma etnia). Também diz que eles entraram em confronto por uma questão de demarcação de terras, sem especificar qual terra. Essa generalização acaba por fazer um desserviço contra os povos indígenas e os coloca como “exagerados” e aqueles que “arrumam confusão”, já que não especifica o que eles pedem.

Sobre as categorias, podemos encaixar esse produto nas quatro: (1) a demarcação de terras pela PEC 215; (2) Violência simbólica pela mídia; (3) O silêncio como instrumento formador de opinião; e (4) A cidadania e os povos indígenas. Na primeira, porque a reportagem cita a questão da demarcação de terras, que passa pela PEC 215/2000. Na segunda, porque a maneira como esta mídia privada noticiou o fato contribui para a manutenção do poder simbólico do dominante em detrimento do dominado (grupo vulnerável); na terceira, porque, além de não ter uma fala de um representante indígena sobre a ação, a emissora atribui significados à manifestação indígena que não necessariamente correspondem à realidade (“confusão”, “confronto”); e na quarta categoria porque o pano de fundo da manifestação mostra a cidadania indígena e de como ela está sucateada.

- Índio tem mão decepada em confronto com fazendeiros no Maranhão³⁰:

A seguir o formulário de decodificação da sexta reportagem escolhida para análise:

Tabela 8 - Formulário de decodificação - *Record*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada <input checked="" type="checkbox"/> Estatal <input type="checkbox"/> Alternativa <input type="checkbox"/></p>
<p>Tipo de reportagem: Grande <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/></p>

³⁰ RECORD. Índio tem mão decepada em confronto com fazendeiros no Maranhão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tnl8WZAwo3U>. Acesso em: mar. 2019.

Pequena [X] Tempo: 40 segundos
Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: não há % em relação ao total do produto: --
Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 17 segundos Outras fontes [] Passagem do repórter [] Apresentador [X]
Transcrição da reportagem: Apresentador: Pelo menos cinco índios ficaram feridos num confronto com fazendeiros no Maranhão. Um deles teve a mão decepada. Off: O confronto aconteceu no município de Viana, a 220 quilômetros da capital São Luís. Índios da etnia “gamela” teriam invadido uma fazenda no povoado das Bahias, um local de conflito agrário. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, cinco índios e dois fazendeiros ficaram feridos. A secretaria de saúde confirma que três índios foram atendidos no hospital em Viana. Um deles, está em estado grave. Ele levou tiros e teve as mãos decepadas. Equipes da polícia estão patrulhando a região.

Fonte: elaborado pela autora

Novamente, a emissora *Record* se utilizou de um boletim informativo para noticiar a questão do conflito por terras dos indígenas e, repetidamente, usou os mesmos artifícios para a construção de sentido de que o índio é o invasor e os fazendeiros são as vítimas do confronto.

A construção textual, junto com a imagem, passa ao espectador o sentido de que o indígena é o responsável pelo conflito, pois ele é o agente ativo para ir até às terras, invadi-las e entrar em confronto com aqueles que estavam lá (os fazendeiros). Enquanto pudemos observar que, em algumas reportagens anteriores, as emissoras utilizavam o verbo “ocupar” em vez de “invadir”, a emissora *Record*, seguidamente, prefere utilizar o verbo “invadir” para se referir aos indígenas. Em outras palavras, coloca o indígena como alheio à terra, invasor, construindo um aspecto negativo em torno de sua imagem. Todas as características de uma construção violenta simbólica em cima de um grupo vulnerável.

Pela repetição de se usar um boletim informativo, podemos concluir que, apesar de o confronto ter deixado vítimas, ainda assim a emissora classificou o fato como pouco importante, pois disponibilizou apenas 40 segundos de um jornal que tem, em média, 35 minutos de duração. Para a *Record*, os indígenas não têm fatores noticiosos importantes que os coloquem em destaque em uma das suas edições.

Embora a reportagem noticie a quantidade de indígenas gravemente feridos, a intenção, na verdade, não é mostrar que, justamente por ser um grupo vulnerável, os indígenas saem mais prejudicados. Pelo contrário, a reportagem mostra a causa e consequência de uma invasão: se os indígenas invadiram, eles sairão mais prejudicados. Os fazendeiros, por outro lado, ficaram feridos.

É interessante observar também como o telejornal finaliza a reportagem. O apresentador diz que há equipes de polícia patrulhando o local. Nas outras reportagens analisadas, as emissoras optaram por dizer que a polícia estava sendo enviada para evitar novos conflitos e confrontos. A *Record* opta por dizer que a polícia vai “patrulhar” o local. Quase como que “infantilizando” a situação, a emissora utiliza esse verbo e dá um sentido de que a polícia vai fazer uma vigilância, já que as partes envolvidas não conseguem entrar em um acordo. Ao colocar dessa forma, a *Record* atribui um significado “subliminar” de uma situação de descontrole causada pelos próprios indígenas, sem nem ao menos comentar da mora e omissão do Estado em regularizar a situação.

Entre as categorias que podemos enquadrar esta notícia estão: (2) Violência simbólica pela mídia, pois ao não explicar direito o imbróglio, a emissora endossa a imagem do indígena como selvagem e bárbaro, capaz de invadir as terras alheias e causar dano a si próprio - dessa forma, o produto televisivo contribui para a manutenção da ordem do dominante x dominado, fazendo um desserviço para a causa indígena -; (3) O silêncio como instrumento formador de opinião, pois não há sequer uma fala de um indígena ou representante do movimento, deixando os povos indígenas à mercê das definições vindas do dominante; e (4) A cidadania e os povos indígenas, porque a reportagem mostra, ao fundo, a realidade da cidadania dos povos originários.

- Após confronto entre produtores rurais e índios, equipes da Funai e da PF são enviadas ao MA³¹:

A seguir o formulário de decodificação da sétima reportagem escolhida para análise:

³¹ RECORD. Após confronto entre produtores rurais e índios, equipes da Funai e da PF são enviadas ao MA. Disponível em: <http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/-apos-confronto-entre-produtores-rurais-e-indios-equipas-da-funai-e-da-pf-sao-enviadas-ao-ma-02052017>. Acesso em: mar. 2019.

Tabela 9 - Formulário de decodificação - *Record*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [X] Estatal [] Alternativa []</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [] Média [] Pequena [X] Tempo: 51 segundos</p>
<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: não há % em relação ao total do produto: --</p>
<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 9 segundos Outras fontes [X] Passagem do repórter [] Apresentador [X]</p>
<p>Transcrição da reportagem:</p> <p>Apresentador: Equipes da Funai e da Polícia Federal foram enviadas ao Maranhão depois do confronto entre produtores rurais e índios da etnia gamela.</p> <p>Off: Policiais do grupo de operações especiais da polícia militar patrulham a região dos confrontos. Índios feridos no conflito falaram sobre o ataque.</p> <p>Sonora (indígena): Ou a gente luta ou a gente continua sem ter o direito a estar debaixo do sol.</p> <p>Off: A OAB disse que vai pedir ajuda da anistia internacional.</p> <p>Sonora (representante da OAB): Não foi conflito. Foi um ataque, foi uma tentativa de massacre. É bom deixar isso claro.</p> <p>Off: O confronto no último domingo deixou sete pessoas feridas em Viana. Segundo o governo do Estado, dos sete feridos, três permanecem internados. Um índio teve fratura exposta. A Secretaria de Saúde nega que ele tenha tido as mãos decepadas.</p>

Fonte: elaborado pela autora

Este produto audiovisual é uma continuação do episódio relatado no boletim anterior analisado por esta pesquisa. Mais uma vez, a emissora se valeu do boletim informativo para noticiar o grave confronto entre indígenas e agricultores. No entanto, nesta pequena reportagem, há diferenças sensíveis no modo que se noticiou o ocorrido.

Se antes a *Record* optou por estigmatizar o confronto entre “índios e fazendeiros”, agora taxa o conflito entre “produtores rurais e índios”. Ou seja, ela diminui o status da outra parte (de fazendeiros, donos de terra, para produtores rurais, classe mais simples) e os coloca antes dos indígenas, como que a passar para o espectador quem iniciou o confronto. Importante salientar que, nesta reportagem, a emissora também singulariza os indígenas e os diferencia falando de sua etnia (gamela).

Embora a *Record* tenha optado por transmitir a informação por meio de um boletim, este produto, diferente do anterior, tem outras técnicas mais elaboradas de reportagem que não só a fala do apresentador coberta com imagens. Há duas sonoras em favor dos indígenas: uma do próprio indígena falando e a outra de um representante jurídico falando sobre o conflito que houve.

A seleção da parte das sonoras também é algo importante a ser analisado. Se no produto anterior a emissora tratou o ocorrido como uma invasão dos indígenas, nesse boletim ela reconhece que os povos originários é que sofreram um ataque. Prova disso são as sonoras escolhidas para compor o produto. A primeira mostra o indígena falando da necessidade de se lutar para conseguir o direito à terra (“Ou a gente luta ou a gente continua sem ter o direito a estar debaixo do sol”), dando legitimidade à causa. Além disso, também é importante notarmos o GC da primeira sonora, que é o nome e sobrenome do indígena com a legenda “vítima do confronto”. A emissora personifica o atingido e ainda o coloca na situação de vítima.

Se na reportagem anterior criticamos o fato da emissora não ter sequer contextualizado a questão com a responsabilidade do Estado, neste boletim, a *Record* coloca a fala de um representante jurídico afirmando que o que aconteceu foi um ataque aos povos indígenas.

Concluimos que neste produto audiovisual há um claro reposicionamento da emissora quanto à temática. Ela não dá espaço para os produtores rurais falarem sobre o que aconteceu, mas dedica duas sonoras (uma de 7 segundos e outra de 8 segundos - lembrando que o tempo total do produto é de 51 segundos) para a temática indígena.

Com relação às categorias, podemos enquadrar essa reportagem na última: “(4) A cidadania e os povos indígenas”, uma vez que ela apresenta a questão de luta que os povos indígenas passam.

7.1.4 *Band*

- Aldeia indígena é atacada no Maranhão³²:

A seguir o formulário de decodificação da oitava reportagem escolhida para análise:

Tabela 10 - Formulário de decodificação - *Band*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [X] Estatal [] Alternativa []</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [] Média [] Pequena [X] Tempo: 39 segundos</p>
<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: não há % em relação ao total do produto: --</p>
<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 15 segundos Outras fontes [] Passagem do repórter [] Apresentador [X]</p>
<p>Transcrição da reportagem:</p> <p>Apresentador: 13 índios ficaram feridos depois que uma aldeia foi atacada na cidade de Viana, no Maranhão. Pelo menos uma das vítimas teve as mãos decepadas.</p> <p>Off: A comunidade indígena da etnia Gamela fica a cerca de 200 quilômetros de São Luís. A suspeita é que o ataque com armas de fogo, facões e paus tenha acontecido por disputa de terras com fazendeiros. Cinco feridos foram transferidos em estado grave para um hospital na capital maranhense. O Ministério da Justiça disse que a Polícia Federal já enviou uma equipe para o local para evitar mais conflitos. Até agora, nenhum suspeito foi preso.</p>

Fonte: elaborado pela autora

Até o momento das análises das reportagens nas emissoras privadas, pudemos constatar a preferência que os veículos de comunicação têm em noticiar acontecimentos sobre os

³² BAND. Aldeia indígena é atacada no Maranhão. Disponível em: <https://videos.band.uol.com.br/16205453/aldeia-indigena-e-atacada-no-maranhao.html>. Acesso em: mar. 2019.

indígenas de forma curta, sucinta e objetiva, sem se estender ou se aprofundar no assunto por meio de boletins informativos. A emissora *Band* segue a mesma linha: em 39 segundos ela dá um panorama sobre o conflito que aconteceu no Maranhão envolvendo fazendeiros e indígenas, sem entrar no mérito da questão da demarcação de terras.

Nossa análise é que de todos os boletins informativos até aqui analisados, esse tenha sido o mais coerente. Até o dia que os veículos de comunicação estavam transmitindo o ocorrido, não se tinham ainda informações precisas sobre o conflito, quem era os envolvidos ou quem, de fato, começou o confronto. No entanto, algumas emissoras, como a *Rede Globo* ou a *Record*, logo nos primeiros produtos audiovisuais, já esclareciam de forma taxativa os envolvidos no fato: ora colocavam os indígenas da etnia Gamela como vítimas, ora como invasores.

O que vemos neste caso é uma transmissão que noticia o ocorrido dando espaço para dúvidas utilizando técnicas de construção textual com palavras como “pelo menos”, “a suspeita”. A reportagem também coloca na boca de órgãos oficiais algumas informações (“O Ministério da Justiça disse”).

Embora a emissora não tenha se estendido muito sobre o ocorrido e tenha se utilizado de técnicas que permitem uma lacuna de informações, ela vitimiza os indígenas afirmando, categoricamente, que eles é que foram atacados. Prova disso é o título da reportagem (Aldeia indígena é atacada no Maranhão) e o GC no final da matéria (“índios feridos após ataque no interior do Maranhão”). Ao longo do boletim, também é possível presumir isso, pois o apresentador já começa falando que 13 índios ficaram feridos depois que uma aldeia foi atacada na cidade de Viana, no Maranhão.

O boletim é bem simples e as imagens que o completam também o são. Não há vídeos do ocorrido, apenas duas imagens referentes aos indígenas que pouco têm a informar, tendo um caráter meramente ilustrativo. Do todo, o espectador depreende que houve um confronto entre indígenas e fazendeiros, e os Gamela é que saíram mais prejudicados. O conflito tem como pano de fundo uma suspeita de disputa por terras. Isso é o que a emissora *Band* quer que a sua audiência saiba do assunto e nada mais.

Por mais que analisemos de forma positiva a construção textual desse boletim, criticamos novamente o fato de ser pouco ou mal explorado a questão de demarcação de terras. Na verdade, a emissora simplifica a demarcação dizendo que pode ser um conflito por terras. Como vimos até aqui, a temática em volta da demarcação também envolve conflitos, mas não é só isso, já que existe pontos sobre cultura, sobrevivência e cidadania dos indígenas quando o assunto é terras. Limitar este conceito é uma forma violenta de minimizar a dor alheia.

Aquilo que o jornal dedica menos tempo, é aquilo que tem menos importância. Por conseguinte, o espectador não irá apreender toda a complexidade de seriedade que o assunto exige, por mais que a emissora tenha optado por retratar o indígena como vítima. Inclusive, essa construção de sentido enquanto vítima também é tão prejudicial quanto aquela que o constrói como invasor. Pois paralisa o indígena e o coloca como incapaz de exercer sua cidadania por meio de manifestações, moradia e etc.

Com relação às categorias que esse boletim se encaixa, podemos destacar: (2) Violência simbólica pela mídia; (3) O silêncio como instrumento formador de opinião; e (4) A cidadania e os povos indígenas. O produto audiovisual se encaixa na segunda categoria porque define pelo outro, sem o seu consentimento, o que é ser o indígena: vítima. O conteúdo também se encaixa na terceira categoria porque não há sequer uma fala ou uma aparição, de fato, informativa e relevante de algum indígena da tribo Gamela sobre o assunto. Por fim, a quarta categoria também é importante nesse boletim, porque mostra a relação vulnerável que os indígenas têm com o exercício de sua cidadania.

7.1.5 *Jornal da Câmara*

- Deputados pedem respeito a direitos de indígenas e apoio à Funai³³

A seguir o formulário de decodificação da nona reportagem escolhida para análise:

Tabela 11 - Formulário de decodificação - *Jornal da Câmara*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [] Estatal [X] Alternativa []</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [] Média [X] Pequena [] Tempo: 1'32'' segundos</p>
<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: % em relação ao total do produto: --</p>

³³ JORNAL DA CÂMARA. Deputados pedem respeito a direitos de indígenas e apoio à Funai. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/JORNAL-DA-CAMARA/530224-JORNAL-DA-CAMARA--19042017.html>. Acesso em: dez. 2018.

<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: Outras fontes [X] Passagem do repórter [] Apresentador [X]</p>
<p>Transcrição da reportagem:</p> <p>Apresentador: Hoje, 19 de abril, é comemorado o dia do índio. A data foi lembrada em uma sessão solene no plenário da Câmara. A homenagem se estendeu à Funai, a Fundação Nacional do Índio, que completa 50 anos.</p> <p>Off: A Fundação Nacional do Índio foi criada em 1967 para coordenar a política indigenista do Governo Federal. Cabe à Funai promover o bem-estar social e proteger os costumes e tradições culturais das inúmeras comunidades indígenas do Brasil. Nesta quarta-feira, a Fundação Nacional do Índio foi lembrada em sessão solene no plenário da Câmara.</p> <p>Sonora (Antônio Costa – ex-presidente da Funai): A Funai sofreu um corte de R\$ 53,6 milhões no orçamento de 2016 em relação a 2015. E mais, um corte de R\$ 18,9 milhões em 2017. Fortalecer a instituição e fazer com que a nossa voz seja ouvida no parlamento brasileiro é o que precisamos, para que a Funai continue defendendo o direito dos nossos povos.</p> <p>Sonora (deputado Arnaldo Jordy): Esta casa tem uma importância fundamental para poder preservar os direitos originários das populações indígenas no Brasil.</p> <p>Sonora (deputado Ricardo Trippoli): Se há um problema de demarcação de terras indígenas, e eu disse isso em uma audiência pública, nós deveríamos estar discutindo demarcação de terras dos brancos, porque os índios estavam aqui muito antes de que nós chegássemos aqui.</p>

Fonte: elaborado pela autora

Este produto televisivo é uma reportagem, diferente do material anterior analisado, que se enquadrava no tipo “boletim televisivo”. Este material pode ser classificado como uma reportagem, pois tem mais elementos que constituem a narrativa jornalística, tais como o off do repórter e a sonora do entrevistado. No entanto, é um produto jornalístico que ainda não é completo, pois não apresenta a passagem do repórter - apenas há a participação dele no off, no início da matéria - e não tem a fala de um indígena como entrevistado. Mais uma vez o indígena é objeto de discussão e não tem a oportunidade de voz.

Esta edição do *Jornal da Câmara* tem 27 minutos e 41 segundos. A reportagem sobre a temática indígena ocupa 5,5% do tempo do telejornal, uma porcentagem maior do que a análise anterior, na qual a temática era tratada por um veículo de comunicação privado. O início da matéria trata sobre a Funai e a importância dela para a preservação das tradições indígenas. As imagens são coerentes: mostram várias tribos indígenas, cada qual no seu modo de vida, com as suas respectivas tradições (na cozinha, nas danças, na pintura do corpo e do rosto, etc.). Algo

importante de se salientar, é que no texto do off do repórter, a pluralidade indígena fica bastante evidente quando a repórter diz: “Cabe à Funai promover o bem-estar social e proteger o patrimônio, costumes e tradições culturais das **inúmeras comunidades indígenas** do Brasil” (grifo nosso). Podemos perceber que houve um cuidado ao tratar o indígena não como “índio” apenas, mas sim a figura do indígena dentro da sua tribo, a qual é representada no plural.

As palavras de valor destacadas nos formulários de decodificação comprovam esta afirmação, pois, sucessivamente, mostram que não há apenas o índio brasileiro, mas sim tribos e populações indígenas (as palavras destacadas são: “direitos originários”; “populações indígenas”; “comunidades indígenas”).

Em seguida, a reportagem corta para as falas dos deputados sobre a Funai. São três sonoras: uma do então presidente da Fundação, Antônio Fernandes Toninho Costa, e outras duas de dois deputados (Arnaldo Jordy e Ricardo Tripoli). Todas as falas corroboram com a ideia de que a Funai precisa de atenção especial do governo, principalmente no que tange à demarcação de terras indígenas. O jornal dá espaço para que os representantes do povo falem sobre a complicada situação dos indígenas no Brasil, os quais carecem de terra para sobreviver. Como é uma matéria tratando da Funai, acreditamos que a linha editorial do jornal acertou ao colocar o presidente da fundação como primeira fala sobre o assunto.

Sendo assim, podemos classificar esta reportagem nas seguintes categorias: (3) O silêncio como instrumento formador de opinião; e (4) A cidadania e os povos indígenas. Não enquadrámos esta reportagem na categoria (1) a demarcação de terras pela PEC 215 porque, embora seja uma matéria que trate da temática da demarcação de terras, ela não fala especificamente sobre a PEC 215/2000. Na verdade, se não houvesse a fala dos deputados, a questão da demarcação propriamente dita não seria nem abordada pelo próprio jornal, afinal, este assunto não é tratado na cabeça da matéria (na fala da apresentadora) e nem no off do repórter. Por este motivo, não enquadrámos esta matéria na categoria a “demarcação de terras pela PEC 215”. O objeto desta reportagem é a Funai, a qual sofreu grandes cortes no orçamento nos anos anteriores. A questão da demarcação de terras é uma consequência do olhar pouco atento do Governo para a Funai, que, por conseguinte, ela é afetada.

O grande pano de fundo desta reportagem é a própria cidadania dos povos indígenas, por isso a quarta categoria se encaixa perfeitamente para esta matéria. A reportagem começa tratando do “dia do índio” e da importância da Funai para a preservação das tradições dos povos indígenas. Em seguida, corta para fala de pessoas que endossam a importância da Funai na atual conjuntura. Não há fala do outro lado, isto é, de deputados ou partes que sejam contrários à

temática da preservação dos povos originários por meio da Funai. Fica claro que a intenção desta reportagem é falar, sobretudo, da importância da Funai para os povos indígenas.

No entanto, os povos indígenas são importantes para quem ou por quê? Isto a reportagem não responde e, muito menos, fala sobre a importância da demarcação de terras para os povos originários, provando o efeito do silêncio trabalhado no capítulo três. Este silenciamento é o causador para que esta matéria seja enquadrada em nossa terceira categoria. Como já abordamos, a matéria acerta no ponto quando traz o presidente da Funai para falar sobre a situação da Fundação, no entanto, não deixa de silenciar os indígenas. Primeiro porque os indígenas aparecem apenas em imagens, com um texto lido por cima, e não têm espaço para fala. Não há sequer uma sonora de um representante indígena falando, por exemplo, sobre a importância da Funai. Isto é grave, pois coloca em xeque até a própria Fundação, afinal, se é tão importante para os povos originários, por que não os deixaram falar sobre o assunto? Mais uma vez o indígena sendo silenciado e tendo como voz pessoas brancas que não conhecem, na pele, o significado da demarcação de terras.

Em suma, na interpretação/reinterpretação desta matéria podemos concluir que: (i) houve uma preocupação positiva por parte do jornal em explorar a variedade e a pluralidade dos povos indígenas. Por ser um veículo de comunicação estatal, a matéria explorou bastante a fala daqueles que representam o governo e o povo - no caso, os deputados - e tentou passar para a população que o Governo enxerga com olhos de preocupação o caminho que a Funai toma.

A matéria, contudo, é muito simplista e não aborda, de forma crítica, o real problema dos indígenas no contexto da sociedade. Na verdade, enquanto veículo de comunicação estatal, o *Jornal da Câmara* cumpre bem o seu papel e “vende” a ideia de que os deputados, de fato, estão preocupados com a temática indígena. Como eles fazem isso? Colocando a fala imponente de parlamentares sobre o tema.

Partindo deste ponto, não há um outro lado: quem assiste tem a impressão que todos os deputados são a favor da proteção dos povos originários. No entanto, como bem exploramos no capítulo IV, a realidade não é essa. Existe uma bancada ruralista forte na Câmara dos Deputados, que deseja que a Funai esteja cada vez com menos voz na sociedade. O jornal não procurou mostrar que este assunto é polêmico no parlamento brasileiro e que os povos originários correm um iminente perigo com o sucateamento da Funai.

No capítulo II, falamos sobre as três formas de compreensão do mundo propostas por Bourdieu: fenomenológica, objetivista e praxiológica. Acreditamos que a reportagem deu ao espectador apenas a forma mais simples de apreensão deste fenômeno social, a fenomenológica. O veículo de comunicação transmitiu informações simples e de fácil acesso e não procurou

aprofundar a problemática que o assunto realmente tem na sociedade. É como se a televisão estatal estivesse maquiando o tema para que ele fique “apresentável” para a sociedade, a fim de que ela conclua que o Governo, de fato, se preocupa com a demarcação de terras.

No fim, o que a televisão estatal faz é mais do mesmo que a televisão privada: uma representação construída da realidade na forma de um simulacro, em que a realidade representada ali é mais interessante do que a própria verdade. O que esta reportagem faz, por mais que considere a pluralidade dos indígenas, é não considerá-los como cidadãos, pois não dá espaço de voz ativo para eles se manifestarem sobre eles próprios, já que são a pauta da reportagem.

7.1.6 Senado Notícias

- Índios e defensores condenam a opressão contra povos³⁴:

A seguir o formulário de decodificação da décima reportagem escolhida para análise:

Tabela 12 - Formulário de decodificação - *Senado Notícias*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [] Estatal [X] Alternativa []</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [X] Média [] Pequena [] Tempo: 3'25''</p>
<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: Sonora 1 – 17 segundos Sonora 2 – 24 segundos % em relação ao total do produto: Sonora 1 – 8,3% Sonora 2 – 11%</p>
<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 10 segundos Outras fontes [X] Passagem do repórter []</p>

³⁴ SENADO NOTÍCIAS. Índios e defensores condenam a opressão contra povos nativos. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=442687>. Acesso em: mar. 2019.

Apresentador []

Transcrição da reportagem:

Off: Antes que o jornalista falasse, índios e defensores da causa indígena condenaram a opressão contra os **povos nativos**. Uma **violência institucionalizada**, que se manifesta de diversas formas, ou que pode ser resumida em uma palavra: **genocídio**. Violência para além da ditadura, que compromete o Estado brasileiro.

Sonora (Gilberto Vieira dos Santos – Conselho Indigenista Missionário): Aquela frase famosa de Marechal Rondon “morrer se preciso for, matar nunca”, se transformou na “morrer nunca, matar sempre que for preciso”. Esse foi o papel do Estado brasileiro na relação com os povos indígenas.

Sonora (Claudemir da Silva – cacique da etnia Xetá): Nem todo o dinheiro do mundo vai pagar o massacre que aconteceu com os povos Xetá. Vocês podem ver, de dois mil e oitocentos sobrar somente dez pessoas. Pra gente, é um sentimento muito grande, se a gente for se expressar mesmo, a gente acaba se emocionando, chorando, porque né... é uma coisa...

Sonora (Gustavo Kenner Alcântara - procurador da República): Além de morte, além de agressões, além de tortura, também tem uma característica especial de violação desse período, que é a remoção forçada, uma das formas mais cruéis.

Off: Só para o livro “Os fuzis e as flechas”, Rubens Valente fez mais de 50 entrevistas e pesquisou 80 dossiês. Ele trabalha com o tema há mais de 20 anos. Aponta 1.278 mortes de índios documentadas. Eles morreram no processo de ocupação do interior do país e na construção de obras como a rodovia transamazônica. Remoções forçadas, enfermidades pelo contato com outros povos e falta de assistência levaram a vários casos de mortes coletivas.

Sonora (Rubens Valente): O próprio ministro da Aeronáutica Eduardo Gomes autorizou o transporte dos índios. Quando eles chegam em São Marcos, em MT, morrem como moscas em uma semana em uma CPI no Congresso Nacional. O general Bandeira de Melo declara que nenhum índio havia morrido, que não havia esse número de mortos. Isso é uma estratégia que eu localizei na pesquisa e consigo afirmar uma estratégia de ocultação, por isso que muitos episódios passaram, talvez, ao largo da história simplesmente porque o Governo mandava informações erradas a opinião pública. Era uma ditadura. A imprensa era controlada, havia censura.

Off: Presente na audiência, o presidente da Funai reconheceu que defender os povos indígenas continua um desafio.

Sonora (Antônio Costa): Estamos em um momento de muita aflição, que estou passando, diante de das impossibilidades de demandas que não temos capacidade de resolver.

Sonora (Senador João Capibaribe): Nós estamos vivendo um momento de retrocesso e uma crise política sem precedentes. E um certo imobilismo do Congresso Nacional, uma omissão diante da crise. Essa é a minha leitura. Nós aqui no Congresso estamos omissos, de braços cruzados enquanto a sociedade se debate em grande dificuldade.

Fonte: elaborado pela autora

Até o momento, essa foi a maior reportagem analisada, com mais de três minutos dedicados à problemática indígena. Além do tempo ser um fator diferencial, o conteúdo da matéria também é sensivelmente distinto de tudo o que até aqui já fora analisado.

Logo na primeira fala da reportagem, um off do repórter, a questão indígena é tratada de forma mais profunda, trazendo conceitos que são essenciais para o entendimento do tema, por exemplo “povos nativos”; “violência institucionalizada”; “genocídio” e “ditadura”. Em outras palavras, podemos perceber que o tom da reportagem e a sua linha editorial será em favor dos indígenas, com o objetivo de explicar como este grupo vulnerável sofre a violência institucionalizada.

A diferença das outras reportagens para essa, é que as outras se limitavam a noticiar a questão indígena condicionada a um fato específico (a manifestação dos indígenas em Brasília ou o confronto entre índios e produtores rurais); essa não, pois o gancho da reportagem é um livro que trata da questão indígena e a reportagem dá espaço para que indígenas e pessoas ligadas à causa falem mais sobre o tema. Com esse material, o espectador consegue ter uma dimensão mais profunda sobre os povos nativos referentes à dominação, violência e questão das terras.

Este material traz o conceito de “violência institucionalizada”, que vai ao encontro do que Bourdieu falou sobre poder e violência simbólicos, que são condicionados a uma estrutura de campo em que as relações de poder se estabelecem entre os agentes. Os dominantes exercem seu poder de *status quo* sobre os grupos vulneráveis e perpetuam esse poder, conjuntamente à violência, ao longo do tempo, impregnando a estrutura social com a sua óptica de realidade. Em virtude disso, conseguimos entender porque os indígenas até hoje são marginalizados, por mais que tenham sua cidadania conferida na Constituição Federal. Afinal, foram séculos de dominação do homem branco europeu que, com a violência física e simbólica, tirou os indígenas de suas terras e os apagou do imaginário social.

Também é interessante notar as sonoridades dos indígenas. São duas: de um indígena ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que explana a complicada situação de morte a que os indígenas foram e são submetidos até os dias de hoje, no que se refere à dominação, e a outra, de um cacique da tribo Xetá que, ao final, não consegue terminar sua frase porque se emociona ao falar do genocídio que ocorreu em sua terra. Essa deixa final que a reportagem mostrou ao espectador, de um indígena chorando, confere humanidade ao indígena. Até agora, só vimos eles serem representados como selvagens e bárbaros, que vão à Brasília protestar com flechas; como invasores de terras ou como vítimas estagnadas por sua condição. É a primeira vez que

vemos um indígena emocionado e chorando por sua condição, pois, afinal, antes de tudo ele é um ser humano.

Apesar do caráter apelativo que esse trecho possa ter, ele casa muito bem com os demais elementos da matéria, pois mostram um indígena seguro falando sobre a causa e outras pessoas, representantes de áreas importantes, corroborando para o sentido da gravidade da violência contra o indígena em nossa sociedade.

Não se pode passar despercebido o fato de que mesmo sendo uma televisão estatal, a emissora permite e coloca fala de pessoas que responsabilizam e/ou culpam o próprio governo pela grave situação dos indígenas. Rubens Valente faz uma análise minuciosa do Estado na época da ditadura e o então senador João Capibaribe critica duramente a inércia e a mora do Congresso em tomar uma posição em favor dos povos nativos.

Em suma, essa reportagem procurou aprofundar a temática do indígena, dando espaço e voz para que eles sejam reconhecidos como seres humanos e cidadãos dentro do Estado Democrático de Direito. Assim, podemos encaixar este material dentro da última categoria, apenas, a “(4) A cidadania e os povos indígenas”.

Embora a temática das terras esteja presente no contexto da reportagem, em nenhum momento ela faz menção da PEC 215/2000. Do ponto de vista dessa pesquisa, esse foi um dos erros da reportagem, porque poderia aproveitar o tom da matéria para falar de assuntos urgentes e atuais na problemática indígena, como a questão da demarcação de terras, trazendo o exemplo da referida PEC.

Não conseguimos identificar uma violência simbólica feita pela televisão estatal em desfavor dos indígenas e nem o silenciamento compulsório dos povos nativos como formador de opinião.

- Capibaribe alerta para existência de casos de violação dos direitos indígenas³⁵:

A seguir o formulário de decodificação da décima primeira reportagem escolhida para análise:

Tabela 13 - Formulário de decodificação - *Senado Notícias*

Formulário de decodificação
Tipo de mídia:

³⁵ SENADO NOTÍCIAS. Capibaribe alerta para existência de casos de violação dos direitos indígenas. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2017/04/capibaribe-alerta-para-existencia-de-casos-de-violacao-dos-direitos-indigenas>. Acesso em: mar. 2019.

Privada [] Estatal [X] Alternativa []
Tipo de reportagem: Grande [X] Média [] Pequena [] Tempo: 2'10''
Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: não há % em relação ao total do produto: --
Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [] / Tempo: -- Outras fontes [X] Passagem do repórter [] Apresentador []
Transcrição da reportagem: <p>Repórter: O tema dessa audiência pública será a agressão aos direitos indígenas durante a ditadura militar. Senador, dizem que o país que não lembra sua história, não recorda a sua história, está condenado a repetir os mesmos erros. Esse seria o motivo para o senhor convocar essa audiência pública?</p> <p>Senador: Na verdade, a violação dos direitos indígenas, dos direitos dos povos indígenas continua até hoje. Hoje eles continuam sendo massacrados, assassinados, tendo as suas terras ocupadas e uma parte dos seus direitos consagrados na Constituição de 88 ainda não se consagrou definitivamente. Eles ainda não conquistaram esse direito definitivamente. Nós ainda não dobramos a página da ditadura, onde o massacre dos povos indígenas foi frequente, incluindo não só as invasões de suas terras através de grandes empreendimentos, como é o caso da transamazônica, que dizimou etnias inteiras e que a sociedade brasileira desconhece até hoje, não é? Mas também ataques diretos, através inclusive do uso das forças armadas no assassinato de indígenas ao longo no nosso país.</p> <p>A Comissão Nacional da Verdade revelou massacres em torno de 8.300 indígenas, mas é pouco. Esses números não batem com a verdade.</p> <p>Eu conheço um caso que eu acompanhei de perto a partir de 1980, que é os Woambi. Eles eram em torno de 2.500 e depois da transamazônica, as empreiteiras entraram na transamazônica e foram reduzidos a menos de 150. De famílias inteiras, restaram apenas um indivíduo, dois, no máximo. Portanto, essa história precisa ser contada para as gerações atuais, porque não se constrói democracia, desrespeitando o direito daqueles que habitam nesse país.</p>

Fonte: elaborado pela autora

O material audiovisual analisado se difere em questões técnicas jornalísticas dos demais delimitados para esta pesquisa. Seleccionamos em razão da temática indígena, mas não podemos encaixá-lo no formato de uma reportagem tradicional, que é um produto narrativo com elementos jornalísticos para contar a informação (cabeça, off, passagem, etc.).

Este produto é uma entrada do repórter em determinado momento do telejornal, em que ele faz um “ao vivo” para dar uma informação extra. No caso, a apresentadora poderia ter apenas dado a informação da audiência pública, mas já que o repórter teve a oportunidade de falar com autor do pedido da audiência, por que não colocá-lo na íntegra durante uma parte do programa?

Mesmo sendo um produto diferente dos anteriores, a entrada do repórter evidencia a linha editorial do jornal, porque dá espaço e voz para uma determinada causa. O repórter se coloca como um representante da linha editorial do veículo, então, sua fala representa muito sobre o tom do conteúdo que se quer passar ao telespectador.

A pergunta do repórter, neste sentido, é muito pertinente, já que o tema da audiência pública é sobre ditadura e os direitos dos povos nativos. Ele chama a atenção para a necessidade de tal audiência, reafirmando o perigo da história se repetir, caso esse assunto não seja colocado em pauta na sociedade.

O parlamentar entrevistado tem mais de um minuto de fala, o que significa que o jornal realmente entende que sua fala é importante no quesito noticioso. O senador problematiza a cidadania indígena, colocando em xeque com a sua realidade atual. Ele traz um exemplo interessante de seu conhecimento sobre o genocídio de uma tribo específica que foi dizimada após a abertura da Rodovia Transamazônica.

Com isso, o canal foi além do fato de avisar a população de que uma audiência pública sobre o tema aconteceria, pois afirmou e reafirmou da importância do tema na agenda social, mostrando que há milhares de pessoas que morreram em decorrência dessa colonização violenta que se deu aos povos originários.

Novamente, o tema da demarcação de terras não apareceu diretamente. Mas por todo exposto até aqui, sabemos que ele aparece de pano de fundo, já que também é um assunto ligado à cidadania e à sobrevivência dos povos nativos. Por isso, a única categoria que encaixamos para esta reportagem é a última a “(4) A cidadania e os povos indígenas”.

Acreditamos não ser o caso de se enquadrar nas categorias sobre violência simbólica e silenciamento porque, por mais que nenhum indígena apareça ou fale, vimos que o produto é diferente, não cabendo uma fala ou aparição de um indígena, já que se fala com um representante do povo autor da audiência pública. Não houve um silenciamento da pauta, pelo contrário, houve a conscientização do espectador de que a matéria é urgente e merece atenção.

7.1.7 *Mídia Ninja*

- DEMARCAÇÃO JÁ!³⁶

A seguir o formulário de decodificação da décima segunda reportagem escolhida para análise:

Tabela 14 - Formulário de decodificação - *Mídia Ninja*

Formulário de decodificação
Tipo de mídia: Privada [] Estatal [] Alternativa [X]
Tipo de reportagem: Grande [] Média [X] Pequena [] Tempo: 1'29''
Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: não há % em relação ao total do produto: --
Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 100% Outras fontes [] Passagem do repórter [] Apresentador []
Transcrição da reportagem: Não há fala.

Fonte: elaborado pela autora

Após analisarmos algumas reportagens em formato televisivo, ao nos depararmos com um material como este, veiculado na página do *Facebook* “*Mídia Ninja*”, concluímos que se trata de um produto totalmente diferente. Embora seja audiovisual e tenha elementos similares aos vídeos anteriores, como imagens e sons, eles são trabalhados de forma totalmente distinta, com o objetivo de favorecer os povos indígenas. Eis aí o primeiro ponto de contraste e que faz total diferença na construção da representação.

³⁶ MÍDIA NINJA. DEMARCAÇÃO JÁ!. Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/874252156066264/>. Acessado em abril de 2019.

Diferente das reportagens da mídia privada, o vídeo não tem cabeça (a passagem do apresentador) e não tem áudio em off (o repórter ou apresentador falando por cima das imagens). Na verdade, o vídeo não tem sequer uma única voz sendo projetada e, mesmo assim, faz o indígena ser protagonista da narrativa. O vídeo mostra a mesma manifestação que o *Jornal Nacional* exibiu, resultado de nossa primeira análise na pesquisa. O mesmo fato sendo noticiado por veículos de comunicação com linhas editoriais totalmente distintas. Por conseguinte, o resultado será lógico: representações diferentes.

De acordo com o nosso formulário de decodificação, enquadrámos este tipo de reportagem como média, mas é de suma importância esclarecermos que este vídeo foge totalmente do padrão de “reportagem” que se passa na televisão. O vídeo não tem elementos de uma reportagem televisiva: cabeça, off, sonora, passagem. É bastante simples: uma música de fundo com imagens do dia 25 de abril de 2017, data em que os indígenas foram a Brasília protestar contra a PEC 215/2000.

Diferente dos vídeos anteriores, os indígenas ocupam 100% do tempo da narrativa audiovisual, em que todos os espaços são preenchidos com eles próprios. O vídeo possui 1 minuto e 26 segundos, no qual todo o tempo os indígenas são exibidos. No entanto, este ponto analisado é insuficiente para garantir a representatividade do indígena, afinal, os povos originários foram exibidos nas reportagens anteriores, as quais apenas reforçaram o estereótipo do que é “ser índio” no Brasil - selvagem, alheio à sociedade e folclórico -.

Neste material, por outro lado, analisamos a exibição dos povos indígenas de forma positiva. Primeiro porque a produção do vídeo tem a condescendência da Associação dos Povos Indígenas do Brasil e da Mobilização Nacional Indígena, ou seja, as próprias entidades indígenas escolheram o modo que seriam representadas. Segundo porque, diferente do boletim televisivo da *Rede Globo*, esta manifestação é mostrada de forma pacífica, com os indígenas como protagonistas, caminhando, correndo e se reunindo em busca dos seus direitos.

Há, neste vídeo, uma representação simbólica muito forte e que foi pouco e mal explorada pela *Rede Globo*: os caixões levados pelos próprios indígenas. No produto televisivo da *Globo*, a menção aos caixões que eles levam é feita da seguinte forma: “Eles [os índios - como a própria emissora os definiu -] jogaram caixões no espelho d’água em frente ao Congresso”. Ao dizer isto, a frase falada pela apresentadora foi coberta com imagens dos povos indígenas jogando os referidos objetos na água, sem qualquer tipo de explicação sobre o simbolismo daquele ato, e de uma forma muito rápida. A imagem é mostrada de cima, provavelmente feita por um drone.

Já neste vídeo, os caixões são mostrados de forma diferente, pois conseguimos ver os detalhes do objeto e a imagem é produzida dentro da manifestação. Ou seja, o repórter estava

lá, no meio dos indígenas. O distanciamento entre o veículo de comunicação e os representados é mínimo, haja vista que no tempo 1'01'', o repórter é filmado dentro da manifestação, no meio dos indígenas, enquanto eles se movimentam.

Por conta dessa aproximação, conseguimos ver com riqueza de detalhes o que os indígenas carregam: caixões pretos, com uma cruz branca em cima do objeto. Ao juntar estes dois elementos, em uma manifestação contra a PEC sobre demarcação de terras indígenas, o recado que eles intentam passar é muito claro: com esta proposta, mais uma vez, os indígenas estão fadados à morte, em todos os seus significados: literal, cultural e simbólico. Enquanto que no boletim da *Globo* é impossível ter uma compreensão deste ato por conta da abordagem do assunto, neste vídeo fica claro e evidente o recado dos povos originários.

Até o momento, constatamos que, por mais que a pauta das reportagens fosse a questão da temática indígena, nenhum representante dos povos originários tinha espaço para fala; em nenhuma delas, algum indígena foi entrevistado. É como se eles fossem meros objetos representados, sem direito à voz. Como já discorremos no capítulo III deste trabalho, este silenciamento é uma forma de violência simbólica, pois “tapa a boca” do representado e sobre ele constrói-se um significado que, não necessariamente, tem a ver com que eles, de fato, representam.

Neste vídeo, nenhum indígena aparece falando também. No entanto, esta não é uma exclusividade deles, ninguém é entrevistado. Mas, isto não significa que há um silenciamento violento. Este produto tem a produção e o assentimento de entidades representantes dos indígenas, eles são mostrados, por meio de imagens, o tempo inteiro. Nas imagens, os povos nativos são retratados como cidadãos, protestando pelos seus direitos e sem violência. Este vídeo mostra os indígenas como participantes da democracia e da sociedade, integrantes dela e não alheios ou selvagens.

Apesar de não existir a fala literal, os indígenas têm outro tipo de espaço de fala, sendo representados por eles próprios. A música do vídeo também fala por eles: um som parecido do que é produzido pelas próprias aldeias indígenas. Neste produto há elementos singulares da cultura indígena que mostram os povos originários como cidadãos ativos dentro da sociedade: a música, a pintura, os elementos da própria manifestação - como o caixão - e, claro, os próprios povos originários. A fala é simbólica e muito representativa. Definitivamente não há o silenciamento dos povos indígenas nesta produção.

Este vídeo pode ser encaixado em duas categorias: (1) a demarcação de terras pela PEC 215 e (4) A cidadania e os povos indígenas. A primeira categoria se justifica uma vez que este conteúdo foi produzido em virtude das manifestações indígenas justamente acerca deste tema.

Há várias passagens no vídeo em que os povos originários aparecem segurando uma faixa grande, na qual está escrita “Demarcação já”. A manifestação, no caso, é justamente contra a PEC 215/2000.

Já a segunda categoria escolhida para este vídeo se justifica porque este conteúdo é, na verdade, uma tentativa de mostrar para a sociedade que os indígenas são cidadãos, participantes da sociedade, lutando pelos seus direitos, algo constitucionalmente garantido. Por mais que não tenha nenhuma fala explícita, o grande pano de fundo deste conteúdo é mostrar como a temática da demarcação de terras é urgente e necessária para os povos indígenas.

Interessante notar que, sobre o mesmo fato, há recortes da realidade diferentes, comprovando aquilo que tratamos nos primeiros capítulos desta pesquisa. Enquanto o primeiro reforça a imagem estereotipada do “ser índio” no Brasil; o segundo os deixa como protagonistas da narrativa, sem corroborar com a ideia de que são alheios à sociedade, com modos selvagens.

A *Rede Globo* mostrou o lado de selvageria do indígena, passando a ideia de que aquela manifestação não foi nada pacífica. Este vídeo, ao contrário, fez um simulacro da realidade tentando mostrar, justamente, o oposto. As imagens de dentro da manifestação e de cima (feita por drone), quiseram mostrar que os indígenas são cidadãos. Esta afirmação é comprovada quando nos atentamos à descrição do vídeo no *Facebook*, a qual está escrita da seguinte forma: “DEMARCAÇÃO JÁ! / Um gigantesco cortejo fúnebre tomou conta da Esplanada dos Ministérios nesta terça-feira. Levando os caixões e um banner com a expressão “Demarcação Já”, mais de 3 mil indígenas seguiram tranquilamente até o Congresso Federal em um ato pacífico contra os retrocessos e ameaças aos direitos indígenas”. O grifo é nosso, pois queremos destacar que, mais uma vez, os produtores deste conteúdo quiseram reforçar a ideia do indígena como cidadão civilizado, integrante da sociedade com os seus costumes e tradições. Por tudo discorrido até aqui, é o que se justifica este vídeo estar dentro das duas categorias: (1) a demarcação de terras pela PEC 215 e (4) A cidadania e os povos indígenas.

Embora as redes sociais ainda não tenham o peso simbólico de uma grande mídia, a internet vem ganhando números cada vez mais expressivos. Este vídeo, por exemplo, tem mais de 8 mil curtidas, 526 comentários, 9,7 mil compartilhamentos e 291 mil visualizações. Isto significa que mais de 290 mil pessoas puderam observar um recorte diferente daquele mostrado pela televisão, a qual quis mostrar e reforçar a ideia do indígena como índio, distanciando-o do campo social, como já abordado por Bourdieu. Este vídeo é uma tentativa de aproximação do indígena com a sociedade, afastando as distâncias simbólicas entre os agentes sociais e trazendo os povos indígenas como mais um grupo da sociedade que reivindica pelos seus direitos.

- Indígenas em Brasília são reprimidos com bombas de gás lacrimogêneo³⁷:

A seguir o formulário de decodificação da décima terceira reportagem escolhida para análise:

Tabela 15 - Formulário de decodificação - *Mídia Ninja*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [] Estatal [] Alternativa [X]</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [] Média [] Pequena [X] Tempo: 0'49''</p>
<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: não há % em relação ao total do produto: --</p>
<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 100% Outras fontes [] Passagem do repórter [] Apresentador []</p>
<p>Transcrição da reportagem: Não há fala.</p>

Fonte: elaborado pela autora

Novamente em pauta, vemos a manifestação dos indígenas em Brasília no dia 25 de abril de 2017 e, mais uma vez, sem colocar uma fala de alguém, a *Mídia Ninja* toma um partido em favor dos povos nativos. Este material audiovisual compreende uma nova forma de “dar credibilidade” ao fato. Se até a internet, o espectador tinha a sensação de confiança naquilo que assistia pela televisão (em decorrência das imagens, textos, sons e poder simbólico da emissora de televisão), atualmente esse padrão se modificou.

Por meio de ferramentas das redes sociais, como o “ao vivo”, disponibilizado pelo *Facebook*, é possível que alguém de dentro do ocorrido consiga transmitir na hora os

³⁷ MÍDIA NINJA. Indígenas em Brasília são reprimidos com bombas de gás lacrimogêneo. Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/874191939405619/>. Acesso em: abr. 2019.

desdobramentos do fato. É o que vemos nesse caso. O material é caseiro e muito diferente daquele produzido pelas emissoras privadas: não tem edição, utilização de infográficos, construção textual do repórter e nem nada do tipo. É apenas o repórter com uma câmera ligada no meio da manifestação transmitindo o que está ocorrendo. A internet veio para quebrar alguns conceitos, como esse: o de construção de fidedignidade do fato.

Se no boletim da *Rede Globo* o viés do material foi mostrar os indígenas como selvagens, que invadem a capital do Brasil com flechas e todo o tipo de armas, a linha desse conteúdo é diametralmente oposta, a começar pelo título, o qual diz “Indígenas em Brasília são reprimidos com bombas de gás lacrimogênio”.

O vídeo em menos de um minuto mostra os indígenas se dispersando na frente do Congresso em razão das bombas de gás lacrimogênio. Quem assiste apenas o conteúdo do *Mídia Ninja* conclui pela vitimização dos povos nativos que são um grupo vulnerável reprimido quando tentam buscar pelos seus direitos.

Já discorremos nas análises anteriores que impor o papel de vítima ao indígena também é tão prejudicial quanto colocá-lo como invasor, pois o estigmatiza como ser incapaz e vulnerável às condutas do Estado. Sabemos que os povos nativos ocupam uma posição bem diferente, de resistência, que, por anos, os impediu de serem extintos do mapa social brasileiro.

É perigoso fomentar a opinião pública com apenas 49 segundos sobre uma manifestação de grande profundidade. Se algumas emissoras privadas fazem isso por meio de boletins, que também duram menos de um minuto, o *Mídia Ninja* também o fez, só que de uma forma mais rudimentar. Quem sai prejudicado com essa construção são os próprios povos originários, pois são exibidos como vítimas e que batem em retirada – literalmente - em razão da força da entidade oficial do outro lado e a própria população, que novamente fica à mercê de um olhar limitado do fato.

Segundo o olhar desta pesquisadora, também há indícios de violência simbólica exploradas por Bourdieu nesse produto, porque o *Mídia Ninja* impõe significados sobre um outro que não necessariamente corresponde com aquilo que o próprio povo indígena diz sobre si e sobre a manifestação.

Sobre as categorias, não podemos encaixar este material na primeira “(1) A demarcação de terras pela PEC 215”, porque, por mais que saibamos em razão do contexto que se refere a uma manifestação contra a proposta, o vídeo sequer contextualiza a manifestação e não dá indícios do que seja a luta dos indígenas naquele momento. Quem assiste, associa a manifestação à bagunça, violência, repressão e todas as características de um movimento desorganizado, o que, de fato, não é o que acontece com os povos indígenas, que se articulam

entre si para resistir. Esse também é um fato caracterizador da violência simbólica, sendo encaixado, portanto, na categoria dois “(2) Violência simbólica pela mídia”.

Embora o vídeo mostre em 100% do seu tempo imagens dos indígenas, ele acaba por silenciar os povos nativos porque, mais uma vez, não explica o que está acontecendo. Se criticamos o fato das emissoras privadas e estatais “jogarem” o assunto sem maior profundidade, sendo que este é um tema extremamente complexo e sensível, o *Mídia Ninja* acaba por fazer a mesma coisa e também silencia os povos indígenas.

Com essa conclusão, não podemos encaixar o produto na última categoria “(4) A cidadania e os povos indígenas”, pois o espectador que assiste não sabe do que se trata e, muito menos, que essa manifestação envolve o pano de fundo da cidadania indígena. Não há um indicativo, exceto pelo texto, do que está acontecendo. Por isso, não conseguimos encaixar esse produto na última categoria.

- Povos indígenas são barrados na porta do congresso! Os parentes chegaram para participar da votação do relatório do CPI da Funai!³⁸:

A seguir o formulário de decodificação da décima quarta reportagem escolhida para análise:

Tabela 16 - Formulário de decodificação - *Mídia Ninja*

Formulário de decodificação
<p>Tipo de mídia: Privada [] Estatal [] Alternativa [X]</p>
<p>Tipo de reportagem: Grande [X] Média [] Pequena [] Tempo: 11'52''</p>
<p>Visibilidade do indígena (sonora do indígena): Tempo: 11'52'' % em relação ao total do produto: 100%</p>

³⁸ MÍDIA NINJA. Povos indígenas são barrados na porta do congresso! Os parentes chegaram para participar da votação do relatório do CPI da Funai!. Disponível em: https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/889307687894044/?comment_id=889337714557708&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R%22%7D. Acesso em: abr. 2019.

<p>Visibilidade de outros componentes: Imagens dos indígenas [X] / Tempo: 100% Outras fontes [] Passagem do repórter [] Apresentador []</p>
<p>Transcrição da reportagem:</p> <p>Fala indígena do indígena 1: Invasor das terras indígenas no país. Ele diz que comprou um monte de terra, mas não comprou nada (...)</p> <p>Fala de outro indígena (João Carlos Padilha): Bom dia a todos, venho do RS (...).</p> <p>Fala do indígena 1 novamente.</p> <p>Fala de outro indígena (sem nome).</p>

Fonte: elaborado pela autora

Esse produto audiovisual feito e disponibilizado pelo *Mídia Ninja* é o que, de todas as análises, se mostrou o maior no quesito de tempo. Mais de 10 minutos: isso só é possível na internet ou quando, em emissora de televisão, o assunto rende uma reportagem especial, quase que em formato de um minidocumentário.

Pelo analisado até aqui, as chances da questão indígena servir de pauta para um minidocumentário são pequenas, haja vista que quase todos os produtos audiovisuais feitos nos meses de abril e maio pela televisão privada quase não passam de um minuto. Quando, então, nos deparamos com algo desse tipo, em que o assunto se perpetua por mais de 10 minutos, é porque aquela pauta é interessante para determinada mídia.

Como o *Mídia Ninja* se propõe a ser um veículo de informação alternativo aos veículos tradicionais, um assunto diretamente ligado aos grupos vulneráveis, serve de pauta cheia para o veículo. No entanto, apesar de salutar intenção da página, acreditamos que a transmissão do conteúdo foi prejudicada.

Como vimos, a questão indígena é um assunto sensível, delicado e complexo que envolve anos de história de sofrimento e colonização. Por mais que se pretenda mostrar para o espectador sobre a gravidade e urgência do tema, a maneira audiovisual com que isso será feito importa e muito. Caso contrário, como conseguimos comprovar com essa pesquisa, o resultado será a manutenção do *status quo* do grupo vulnerável, impondo a ele uma violência simbólica.

Não há, nesse vídeo, uma contextualização maior. O que sabemos pelas imagens é que são indígenas, de variados grupos, em frente ao Congresso falando sobre questões de sobrevivência e resistência. Optamos por não transcrever o material porque constatamos que,

diferente dos produtos anteriores, que eram submetidos a uma seleção prévia do que seria transmitido – e que, por meio dessa seleção, era possível identificar a linha editorial do jornal – esse material é “apenas” um ao vivo, sem corte, sem seleção do que está sendo falado. O filtro, nesse caso, veio antes: indígenas falando sobre a causa – o que eles estão falando não importa em termos de edição, já que o *Mídia Ninja* “assina embaixo” do que eles vão tratar. Isso explica a preferência por se transmitir ao vivo em vez de se coletar o material e fazer uma reportagem posterior.

Essa confiança que citamos no parágrafo anterior, nada mais é do que um alinhamento e uma definição clara da linha editorial do veículo que, no caso, é uma página voltada para dar voz e visibilidade aos grupos vulneráveis. A doação de voz é tanta que, na verdade, nem o repórter aparece. Na visão desta pesquisadora e, por todo exposto já dissertado até aqui, embora esse seja um posicionamento favorável para os indígenas, ele acaba tendo um efeito rebote, já que se “joga” o conteúdo na internet, sem explicá-lo. O que se tem, nesse caso, é o extremo oposto da mídia privada, que de tanto querer passar o assunto mastigado para o espectador, acaba por aniquilar pontos essenciais e fundamentais para compreensão do assunto.

Aqui, se pressupõe que o espectador já saiba da matéria, porque não se explica previamente o assunto. Mas, questionamos: será que o público das redes sociais realmente está preparado para assistir a um conteúdo como esse, sem explicação anterior? Haja vista a onda massiva de *fake news* viralizadas e compartilhadas nas redes sociais. A resposta, ao nosso ver, é que não. Por isso, a conclusão é que se tem mais do mesmo: uma manutenção da violência simbólica que os indígenas sofrem, até por quem está alinhado com as pautas dos grupos vulneráveis.

Assim, acreditamos que esse material se encaixa nas seguintes categorias: (1) A demarcação de terras pela PEC 215, porque os indígenas tratam sobre a questão durante a fala; (2) Violência simbólica pela mídia, já que apenas dá o assunto sem explicação prévia, não contextualizando o espectador da importância, gravidade e profundidade que o tema comporta; e (4) A cidadania e os povos indígenas, porque a intenção da página é fazer com que os internautas olhem para os grupos vulneráveis como cidadãos, que precisam resistir sempre para que essa condição não lhe seja tolhida.

7.2 Sintetizando

A partir das análises, pudemos depreender construções de sentido fundamentais para a identidade dos indígenas no Brasil. Analisando a mídia privada, constatamos que a categoria predominante é (4) A cidadania e os povos indígenas. Das 8 reportagens analisadas da mídia

privada, 7 se encaixam nessa categoria. A que menos aparece é a (1) A demarcação de terras pela PEC 215. Categorias (2) Violência simbólica pela mídia e (3) O silêncio como instrumento formador de opinião aparecem a mesma quantidade de vezes, a saber cinco. Também há a dualidade de construção de personagem: ora como invasor, ora como vítima. O formato jornalístico escolhido para o tratamento da matéria é o boletim televisivo.

Com relação à mídia estatal, a categoria predominante também é a (4) A cidadania e os povos indígenas. Ela aparece nas três reportagens analisadas. A categoria (3) O silêncio como instrumento formador de opinião aparece apenas uma vez, na reportagem da Câmara. Categorias (1) A demarcação de terras pela PEC 215 e (2) Violência simbólica pela mídia não aparecem nos produtos estudados.

A mídia alternativa traz um resultado interessante: o empate de aparecimento das categorias. Categorias (1) A demarcação de terras pela PEC 215, (2) Violência simbólica pela mídia e (4) A cidadania e os povos indígenas aparecem duas vezes cada uma nas três reportagens analisadas. Já a categoria (3) O silêncio como instrumento formador de opinião não aparece uma vez sequer.

7.3 Perspectivas

O resultado desse estudo nos abre espaço para um questionamento: Como é essa cidadania indígena que os telejornais estão transmitindo? Ao mesmo tempo que a categoria (4) A cidadania e os povos indígenas é a que mais aparece nas reportagens, a categoria (1) A demarcação de terras pela PEC 215 é a que menos é abordada pelos veículos de comunicação.

Por todo exposto até aqui e considerando que “indígena e terra” são indissociáveis, como os veículos de comunicação conseguem fazer tal separação? Tomamos por base a Constituição Federal de 1988, a qual dedica um capítulo exclusivo aos indígenas e às terras, e percebemos que os jornais simplesmente ignoram tal ligação de extrema importância ou a colocam como sendo algo de menor relevância no tecido social.

Nesta pesquisa conseguimos compreender as técnicas midiáticas para a transmissão de determinado assunto e comprovar que a temática indígena da demarcação de terras não tem espaço físico (tempo no jornal) e nem espaço simbólico (importância para os veículos de comunicação).

A partir disso, podemos depreender que as perspectivas não são animadoras, ainda mais quando olhamos para o chefe do Executivo do país. Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, eleito para governar de 2019 até 2022, já transferiu do ministério da Justiça para o ministério da Agricultura a competência da demarcação de terras. Vale lembrar também que, durante a

disputa eleitoral, Bolsonaro afirmou categoricamente que não demarcaria um centímetro a mais de terra para os indígenas.

Assim, este trabalho se mostra fundamental não só por uma questão de aprofundamento do olhar da sociedade brasileira, mas também como uma forma de resistência ao apagamento dos povos indígenas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a reportagem³⁹ divulgada no mês de março de 2019 pela *Agência Pública*, nos últimos anos, a Funai vem atuando com cerca de um terço de sua força de trabalho. A situação em alguns lugares do país em que o conflito fundiário é mais intenso, a situação chega a ser alarmante, contando com apenas um servidor em seu posto de trabalho. A reportagem mostra também que a Funai perdeu quase 2 mil servidores nas últimas duas décadas.

Com as medidas tomadas pelo governo atual de Jair Bolsonaro (2019 – 2022), o cenário tampouco é positivo. Isso porque, em três meses de governo, o presidente eleito tirou⁴⁰ da Funai a competência para a demarcação de terras e passou para o ministério da Agricultura. Também, por meio de decreto⁴¹, o governo contingenciou em 90% o orçamento da Funai previsto na Lei Orçamentária Anual. Em outras palavras, a instituição oficial e simbólica representante dos povos nativos está ruindo, assim como os direitos deles.

Em 1986, Renato Russo lançou a música “Índios” e propôs pela composição uma análise melancólica do que aconteceu com os povos indígenas ao longo da história. A canção expressa a perversidade dos povos europeus colonizadores, que utilizaram a estratégia de amizade para dominação e se aproveitaram da ignorância dos povos originários sobre objetos da civilização ocidental para que pudessem, gradativamente, colonizar, civilizar e domesticar os povos indígenas.

O artista expôs um problema na década de 80, no entanto, por tudo o que foi exposto até aqui, concluímos que a problemática acerca das questões indígenas no tocante à demarcação de terras é muito anterior. Um problema estrutural na história do Brasil.

Diante de tudo o que foi exposto até nesta pesquisa, consideramos que a mídia, em geral, reforça o estereótipo do indígena já consolidado no imaginário social, ou seja, como aquele alheio e distante da sociedade. Este procedimento pode simbolizar o que, de fato, acontece com os indígenas: a sociedade branca e ocidental passando por cima dos povos indígenas significando e resignificando aspectos muito particulares da cultura do outro.

³⁹ AGÊNCIA PÚBLICA. **Operando com 10% do orçamento, Funai abandona postos e coordenações em áreas indígenas.** Disponível em: <https://apublica.org/2019/03/operando-com-10-do-orcamento-funai-abandona-postos-e-coordenacoes-em-areas-indigenas/>. Acesso em: abr. 2019.

⁴⁰ MIGALHAS. **Ministério da Agricultura será responsável pela demarcação de terras indígenas.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI293643,71043-Ministerio+da+Agricultura+sera+responsavel+pela+demarcacao+de+terras>. Acesso em: abr. 2019.

⁴¹ BRASIL. **Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9711.htm. Acesso em: abr. 2019.

Conforme explicitamos nos capítulos introdutórios, esta dinâmica possibilita a identificação do poder simbólico que os veículos de comunicação têm. Este poder é definido pelos aspectos econômicos, políticos e ideológicos que serão transmitidos a milhares de pessoas. Neste sentido, a violência simbólica se configura justamente neste aspecto: de uma forma arbitral e unilateral, os veículos de comunicação impõem definições sobre os outros aspectos identitários que podem não ter a ver com o que aquele determinado grupo se identifica. Tudo acontece no plano simbólico e, conforme Bourdieu explorou, é uma forma de violência feita de forma dissimulada e sutil, mas que tem desdobramentos nocivos para determinada cultura.

Este aspecto de silenciamento da fala do indígena nas reportagens traz à tona aquilo que Eni Orlandi (2007) discursou em sua obra: o silenciamento como ato político e o silêncio como um agente significante. Colocar o indígena em silêncio significa apagá-lo do campo social e dizer para os integrantes da sociedade que as pautas destes grupos não importam muito. Silenciar é um ato violento, como já visto e comprovado em regimes ditatoriais, quando o silenciamento é escancarado. No entanto, esta conduta pode acontecer em uma democracia e o processo ser tão violento quanto em um regime militar pois, novamente, acontece de forma dissimulada e disfarçada.

Por todo o discorrido até aqui, concluímos:

Comprovando nossa hipótese, a mídia privada não tem interesse em noticiar a questão indígena. Mesmo no mês em que se comemora o “dia do índio” e nos dias subsequentes, as emissoras da rede privada até disponibilizaram um espaço em seus telejornais, mas de forma muito superficial e ínfima, se comparado ao tempo de outros assuntos, que rendiam reportagens em formato médio e grande. Percebemos que o produto jornalístico destinado a abordar a questão da demarcação de terras é o boletim televisivo, algo rápido, de menos de um minuto, em que não há sequer uma passagem do repórter. Também percebemos que a transmissão do tema da demarcação está condicionada ao factual, ou seja, o jornal só transmite aquilo que aconteceu e se limita nisso. Não aprofunda e nem contextualiza o tema, aproveitando o ocorrido daquele mês. Também notamos que a mídia privada constrói a imagem do indígena ora como invasor e ora como vítima, incapaz de lutar pelos seus direitos sem saírem extremamente prejudicados. Tudo isso, corrobora com a definição e explanação de poder e violência simbólicos dissertados por Bourdieu, que explica que, de forma muito sutil, quase sem o espectador se dar conta, a emissora constrói uma identidade sem a condescendência dos povos originários, contribuindo para a manutenção do *status quo* de povos dominados, colonizados e

vulneráveis e não como resistentes e cidadãos de suas histórias. De forma arbitrária, a mídia privada apaga o indígena do campo midiático-social.

A mídia estatal dá um espaço maior para a temática indígena, dedicando mais tempo e, inclusive, outros formatos para abordar a matéria. Constatamos a presença não só de reportagens, mas de entrada “ao vivo” do repórter, como se fosse um aprofundamento da importância do tema. Sobre isso, percebemos que foi na mídia estatal que foi elaborada uma “reportagem modelo” sobre o tema, que não só procurou contextualizar a temática indígena, mas também procurou trabalhar a humanidade dos povos nativos no conteúdo, deixando um indígena aparecer chorando/emocionado quando falou do genocídio de seu povo. Lembrando que até então, havíamos nos deparado com produtos audiovisuais que mostravam os indígenas raivosos ou machucados, mas nunca humanos, dotados de sentimentos, porque, na verdade, é isso que são, sobretudo e antes de qualquer coisa. Aqui, pudemos observar que a pauta indígena não está centrada no factual em si, mas nos assuntos que rondam o Congresso e que abordam a temática. A partir daí a emissora faz um aprofundamento no tema.

Sobre a mídia alternativa, a conclusão foi diferente da hipótese levantada, de que esse tipo de veículo contribuiria pela discussão e debate do assunto em favor dos povos originários. O que pudemos observar, na verdade, foi também a constatação de uma violência simbólica feita de forma oposta da mídia privada. Se na emissora privada, ocorre uma violência pela extrema simplificação do fato, sem contextualização e se utilizando de signos identitários, quase que folclóricos, dos indígenas para construir um produto audiovisual, o *Mídia Ninja* pressupõe que os internautas já saibam do assunto e, por isso, também transmitem o material sem maiores explicações que o tema complexo demanda. Os materiais analisados não têm um recorte prévio e uma edição favorável aos indígenas, pois eles simplesmente ligam a câmera e mostram o que está acontecendo. Não há um direcionamento para os espectadores, deixando a interpretação do fato mais a mercê ainda das bagagens singulares de cada indivíduo. Isso pode ser extremamente perigoso, considerando o fato de que mais de 30% dos brasileiros já compartilharam *fake news* sem saber⁴²; 40% das pessoas não conseguem detectar imagens manipuladas⁴³ e que *as fake news* têm 70% mais chance de viralizar que as notícias verdadeiras⁴⁴. Ou seja, “jogar” o assunto nas redes sociais, pressupondo que os internautas já sabem – ainda mais por meio de um vídeo

⁴² Dado disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/seguranca/135131-30-brasileiros-compartilharam-fake-news-saber.htm>. Acesso em: abr. 2019.

⁴³ Dado disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/fake-news-40-das-pessoas-nao-conseguem-detectar-imagens-manipuladas-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: abr. 2019.

⁴⁴ Dado disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral/fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-as-noticias-verdadeiras-diz-novo-estudo,70002219357>. Acesso em: abr. 2019.

no modo “ao vivo” – é apostar em uma audiência que ainda não tem a criticidade para lidar com um assunto complexo, haja vista o estrago que as *fake news* estão fazendo com o campo social.

Em suma, este trabalho se dedicou a analisar e identificar a problemática da imposição do poder e da violência simbólicos impostos sobre um grupo vulnerável na sociedade e como a cidadania deles é tratada pelos veículos de comunicação. A importância dessa pesquisa se justifica diante dos fatos e dados expostos ao longo de todo o trabalho, que demonstram um sucateamento das instituições responsáveis por cuidar desses grupos e um apagamento dos indígenas no campo midiático-social, transformando-os em seres invisíveis com uma identidade construída que está longe da realidade destes grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. J. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. 2ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- ALVES, M; CALEIRO, M. Simulacros e Simulação: Sucesso? *In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2011, Recife (PE). *Anais [...]* Recife: Intercom, 2011.
- AMORIM, C. Imprensa/Mídia Alternativa: Uma reflexão sobre o tema. *In: V Congresso Nacional de História da Mídia*, 2017, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo, 2017.
- ASSIS, J. M. M. **O Espelho**. Obra Completa, vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 345-352.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARENBOIM, D. **A música desperta o tempo**. 1. ed. São Paulo: Martins, 2009.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. *In: GRUNNEWALD, J. L. A ideia do cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 55-95.
- BIANCO, N. R. Del. Elementos para pensar as tecnologias da informação na era da globalização. *Intercom: revista brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulos, v. 24, n. 2, 2004.
- BOSI, A. O duplo espelho em um conto de Machado de Assis. *Estudos avançados*, v.28, n. 80, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **Economia das trocas simbólicas**. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 2011.
- _____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim do século, 2003.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF., 1988.

BUCCI, E. É possível fazer televisão pública no Brasil? *Novos Estudos*, São Paulo, n. 88, 2010.

CALDAS, P. Televisão e Poder na leitura de Muniz Sodré. *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2008.

CARDOSO, G. A. M. Resenha de “As formas do silêncio: movimento dos sentidos”. *Revista Científica Ciência em Curso – R. cient. ci. em curso*, Palhoça, SC, v. 2, n. 2, p. 133-134, jul./dez. 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**. Brasília: CIMI, 2016.

_____. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**. Brasília: CIMI, 2017.

DIAS, R. **Resenha de O Poder Simbólico**. Disponível em: <http://sociologiaeantropologia.blogspot.com/2012/06/resenha-de-o-poder-simbolico.html>. Acesso em: jun. 2018.

DOWNING, J. D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

ECO, U. **Apocalípticos e Integrados**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

Engenheiros do Hawaii. **3ª pessoa do plural**. Surfando Karmas & DNA. 2002.

FERNANDES, M.; SANTOS, S. **Merchandising: a sua relevância nas telenovelas brasileiras, com ênfase na Rede Globo.** In: *VII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte*, 2008, Boa Vista. *Anais [...]* Boa Vista: Intercom, 2008.

FIORUCCI, R. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. *Revista Diálogos*, v. 15, n. 2, Maringá, maio / agosto 2011. Disponível em :www.redalyc.org/pdf/3055/305526548005.pdf. Acesso em: dez. 2018.

GARRATONI, B. **A terra sagrada dos índios.** Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/terra-sagrada-indios-752921.shtml>. Acesso em: out. 2018.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Culture.** Nova York: Basic Books, 1973.

GOULART, D. **A Tv Senado como meio para exercício da cidadania usando a plataforma YouTube.** Brasília: Instituto Legislativo Brasileiro, 2015.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural.** São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

GRIJELMO, A. **La información del silencio.** Cómo se miente contando hechos verdaderos. Madrid: Santillana Ediciones Generales SL, 2012.

KEMPIŃSKA, O. D. G. **Os impasses da interpretação:** o papel do silêncio na recepção da obra poética de Mallarmé e da pintura de Cézanne. Rio de Janeiro, 2008.

HAUBRIC, A. Reflexões e Caracterizações sobre Mídias Alternativas. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

HORKHEIMER, M; ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento:** Fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Impactos da PEC 215/200 sobre os povos indígenas, populações tradicionais e o meio ambiente.** Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas Programa de Política e Direito Socioambiental. São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/isa_relatoriop ec215-set2015.pdf. Acesso em: out. 2018.

JANOWITZ, M. The study of mass Communication'. *International Encyclopedia of the*

Social Sciences, v. 3, pp. 41-53. New York: Macmillan and Free Press, 1968.

JESUS, J; RESENDE, V. A Televisão e sua influência como meio: uma breve historiografia. *In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia*, 2013, Ouro Preto. *Anais* [...] Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/a-televisao-e-sua-influencia-como-meio-uma-breve-historiografia>. Acesso em: dez. 2018.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LAZAR, J. **Mídia e Aprendizagem. Mediatemente! Televisão, cultura e educação**. Série de Estudos Educação a Distância, Ministério da Educação. Brasília, 1999.

LIMA, D. Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. *Revista Cógito*, Salvador, v. 11, 2010.

LIMA, S. Mídia e Juventude: Implicações Sociais da Televisão na Vida do Adolescente. *In: XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste*, 2007, Juiz de Fora/MG. *Anais* [...] Juiz de Fora/MG: Intercom, 2007.

LOLLA, D. A televisão como veículo de informação: uma linguagem de imagens e sons. *Revista Científica Unisalesianos*. Lins (SP), ano 2, n.3, jan/jun de 2011.

MANINI, E. A. **O silêncio no Jornalismo e a Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos**: análise da cobertura da Economia Social com foco no cooperativismo nos jornais Diário Catarinense e Diário do Iguçu. Florianópolis, SC, 2015.

MARÉS, C. F. Multiculturalismo e direitos coletivos. *In: SANTOS, B. S. (Orgs.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.

MCQUAIL, D. **Teoria da Comunicação de Massas**. Lisboa, Gulbenkian, 2003.

MILLS, C.W. **White Collar**. New York: Oxford University Press, 1951.

MONTAGNER, M. A.; MONTAGNER, M. I. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. *Tempus: actas de saúde coletiva*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 255-273, 2011.

Nota Técnica: A PEC 215/00 e as Cláusulas Pétreas. Disponível em: https://mobilizacaonacionalindigena.files.wordpress.com/2014/12/pec-215_nota-tc3a9cnica-mpf.pdf. Acesso em: out. 2018.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007**. Disponível em: http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em: 20 mar. 2016.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Ed.Unicamp, 2007.

PARENTE, A. (Org.). **Imagem-máquina**: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

PIGNATARI, D. **Informação, linguagem, comunicação**. 2 ed. Cultrix: 1980.

SÁ, M. **PÓS-MODERNIDADE!?** Dimensões e reflexões. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, p. 41-60, 2006.

SAID, E. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SARDENBERG, C. M. B. **A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia**. OBSERVE- Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha. NEIM/UFBA. Bahia, 2011. Disponível em: http://www.observe.ufba.br/ARQ/A_Violencia_Simbolica_de_Genero_e_a_Lei_Antibaixaria_na_Bahia.doc. Acesso em: abr. 2019.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, n. 63, p. 237-280, outubro de 2002.

SANTOS, J. A violência simbólica: O Estado e as práticas sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 108, 2015, p. 183-190.

SCHEIS, E; DUTRA, J. Arte e Simulacro: A transtética da arte. *In: XI Encontro do Grupo de Pesquisa Educação, Artes e Inclusão*, 2015, Florianópolis.

SILVA, M; MARTINEZ, M; SANTOS, T. Contribuições de Umberto Eco à Comunicação em Como se faz uma tese, Apocalípticos e integrados e Seis passeios pelos bosques da ficção. *Revista Comtempo*, São Paulo, v. 8, n. 1, 2016.

SILVA, L.G. **Os ecos do silêncio no discurso midiático**: quando a língua é objeto de notícia. Recife, 2014.

SILVEIRA, F. L. **Tradições e propriedade da terra em processos de demarcação de terras indígenas**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

SOARES, L. B. Ciclos de protesto e repertório de ação do movimento indígena brasileiro entre 2009 e 2016: o caso da PEC 215. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2017, n.24, pp.191-222.

SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 96, p. 87-103, 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8 ed. Lisboa: Presença, 1999.